



UC/FPCE_2014

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

O Conflito Interparental e a Criança: Percepção e Ajustamento

Edgar Alexandre da Silva Casimiro
(edgarcasimiro@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, área de especialização em Psicopatologia e Psicoterapias Dinâmicas, sob a orientação do Professor Doutor Eduardo Sá

O Conflito Interparental e a Criança: Percepção e Ajustamento

A investigação dos últimos trinta anos tem assinalado que a exposição a níveis elevados de conflito interparental constitui um factor de risco para o ajustamento de crianças e adolescentes, sendo crescentemente valorizada a análise dos processos de interpretação das crianças sobre o conflito e o seu impacto em termos de problemas de internalização e de externalização. Considerando que o conflito interparental pode originar problemas no ajustamento, desenhou-se um estudo empírico com o objectivo de analisar se eventuais índices elevados de percepção de conflito interparental das crianças se encontram relacionados com resultados reveladores de transtornos de internalização e de externalização, e dificuldades académicas. Para tal, foram utilizados dois instrumentos de auto-relato numa amostra de crianças e adolescentes portugueses. Participaram neste estudo 158 alunos com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, de uma escola secundária do centro do país. Para a recolha de dados, recorreu-se à Escala de Percepção da Criança dos Conflitos Interparentais (CPIC) para averiguar a percepção do conflito interparental, e ao Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ) para avaliar as emoções e o comportamento. Pretende-se, desta forma, analisar a relação entre as percepções do conflito interparental e os níveis emocionais e comportamentais, a fim de detectar problemas de ajustamento considerados de risco para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. Os resultados assinalaram diferenças estatisticamente significativas, em sentido crescente, entre os níveis de exposição ao conflito interparental medidos pelo CPIC e os níveis de problemas de internalização e de externalização assinalados pelo SDQ. Quanto maior o nível de conflito interparental percebido, maiores foram valores emocionais e comportamentais registados, sendo a relação estatisticamente significativa. Não se verificaram diferenças significativas no comportamento pró-social. Ao nível da análise entre as percepções do conflito interparental e as variáveis demográficas, os resultados da amostra são consistentes com as principais conclusões empíricas da literatura.

Palavras-Chave: conflito interparental; conflito conjugal; problemas de ajustamento; problemas emocionais e comportamentais; problemas de externalização e de internalização.

Interparental Conflict and Children: Perception and Adjustment

The last thirty years of research have shown that the exposure to high levels of marital conflict represents a risk for the adjustment of children and adolescents. During this period, the analysis of the interpretation processes of the children about the conflict has increasingly been valued, as well as its impact in terms of externalizing and internalizing effects. Considering that interparental conflict can have effects in adjustment, an empirical research study was designed in order to analyze whether or not eventual high scores in children's perceptions of interparental conflict were associated with results of emotional and behavioral problems. For that purpose, two self-report instruments were used in a sample of Portuguese children and adolescents. 158 students of a school in the west central coast of the country, between the ages of 11 and 17, participated. To collect the data, the Children's Perception of Interparental Conflict (CPIC) was used to evaluate the perceptions of interparental conflict and the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) was used to evaluate emotions and behavior. The objective of the present research is to analyze the association between interparental conflict perceptions and the emotional and behavioral reports, as well as the academic results (Portuguese and mathematics), in order to detect adjustment problems, a known risk for the healthy development of children and adolescents. Results have shown significant statistical differences in an increasing parallel direction between the levels of exposure to interparental conflict measured by the CPIC Scale and the levels of internalization and externalization problems measured by SDQ. The highest levels of perceived interparental conflict were associated with the highest results in emotional and behavioral problems. No significant differences in prosocial behavior were detected. In the analysis between interparental conflict perceptions and demographic variables, results have been consistent with the main conclusions of the empirical research.

Key-Words: interparental conflict; marital conflict; emotional and behavioral problems; externalizing and internalizing problems.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer:

Ao Prof. Dr. Eduardo Sá.

Ao director Dr. Alfredo Lopes e aos professores do Externato Cooperativo da Benedita.

Aos pais e alunos que participaram neste estudo.

Às minhas colegas de estágio Joana e Jenifer.

Ao meu pai Martinho e à minha mãe Madalena.

À minha irmã Juliana.

Aos meus amigos, e em particular ao José Silvestre, à Natacha Soares, ao Luís Pereira e ao Pedro Réquio.

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual.....	2
1. O desenvolvimento do corpo teórico e empírico sobre o conflito interparental.....	2
2. O conflito interparental.....	4
2.1. Caracterização do conflito interparental.....	4
2.2. Efeitos do conflito interparental na criança.....	5
2.3. Dimensões do conflito interparental.....	7
2.3.1 Factores contextuais do conflito interparental.....	8
2.3.2. Factores demográficos do conflito interparental.....	10
2.4. Mecanismos da relação entre o conflito interparental e os problemas apresentados pelas crianças.....	13
2.5. Estratégias utilizadas pelas crianças expostas ao conflito interparental.....	18
2.6. Estratégias utilizadas pelos pais no conflito interparental.....	19
2.7. Modelos teóricos do conflito interparental.....	20
2.7.1. O modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham.....	19
2.7.2 O modelo da segurança emocional de Davies e Cummings	24
3. O ajustamento da criança: problemas de internalização e problemas de externalização.....	29
II – Objectivos.....	30
1. Fundamentação do Estudo e Hipóteses Orientadoras.....	30
III – Metodologia.....	32
1. Amostra.....	32
2. Instrumentos.....	33
3. Procedimentos de Investigação.....	40
3.1 Recolha de Dados.....	40
3.2 Procedimentos Estatísticos.....	41
IV – Resultados.....	42
1. Percepção do conflito interparental e problemas de internalização e de externalização.....	42
2. Percepção do conflito interparental, resultados escolares e variáveis demográficas.....	43
V – Discussão.....	46
VI – Conclusões.....	54
Bibliografia.....	56
Anexos.....	65

Lista de Abreviaturas

AF – Análise factorial
AP – Assimetria padronizada
CIP – Conflito Interparental
CP – Curtose padronizada
CPIC – Children´s Perspective of Interparental Conflict
K-W – Teste de Kruskal-Wallis
M – Média
MR – Média reduzida
N – N° de sujeitos
NSE – Nível socioeconómico
 p – Nível de significância
 ρ - Correlação de Spearman
SDQ – Strengths and Difficulties Questionnaire
U - Teste U de Mann-Whitney

Introdução

O impacto do conflito interparental no funcionamento das crianças emergiu como importante tema de estudo após a evidência da associação entre as relações conjugais interparentais conflituosas e os problemas psicossociais dos filhos de pais divorciados (Grych & Fincham, 2001). Actualmente, a relação entre o conflito interparental e os problemas de ajustamento de crianças e adolescentes encontra-se bem documentada. Diversos estudos têm demonstrado que o impacto da exposição ao conflito conjugal se encontra associado a níveis elevados de agressividade, problemas de conduta, ansiedade, depressão, timidez, competências sociais diminuídas, baixos resultados académicos, problemas de saúde, relações inter-pares diminuídas e percepções negativas das relações românticas (e.g., Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990, 2001; Katz & Gottman, 1993; Peterson, & Zill Unger, McLeod, Brown, & Tressell, 2000; Davies & Cummings, 1994; McCoy, Cummings, & Davies, 2009; Steinberg & Davila, 2008).

Ambientes caracterizados por relações interparentais construtivas têm sido relacionados com resultados desenvolvimentais saudáveis nas crianças, e em sentido contrário, relações interparentais conflituosas têm surgido associadas a dificuldades no funcionamento destas (Sturge-Apple, Skibo & Davies, 2012). Desconhece-se o número exacto de crianças que sofrem efeitos adversos da exposição ao conflito interparental, contudo, as conclusões de diversas investigações têm sublinhado a relevância do tema para a saúde mental das mesmas. Uma “primeira geração” de pesquisas demonstrou eficazmente que o nível do conflito interparental se encontrava associado a dificuldades nas crianças ao nível cognitivo, social, académico e psicobiológico, tendo também constatado associações entre o conflito conjugal e certas características da parentalidade, como divórcios, depressão parental, alcoolismo e casos de abuso físico e sexual (Cummings & Davies, 2002). Uma designada “segunda geração” de investigações preocupou-se em identificar os múltiplos factores envolvidos nos efeitos do conflito interparental, de forma a compreender os processos inerentes e o modo específico como o desenvolvimento da criança é afectado (Grych & Fincham, 2001; Cummings & Davies, 2002).

Deste modo, a presente investigação debruçar-se-à num primeiro momento sobre a revisão do corpo teórico e empírico do conflito interparental, identificando as suas principais características, efeitos no desajustamento das crianças, dimensões, mecanismos, e modelos teóricos. A segunda parte será constituída pelos objectivos, metodologia e instrumentos usados, e pela análise da relação entre os resultados da percepção do conflito interparental e do ajustamento emocional e comportamental das crianças. Por último, discutir-se-ão os resultados e apresentar-se-ão as conclusões da investigação.

I – Enquadramento conceptual

1. O desenvolvimento do corpo teórico e empírico sobre o conflito interparental

A criança¹ e a família tornaram-se temas de interesse para a área da psicologia e da psiquiatria sobretudo a partir da segunda metade do século XX. No entanto, as transformações sociais que originaram o conceito de infância actual são relativamente recentes. Nesse processo evolutivo a psicologia desempenhou um papel relevante. Desde logo, alguns modelos teóricos que se dedicaram ao estudo do desenvolvimento da criança reconheceram a importância da relação interparental, embora esta não tenha sido considerada o elemento central. Por exemplo, a teoria psicanalítica constatou que a disrupção conjugal afectava o sentimento de segurança da criança e se encontrava associada ao desenvolvimento da delinquência, enquanto a teoria da aprendizagem social sugeriu que a criança aprendia a comportar-se nas relações através da observação da interacção parental (Fincham, 1998). Bowlby (1969), por seu turno, contribuiu decisivamente para assinalar a importância fundamental dos laços parentais, da vinculação, e de um ambiente familiar suportativo no desenvolvimento harmonioso das crianças. Outros desenvolvimentos importantes foram a emergência do estudo interdisciplinar das relações “pessoais” ou “íntimas”, a perspectiva sistémica, e algumas perspectivas empíricas que realçaram a importância da relação do casal na qualidade parental e no desenvolvimento da criança (Fincham, 1998). O grupo de Palo Alto, na Califórnia, dirigido por Gregory Bateson e o estudo realizado por Laing & Esterson (1990) em Inglaterra são exemplos clássicos de pesquisas pioneiras que salientaram a importância das inter-relações familiares no desenvolvimento (Ponciano, Cavalcanti, & Féres-Carneiro, 2009). Ronald Laing, nos anos 60, investigou a forma como os membros de famílias de esquizofrénicos se comportavam entre si em privado, de forma a estudar “*as circunstâncias reais onde esta coisa chamada loucura é incubada*” (Laing, *cit. in* Curtis 2007). Para investigar as estratégias usadas nas inter-relações familiares, Laing aplicou uma série de questionários a famílias britânicas, tendo concluído que os casais utilizavam o espaço da família como arena para estratégias de manipulação e domínio, muitas vezes resultando em situações de hostilidade e de instrumentalização da família como mecanismo de controlo social (Curtis, 2007). Estas pesquisas viriam a provocar grande impacto mediático e social na época, e juntamente com outras, tiveram o mérito de chamar a atenção dos investigadores para a relação entre os processos relacionais do contexto familiar e o desenvolvimento das doenças mentais (Laing, 1971; Cooper, 1971; Laing & Esterson, 1990; Curtis, 2007).

Na psicologia clínica, a constatação de que as famílias caracterizadas por disrupções se encontravam associadas à delinquência e a vários tipos de problemas nas crianças e adolescentes teve início nos anos 40

¹ De um modo geral, a utilização do termo “crianças” neste estudo diz respeito a crianças e adolescentes.

e documentou empiricamente a associação entre a disfunção conjugal e o ajustamento da criança (Emery, 1982; Fincham, 1998). Uma das características comuns das “crianças problemáticas” era o facto de muitas delas serem filhos de pais divorciados. Por essa razão, muitos investigadores nos anos 60 e 70 se dedicaram a estudar os efeitos do divórcio nas crianças (e.g., Emery, 1982; Amato, & Keith, 1991). Alguns anos mais tarde, porém, a questão central para a maioria desses investigadores passou a ser a tentativa de esclarecer se seria o afastamento de um dos pais ou antes o conflito entre os progenitores o principal factor de risco associado aos problemas de comportamento das crianças (Amato, & Keith, 1991). Vários autores concluíram então que o que parecia perturbar “as crianças problemáticas” não era o divórcio *per se*, mas antes o período de conflitualidade precedente à separação, isto porque que a maioria dos problemas apresentados por estas diminuía após a separação dos pais (Emery, 1982; Hetherington, Cox & Cox 1982; Amato, & Keith, 1991; Grych & Fincham, 1990).

Com base nestas revelações, Emery (1982), no início dos anos 80, produziu uma revisão de literatura demonstrativa da associação “inequívoca” entre o conflito interparental e os problemas apresentados pelas crianças, o que foi assinalado como um marco importante por diversos investigadores que se interessaram pelo tema (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994; Cummings & Davies, 2002). Não obstante, já desde os anos 30 que algumas pesquisas vinham assinalando a relação entre o conflito conjugal e as perturbações psicológicas nas crianças, numa altura que esta não era ainda evidente (e.g., Baruch & Wilcox, 1944; Hubbard & Adams, 1936; Towle, 1931; Wallace, 1935, Porter & O’Leary, 1980; Rutter, 1970 *cit. in* Davies & Cummings, 1994). Estudos posteriores viriam a constatar a associação entre o conflito parental e um assinalável conjunto de problemas nas crianças, tais como problemas de conduta (Johnson & O’Leary, 1987), agressividade (Johnston, Gonzalez, & Campbell, 1987) e depressão (Peterson & Zill, 1986). Em jeito de conclusão, no seu conjunto as primeiras investigações demonstraram eficazmente que a exposição a níveis elevados de conflito interparental se encontrava associada a problemas nas crianças ao nível cognitivo, social, académico e psicobiológico, a problemas na relação dos pais com os filhos e nas relações de fratria, e a certas características da parentalidade, como o divórcio, a depressão, o alcoolismo, e casos de abuso físico e sexual (Emery, 1982; Cummings & Davies, 2002; Grych & Fincham, 1990).

No início dos anos 90, Grych e Fincham (1990), e mais tarde Davies e Cummings (1994), viriam a realizar trabalhos de revisão que, à semelhança de Emery (1982), constituem um marco significativo na literatura sobre o conflito parental (Fincham, 1998). Com o objectivo de identificar e integrar os factores e mecanismos processuais implicados na relação entre o conflito parental e o ajustamento da criança, os autores conceberam dois modelos teóricos compreensivos, o modelo cognitivo-contextual e o modelo da segurança emocional. Desde então, uma designada “segunda geração” de pesquisas tem-se dedicado à análise do impacto das características, dimensões e processos associados ao conflito conjugal, na tentativa de

compreensão do modo como o desenvolvimento da criança é afectado (Cummings & Davies, 2002). Passou-se, portanto, de uma análise unidimensional do conflito familiar, numa primeira fase, para uma compreensão multidimensional dos processos familiares envolvidos e das consequências para o desenvolvimento da criança, numa segunda fase, considerando simultaneamente as circunstâncias do contexto e do desenvolvimento (Grych & Fincham, 1990).

A fim de ilustrar a relevância da dimensão dos problemas provocados pelo impacto do conflito interparental nas crianças, Cummings e Davies (2002) estimam que entre 20% a 40% dos casais assinalem níveis clínicos de *stress* na sua relação (*cit. in* Sturge-Apple *et al.*, 2012). Os autores calculam também que entre 40 a 50% das crianças expostas a violência interparental venham a exibir sintomas psicopatológicos, valores 527% a 667% vezes superiores à taxa da população geral (Davies & Cummings, 1994).

Em Portugal, os estatutos das crianças e jovens estão plasmados na Lei 147/99 de 1 de Setembro que visa “*a promoção dos direitos e a protecção das crianças e jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral*” (Alberto, 2004, *cit. in* Mota & Matos, 2011). Esta lei contempla a intervenção psicossocial e jurídica quando a criança é vítima de maus tratos físicos, emocionais ou negligenciais, ou sujeita de forma directa ou indirecta a ambientes que afectem gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional, como é o caso, segundo alguns autores, da exposição continuada a conflitos interparentais (Moura & Matos, 2011).

Compreende-se, pois, a razão pela qual tanta pesquisa tem sido investida nos últimos anos na análise da relação entre o conflito interparental e os problemas de ajustamento das crianças. Como referem Katz e Gottman (1993) a identificação das dimensões destrutivas dos conflitos interparentais oferece vantagens pragmáticas e conceptuais, já que permite elaborar programas específicos de forma a melhorar as relações conjugais e a trabalhar especificamente os constructos que acarretam maiores riscos para a criança, o que pode resultar em benefícios significativos para pais e filhos e população em geral.

2. O conflito interparental

2.1. Caracterização do conflito interparental

O conflito interparental foi definido por Moos & Moos (1994) como uma expressão aberta de zanga, desentendimento, ou agressão entre o casal (*cit. in* Koblinsky, Kuvalanka & Randolph, 2006). Segundo Villas Boas, Dessen & Melchiori (2010) a família consiste num sistema hierárquico organizado, composto por subsistemas relacionais interdependentes, e dentro desta os conflitos constituem um aspecto central dado que o alto nível de interacção entre os membros favorece o aparecimento de situações conflituosas.

Para Davies e Cummings (1994) diversas causas podem estar na origem do conflito interparental, designadamente incompatibilidades,

confusão de papéis, contingências comportamentais, insatisfação, divergências nos estilos parentais e falhas de comunicação. Os autores fazem referência ao conceito comunicação em todas as suas vertentes e não apenas ao nível do conteúdo verbal, tais como expressões faciais, gestos, tom de voz, e linguagem corporal. Na prática, quando se dá uma falha de comunicação na relação do casal, um dos parceiros apresenta uma resposta negativa, o que desencadeia o conflito conjugal (*idem*).

Cummings (1994) destaca três características fundamentais na definição do constructo conflito interparental: (1) o conflito conjugal é uma característica dos casamentos problemáticos, com interações marcadas por negatividade mútua, raiva progressiva, e risco aumentado de abuso físico, constituindo um mediador importante dos problemas de ajustamento das crianças; (2) o conflito conjugal é melhor preditor dos problemas de desenvolvimento das crianças do que a satisfação conjugal; (3) o conflito conjugal encontra-se significativamente mais associado aos problemas de ajustamento da criança do que outros aspectos problemáticos das relações conjugais.

Como tal, a compreensão do constructo conflito interparental deverá considerar as suas múltiplas dimensões, já que tanto a quantidade como a tipologia dos conflitos parecem determinar os efeitos no ajustamento das crianças, isto é, diferentes formas de conflituosidade conjugal exercem diferentes efeitos nas crianças (negativos e construtivos) que se estendem no tempo (Cummings & Davies, 2002).

2.2. Efeitos do conflito interparental na criança

As crianças, independentemente do género ou idade, são afectadas pelo conflito interparental (Emery, 1982; Cummings, 1994). O conflito interparental tem sido associado a níveis elevados de agressividade, problemas de conduta, ansiedade, depressão, timidez, competências sociais diminuídas, resultados académicos fracos, problemas de saúde, relações inter-pares diminuídas e percepções negativas das relações românticas (e.g., Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990, 2001; Davies & Cummings, 1994; Katz & Gottman, 1993; Harold, & Conger, 1997; Unger, McLeod, Brown, & Tressell, 2000; Steinberg & Davila, 2008)

A observação do conflito interparental pode ser uma fonte de *stress* para as crianças (e.g., Cummings, Zahn-Waxler, & Radke-Yarrow, 1981; Lewis, Siegel, & Lewis, 1984) e diversos estudos empíricos demonstram que a exposição destas a episódios de conflitos conjugais é um indicador consistente da probabilidade de virem a desenvolver problemas de internalização e de externalização no futuro (e.g., Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990, 2001; Katz & Gottman, 1993; Harold & Conger, 1997). Calcula-se que a probabilidade das crianças oriundas de lares caracterizados por elevada discórdia interparental virem a experimentar problemas psicológicos seja cerca de 5 a 7 vezes superior à das crianças que não sofrem esta perturbação (Sturge-Apple *et al.*, 2012). No mesmo sentido, o conflito conjugal foi apontado por crianças participantes num estudo realizado por Lewis, Siegel, & Lewis (1984) como o terceiro factor mais perturbador de entre uma série de vinte possíveis.

Contudo, apesar de todos os casamentos registarem algum grau de conflito nem todas as expressões de conflito conjugal são perturbadoras para a criança (Cummings, 1994). Esta conclusão levou os investigadores a constatarem que os atritos interparentais variam nos padrões de expressão do conflito, na significação do conflito para a família e nos resultados do processo para os filhos (*idem*). Assim sendo, ambientes caracterizados por relações interparentais empáticas e comprometidas têm sido associados a resultados desenvolvimentais saudáveis nas crianças, enquanto relações interparentais conflituosas e instáveis têm surgido relacionadas com dificuldades no funcionamento infantil (Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2012). Segundo Grych e Fincham (1990) a significação que a criança atribui ao conflito parental, tanto na tentativa de interpretar os acontecimentos como na percepção da sua capacidade para lidar com o problema, é preditora de grande parte da variabilidade dos sintomas emocionais e comportamentais da mesma. Consequentemente, as interpretações, como por exemplo de ameaça e de culpa, poderão determinar as respostas das crianças face ao conflito, que por sua vez se podem manifestar em comportamentos de *coping*², influenciando o ajustamento (Grych & Fincham, 1990). Para Davies e Cummings (1994) essas interpretações são em grande parte determinadas pelo significado emocional que o conflito interparental representa para a segurança e estabilidade da criança e da família. Como tal, a agressividade, a hostilidade e ameaças de abandono do lar perturbam particularmente a criança, já que constituem uma ameaça para a estabilidade familiar (Laumakis *et al.* 1998, *cit. in* Shelton *et al.*, 2006). Também a violência física interparental tem sido associada a distúrbios no funcionamento emocional e comportamental das crianças, bem como a uma maior percentagem de envolvimento no conflito (Shelton *et al.*, 2006). As crianças confrontadas com violência verbal ou ira verbalizada tendem a expressar as mesmas emoções de medo, tristeza e raiva, à semelhança das que são expostas à hostilidade interparental não declarada ou aos “períodos de silêncio” entre os pais, que parecem funcionar igualmente como fontes de “*stress*” ao sugerirem que o conflito apresenta poucas possibilidades de ser resolvido (Grych & Fincham, 1990; Katz & Gottman, 1993; Harold & Conger, 1997). As experiências de ameaça e de medo sentidas pelos filhos potenciam o risco de sintomas de ansiedade, de depressão, de tristeza e de outras problemáticas internalizadas, enquanto os sentimentos de auto-culpabilização podem resultar tanto em problemas de externalização como de internalização (Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; Katz & Gottman, 1993). A não resolução dos conflitos conjugais também se encontra associada ao afecto negativo e a respostas de *coping* desadaptativas (Cummings, Vogel, Cummings, & El-Sheikh, 1989), tal como os conflitos de temática relacionada com a própria criança (Grych, Seid, & Fincham, 1991). Para além dos efeitos do conflito interparental já referidos, a criança pode ainda ser afectada indirectamente pelos conflitos

² O *coping* foi definido como “os esforços cognitivos e comportamentais para lidar com exigências específicas externas e ou internas envolvendo ou excedendo os recursos da pessoa” (Lazarus e Folkman, 1984, p. 141, *cit. in* Shelton *et al.*, 2008).

interparentais, quer através da negatividade das emoções, cognições e representações das relações familiares, quer também através das alterações na parentalidade e nos laços de vinculação, podendo originar maior agressividade entre irmãos ou estender-se a outros membros da família, o que por sua vez pode aumentar o risco de disfuncionalidades nas aptidões sociais da criança em geral (Grych & Fincham, 1990; Shelton, & Harold, 2006, 2008).

Recentemente têm sido distinguidos os comportamentos construtivos e destrutivos com base nas consequências emocionais para as crianças (McCoy, Cummings & Davies, 2009). Nesse sentido, os conflitos conjugais que provocam reacções emocionais significativamente positivas têm sido classificados como construtivos (Cummings & Davies, 2002) já que preservam a segurança da criança quanto à estabilidade familiar (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990). Já os conflitos destrutivos provocam na criança níveis elevados de preocupação, ansiedade, raiva e desespero, o que as deixa mais susceptíveis a transtornos de internalização ou a *acting outs* agressivos, bem como a dificuldades nas interacções sociais (McCoy *et al.*, 2009).

Em jeito de síntese, o conflito em sentido amplo é inevitável nas relações conjugais (Davies & Cummings, 2002) mas nem todo é necessariamente nocivo, já que tem sido demonstrado que o conflito interparental pode até ajudar a promover o ajustamento da criança, na medida em que fornece modelos de conduta positivos para a resolução de divergências (Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990, 2001). De facto, a maioria das crianças evidencia um desenvolvimento sócio-emocional saudável, sendo que alguns autores acreditam as relações conjugais harmoniosas favorecem esse mesmo bem-estar (Cummings & Davies, 2002).

2.3. Dimensões do conflito interparental

Embora algumas características e efeitos do conflito conjugal tivessem sido inicialmente destacados por Emery (1982) no seu trabalho pioneiro de revisão sobre a relação entre o conflito interparental e o ajustamento da criança (e.g., quantidade e tipo de conflito, diferentes efeitos em rapazes e raparigas, idade das crianças e qualidade das relações pais-criança), Grych e Fincham (1990), numa revisão posterior da literatura sobre o tema identificaram aquilo que, no seu entender, são as “dimensões” do conflito interparental, capazes de explicarem uma parte considerável da variância relacionada com as reacções negativas da criança³.

Para Grych e Fincham (1990) o processo pelo qual o conflito conjugal

³ Uma vez que a concepção sobre as dimensões do conflito interparental apresentada por Grych e Fincham (1990) tem servido de base a muitos outros autores (e.g., Cummings & Davies, 1994; Grych, Seid & Fincham, 1992; Kerig, 1996), e foi utilizada nas duas principais conceptualizações teóricas sobre o modo como o conflito pode afectar o funcionamento da criança (modelo cognitivo-contextual e modelo da segurança emocional), no presente estudo optou-se pela esquematização de Grych e Fincham (1990) sobre as dimensões (e os mecanismos) do conflito interparental, complementada por contributos de outros autores.

afecta a criança é multidimensional, e como tal, a sua compreensão não pode deixar de considerar a análise de todos os factores contextuais e pessoais passíveis de mediar a relação entre o conflito interparental e o ajustamento da criança. Com efeito, os factores contextuais identificados são a frequência, a intensidade, o conteúdo e a resolução dos conflitos (Grych & Fincham, 1990). Já os factores pessoais destacados têm sido o género, a idade, o temperamento, e o facto de os indivíduos terem sido referenciados para tratamento clínico (*idem*). Analisemos cada um deles em separado.

2.3.1. Factores contextuais do conflito interparental

Grych e Fincham (1990) consideram fundamental incluir os factores característicos do contexto em que o conflito conjugal se apresenta à criança - a frequência, a intensidade, o conteúdo e a resolução do conflito - na análise das múltiplas dimensões do conflito conjugal, de forma a compreender os processos através dos quais o conflito interparental pode afectar o funcionamento dos filhos. Estes serão analisados seguidamente.

Frequência. A maior frequência dos conflitos conjugais “sensitiza” a criança e causa maior incidência de problemas de ajustamento (Johnston, Gonzalez, & Campbell, 1987; Grych & Fincham, 1990). Algumas investigações demonstram que crianças expostas a níveis frequentes de conflito conjugal reagem mais intensamente quando expostas a episódios posteriores de conflito, registando maior grau de dificuldades emocionais e comportamentais (Cummings, Zahn-Waxler, & Radke-Yarrow, 1981; Cummings, Vogel, Cummings, & El-Sheikh, 1989). No mesmo sentido, investigações sobre o pós-divórcio têm demonstrado que os problemas de desajustamento das crianças decrescem quando diminui a frequência do conflito (e.g., Amato & Keith 1991). A exposição da criança a episódios frequentes de disputas conjugais manifesta-se através de uma maior incidência de sintomas de *stress*, ansiedade, agressividade, raiva e distúrbios de conduta (Cummings *et al.*, 1981, 1984). O impacto da frequência pode ser moderado por outras dimensões do conflito e os conflitos frequentes mas resolvidos poderão não produzir efeitos negativos (Cummings, 1994).

Intensidade. Os conflitos conjugais podem variar bastante em intensidade, abrangendo desde discussões calmas até à violência física (Grych & Fincham, 1990). A intensidade é também conceptualizada como o grau de afecto negativo ou hostilidade empregue, e é sabido que o conflito conjugal que envolve hostilidade (verbal ou não verbal) ou agressões físicas é mais perturbador para a criança (Grych & Fincham, 1990, 2001). As crianças reagem a conflitos de grande intensidade entre adultos com níveis elevados de raiva, tristeza, desespero, medo e culpabilização, e ao nível das respostas somáticas verificaram-se mudanças no ritmo cardíaco e na pressão arterial, alterações na conductividade da pele e tónus vagal aumentado (Cummings *et al.*, 1989). A exposição a estímulos intensos prolonga a intensidade da resposta e a motivação para o comportamento agressivo em contextos subsequentes, (Zillmann, 1971), e os contextos que estimulam cognições de afecto agressivas aumentam a predisposição para a agressão (Berkowitz, 1981, 1989). No mesmo sentido, diversas investigações têm indicado que o conflito que envolve agressões físicas é mais perturbador

para a criança (Grych & Fincham, 1990, 2001; Cummings, 1994). Por exemplo, filhos de mães agredidas apresentam quatro vezes mais probabilidade de exibirem psicopatologia (Holden & Ritchie, 1991; Wolfe *et al.*, 1985, *cit. in* Cummings, 1994). Algumas investigações demonstram que quando os progenitores se agredem existe uma probabilidade aumentada da criança também ser agredida, e o grau de agressividade física ou verbal tem surgido associado aos comportamentos que os pais utilizam com as crianças (Fincham, Grych & Osborne, 1994). Quer a violência seja física ou verbal parece provocar efeitos equiparáveis ao nível do afecto negativo, auto-culpabilização, expectativas de que o conflito irá escalar, e a crença que acabará por envolvê-las (*idem*). A justificação avançada é a de que os conflitos intensos ameaçam a estabilidade familiar e provocam medo nos filhos, incluindo o receio da separação dos pais (Katz & Gottman, 1993; Davies & Cummings, 1994).

Conteúdo. As pesquisas indicam que o conteúdo das discussões conjugais provoca significativamente mais problemas na criança quando o tema é directamente relacionado com esta (Grych & Fincham, 1990). Os conflitos de conteúdo associado à criança encontram-se relacionados com maior vergonha, auto-culpabilização, e com a crença desta de que pode ajudar a resolver o conflito (Block, Block & Morrison, 1981; Grych & Fincham, 1990; Fincham, Grych & Osborne, 1994). Alguns autores assinalam que os conflitos conjugais sobre a criança são melhores preditores de problemas de comportamento do que o *stress* global do casamento (Snyder, Klein, Gdowski, Faulstich, & LaCombe, 1988, *cit. in* Grych & Fincham, 1990). Explicações dos pais que absolvam as crianças da responsabilidade pelo conflito interparental reduzem a auto-culpabilização e a tendência destas intervirem no conflito (Grych & Fincham, 1990; Fincham, Grych & Osborne, 1994).

Resolução. A forma como os conflitos são resolvidos modera o seu impacto nas crianças (Grych & Fincham, 1990). Pais que resolvem com sucesso os diferendos fornecem modelos positivos de resolução de problemas aos filhos, o que pode desenvolver as suas competências sociais e capacidade de *coping*, ao passo que a fraca resolução produz contínua tensão na família e conflitos mais frequentes (Davies & Cummings, 1994). Diversos estudos assinalam que as reacções de agressividade e de *stress* das crianças se esbatem após observarem a resolução dos conflitos (Cummings, 1987; Cummings *et al.*, 1985, *cit. in* Cummings, 1994) e que as crianças obtêm benefícios da observação da resolução, mas simultaneamente também inferem resoluções de forma indirecta (Cummings, Simpson, & Wilson, 1993). Entre a não-resolução e a resolução completa existem diversas formas de resolução parcial, sendo as crianças sensíveis a essas variações subtis, mesmo quando os adultos resolvem as suas divergências “à porta fechada” (Shelton & Harold, 2006). As crianças conseguem aceder ao significado geral do conflito, à forma como os adultos se sentem em relação ao outro, ao sentido que o processo poderá tomar, e continuam a trabalhar nas interpretações mesmo depois do final das discussões (Cummings, 1994).

Ou seja, crianças expostas a episódios de conflito conjugal mais frequentes, de maior intensidade (e.g., agressividade física ou verbal), mal

resolvidos, e de temáticas relacionadas com elas próprias, podem experienciar níveis superiores de *stress* e ansiedade, o que poderá resultar em sensibilização e maior reactividade, sentimentos de ameaça e de culpa, e respostas mais desadaptativas, e que, no seu conjunto, poderão resultar numa maior incidência de problemas de ajustamento (Grych & Fincham, 1990). Para Grych & Fincham (1990) todos os efeitos dos factores contextuais descritos podem co-ocorrer simultaneamente, inter-relacionando-se entre si. É por essa razão que os autores referem a importância do historial de exposição prévia da criança ao conflito interparental, já que este conjunto de factores pode exercer efeitos significativos nas percepções de ameaça e de eficácia no *coping* das crianças. Pode suceder que as experiências passadas de exposição das crianças ao conflito interparental tenham marcado as percepções dos filhos, que quando confrontados com discussões de difícil resolução, poderão apresentar maiores reacções de *stress*, medo e reactividade, devido ao efeito de sensibilização. Quanto mais frequentes, intensos, mal resolvidos e prolongados forem as discussões interparentais, mais significativa será a percepção da criança relativamente a esses episódios, e maior será o nível de ameaça colocado pelo conflito, como o receio de que o conflito possa escalar e transferir-se para si própria (Grych & Fincham, 1990). Quando os conteúdos das discussões estão relacionados com as crianças, podem provocar sentimentos de culpa (*idem*). Estes efeitos podem estar na origem dos problemas de ajustamento na infância.

Para além dos factores contextuais do conflito conjugal, Grych e Fincham (1990) incluíram também nas dimensões do conflito interparental algumas variáveis demográficas, susceptíveis de influenciarem a força da relação entre o conflito e o ajustamento, como o género e o nível desenvolvimental da criança. Consideremos cada uma delas em pormenor.

2.3.2. Factores demográficos do conflito interparental

Embora no geral os resultados das diversas investigações sejam inconsistentes, a maioria dos autores (e.g., Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990, Davies & Cummings, 1994; Cummings, 1990; Buehler Anthony, Krishnakumar, Stone, Gerard, & Pemberton., 1997; Shelton & Harold, 2006; Rhoades, 2008) considera importante examinar os efeitos da idade e de género na relação entre as respostas das crianças ao conflito interparental e os problemas de ajustamento, de forma a compreender com maior alcance as razões pelas quais crianças de diferentes idades e de diferentes sexos têm registado diferenças assinaláveis em alguns estudos.

Género. Segundo Cummings (1994), na análise às respostas ao conflito interparental considerando o factor género, registaram-se diferenças nas reacções das crianças, mas não na vulnerabilidade. No geral, os resultados das pesquisas sobre as diferenças de género na forma como as crianças lidam reagem ao conflito interparental são inconsistentes (Shelton & Harold, 2006). Cummings (1994) sugere que as diferenças entre rapazes e raparigas assinaladas em alguns estudos poderão não ser atribuíveis aos distúrbios, mas sim às suas formas de expressão, uma vez que, de forma consistente com a adoção dos papéis de género, na infância precoce os rapazes apresentam maiores disfunções e agressividade aumentada, enquanto

as raparigas nesta fase exprimem os seus sentimentos preferencialmente através do evitamento e da ansiedade (*idem*). Efectivamente, as primeiras investigações concluíram que o conflito conjugal se encontrava mais associado aos problemas de comportamento nos rapazes, e a justificação apontada foi que as raparigas seriam mais salvaguardadas (Emery 1982; Grych & Fincham, 1990). Outras pesquisas têm demonstrado que os rapazes propõem soluções mais práticas para o conflito (Davies, Mayers & Cummings, 1996), e que os adolescentes masculinos assinalam uma maior tendência para intervir em casos de violência e agressão, enquanto outros estudos constataram que as raparigas registam mais respostas de intervenção e de evitamento (Shelton & Harold, 2006). Contudo, investigações mais recentes referem que os dois géneros se encontram igualmente expostos e conscientes dos episódios de conflito, sendo ambos afectados ao nível do ajustamento (Grych & Fincham, 1990; Katz & Gottman, 1993; Cummings, 1994). Investigações sobre ambientes de agressividade produziram resultados inconsistentes - algumas não encontraram diferenças entre rapazes e raparigas (Cummings *et al.*, 1981), enquanto outras constataram que os rapazes respondiam com agressividade e as raparigas registavam maior inibição e *stress* (Cummings *et al.*, 1989), (*cit. in* Grych & Fincham, 1990). Para Emery (1982), é provável que as raparigas sejam tão afectadas como os rapazes, embora possam demonstrar os seus sentimentos através do bom comportamento, da ansiedade e do evitamento. Buehler *et al.* (1997), numa metanálise recente, testaram a ideia do impacto do conflito no ajustamento ser mais forte nos rapazes, contudo, os seus resultados não suportaram esta conclusão. Acresce ainda que as diferenças de género na relação entre o conflito conjugal e o ajustamento se modificam com a idade (Cummings, 1994). Os rapazes podem apresentar mais problemas na primeira infância, mas as diferenças tendem a inverter-se na adolescência, com as raparigas a apresentarem reacções mais hostis face ao conflito interparental do que os rapazes neste período (Cummings, Ballard, & El-Sheikh, 1991, *cit. in* Cummings, 1994).

Idade. Segundo Cummmings (1994), em relação à idade existem diferenças nas reacções das crianças mas não necessariamente na vulnerabilidade. Várias argumentações têm sugerido que as crianças mais novas, devido à maior dependência dos pais, são mais afectadas pelo conflito interparental, enquanto outras têm defendido que as mais velhas são mais sensíveis às emoções e à pressão do conflito (Emery, 1982). Contudo, para Cummings (1994) estas constatações não servem por si só para uma interpretação fácil sobre os grupos etários mais vulneráveis à exposição, desde logo porque as múltiplas dimensões sobre as reacções das crianças mudam com a idade, e também porque à medida que as crianças envelhecem se tornam mais sensíveis ao envolvimento no conflito familiar. Ao mesmo tempo, ao longo do crescimento as criança desenvolvem um repertório de *coping* mais largo e efectivo (*idem*). E em diferentes idades as crianças são mais vulneráveis a diferentes tipos de problemas de ajustamento, já que as crianças mais novas realizam *acting outs* com maior frequência, e os adolescentes assinalam mais disforia, passividade, e depressão (*ibidem*). Por outro lado, embora as crianças mais novas possam ser menos capazes de

lidar com o conflito conjugal, também é menos provável que tenham consciência das suas causas e implicações (Grych & Fincham 1990). Ou seja, por todas as razões apontadas não se pode afirmar que uma faixa etária é mais susceptível ao conflito, já que a maioria dos investigadores concluiu não existir um grupo etário específico particularmente vulnerável aos efeitos do conflito interparental (Emery 1982; Grych & Fincham, 1990; Cummings, 1994; Buehler *et al.*, 1997; Rhoades, 2008).

Amostras Clínicas e Não Clínicas. Segundo Grych e Fincham (1990), correlações mais fortes entre o conflito conjugal e os problemas de comportamento tendem a ser encontradas nas famílias de crianças clinicamente referenciadas. Contudo, Buehler *et al.* (1997) não encontraram diferenças na sua metanálise a este respeito.

Temperamento. Para Katz e Gottman (1993), o temperamento da criança não tem relação com os resultados ao nível do ajustamento nem interage com os padrões conjugais. Fosco e Grych (2007) referem que apenas a investigação de Davies e Windle (2001) examinou o temperamento das crianças nas respostas ao conflito interparental. Ao estudarem a relação do conflito conjugal com as trajectórias desenvolvimentais, os autores definiram várias dimensões do temperamento em pré-adolescentes, verificando que uma fraca orientação para a acção e ritmos desregulados (sono e hábitos diários) se encontravam relacionados com comportamentos delinquentes e que os níveis de adaptabilidade e de actividade não moderavam a relação (*cit. in* Fosco & Grych, 2007). Contudo, Grych e Fincham (1990) admitem que o temperamento possa afectar a relação entre o conflito e o ajustamento da criança de três formas: (1) algumas crianças reagem mais ao *stress*; (2) o temperamento pode influenciar as respostas comportamentais das crianças; (3) o temperamento afecta as relações pais-criança.

Sintetizando, para Grych & Fincham (1990) a pesquisa sobre os processos pelos quais o conflito interparental se encontra relacionado com os problemas de comportamento das crianças indicou que: (a) a exposição frequente a episódios de conflito interparental produz maior *stress* nas crianças e maiores problemas de comportamento e, inversamente, a diminuição do conflito encontra-se associada à redução dos problemas de comportamento; (b) a exposição a formas mais intensas de conflito, como a agressão física é mais perturbadora para a criança do que formas menos intensas; (c) crianças a partir dos 2 anos já demonstram serem sensíveis ao conteúdo do conflito; (d) o conflito interparental encontra-se associado a problemas de ajustamento tanto em rapazes como em raparigas; (e) a idade encontra-se relacionada com as respostas imediatas ao conflito, mas não parece estar relacionada com a incidência ou gravidade dos problemas de comportamento; (f) as correlações entre conflito parental e problemas de comportamento são mais altas em amostras clínicas do que não clínicas.

Embora por altura da revisão da literatura de Grych e Fincham (1990) a maioria dos estudos sobre o conflito interparental e o ajustamento das crianças incidisse maioritariamente apenas sobre a frequência e a intensidade dos conflitos, as pesquisas mais recentes têm demonstrado suporte à conceptualização destes autores (Kerig, 1998). Para tal contribuiu também o

facto de Grych, Seid e Fincham (1992) terem desenvolvido uma escala fiável sobre a percepção do conflito interparental (CPIC), tendo incluindo nesta as propriedades (frequência, intensidade e resolução) e as percepções de ameaça e de culpa (*idem*). Diversos estudos com a escala têm confirmado que os conflitos interparentais percebidos pelas crianças como mais frequentes, intensos, não resolvidos e relacionados com a criança são preditivos de desajustamento (e.g., Davies & Cummings, 1994; Grych *et al.*, 1992; Kerig, 1996, 1998). Para além desta constatação, Grych e Fincham (1993) verificaram ainda que a ameaça percebida e a culpa vivida pelas crianças como consequências do conflito interparental se encontram relacionadas com sentimentos de raiva, tristeza, preocupação e vergonha (Kerig, 1998).

Outro tema premente que de acordo com a maioria dos autores deve ser considerado nas pesquisas sobre os efeitos do conflito interparental no ajustamento das crianças é a questão das diferenças de género (Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994; Kerig, 1998). Alguns estudos têm demonstrado diferentes tipologias de resposta ao conflito interparental por parte de rapazes e raparigas, outros verificaram diferenças nas interpretações e no ajustamento, enquanto outros não encontraram diferenças de todo, pelo que é necessário continuar a desenvolver a investigação sobre as diferenças de género, de forma a responder à questão (Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990; Buehler, 1997; Kerig, 1998; Rhoades, 2008). Do mesmo modo, diferenças verificadas nas respostas ao conflito interparental em diferentes idades não fornecem uma interpretação fácil sobre grupos etários mais vulneráveis, desde logo porque a tipologia das resposta parece alterar-se com a idade, o que salienta a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre este factor (Cummings, 1994).

Deste modo, a conceptualização de Grych e Fincham (1990) acabou por contribuir decisivamente para afirmar a importância da identificação das múltiplas dimensões do conflito interparental na compreensão do modo como a exposição aos diversos tipos de conflito interparental parece afectar o ajustamento das crianças, conceptualização essa que tem sido adoptada por diversos investigadores desta temática (e.g. Davies & Cummings, Harold & Conger, 1997). Para tal, juntamente com as dimensões do conflito interparental anteriormente exploradas, contribuíram também as investigações sobre os mecanismos da relação entre o conflito interparental e os problemas de ajustamento das crianças, bem como os estudos sobre as estratégias utilizadas pelas crianças para lidarem com o conflito interparental, que serão abordados seguidamente, e que no seu conjunto inspiraram Grych e Fincham (1990) e Davies e Cummings (1994) no desenvolvimento dos seus modelos compreensivos sobre a forma como este conjunto de dimensões (factores contextuais e demográficos), mecanismos (modelamento, *stress*, relações pais-criança e relações da fratria), e respostas das crianças (intervenção e evitamento), se inter-relacionam, dando origem a problemas de desajustamento nas crianças.

2.4. Mecanismos da relação entre o conflito interparental e os problemas apresentados pelas crianças

O impacto da exposição ao conflito conjugal pode afectar as crianças quer de forma directa, quer de forma indirecta. Os mecanismos directos mais frequentemente enunciados são o modelamento e o *stress*, enquanto as hipóteses que propõem efeitos indirectos implicam a alteração do funcionamento do sistema familiar, nomeadamente as interacções pais-criança e as práticas disciplinares (Grych & Fincham, 1990). Simultaneamente, os padrões de expressão do conflito interparental podem ampliar ou minimizar as influências familiares (Cummings, 1994). Consideremos cada um deles em pormenor.

Modelamento. O modelamento é o mecanismo mais consensual que se presume estar presente na relação entre o conflito conjugal e o comportamento da criança, e o facto das crianças tenderem a imitar os seus pais encontra-se bem documentado (Bandura, 1973, 1977, *cit. in* Grych & Fincham, 1990). Devido à sua presença, relação afectiva e importância para a criança, os pais são os modelos mais importantes, e as crianças aprendem bastante sobre o relacionamento interpessoal através da observação, sendo provável que comportamentos agressivos ou hostis forneçam modelos desadaptativos (Belsky, 1981, *cit. in* Grych & Fincham, 1990). O modelamento pode ter dois efeitos principais: (1) se os pais são hostis e agressivos nos conflitos, as crianças podem aprender que a agressividade é uma forma aceitável de resolver os desentendimentos (e.g., Cummings *et al.*, 1985, *cit. in* Grych & Fincham, 1990); (2) os modelos parentais podem produzir um efeito desinibitório no comportamento das crianças, fornecendo às crianças uma “permissão” para serem agressivas quando testemunham conflitos (Grych & Fincham, 1990). Nesse sentido, é esperado que a maior exposição ao conflito provoque problemas de comportamento nas crianças.

Stress e sensibilização. O conflito conjugal pode afectar a criança ao expô-la a um potencialmente intenso *stressor* (Grych & Fincham, 1990). As pesquisas demonstram que a exposição ao conflito parental é perturbadora para a maioria das crianças e que estas exibem mais *stress*, raiva, e agressividade quando as interacções hostis entre adultos são mais frequentes, envolvem agressões físicas, e não são convenientemente resolvidas (Cummings, 1984, 1985, 1989 *cit. in* Grych & Fincham, 1990). Experimentar um *stress* intenso pode levar os indivíduos a confiarem nas respostas de *coping* dominantes e bem aprendidas, que podem ser menos maduras ou adaptativas (Spielberger, 1979, *cit. in* Grych & Fincham, 1990). A sensibilização, devido a uma diminuição gradual do limiar de desregulação, pode colocar em cena um padrão negativo recíproco de resposta nos outros, e aumentar a persistência dos padrões desadaptativos (Dodge & Frame, 1982, *cit. in* Cummings, 1994). Nas crianças, tal pode resultar em comportamentos como a agressão ou o evitamento (Grych & Fincham, 1990). Presume-se que crianças com tendência a usarem estas respostas de *coping* quando são novas recorram a elas quando se sentem ameaçadas (*idem*). Nesse sentido, Cummings (1994) sugere que a sensibilização possa resultar da forma de expressão dos conflitos, e que os problemas de externalização e de internalização dependam das disposições constitucionais e da especificidade das experiências familiares.

Relação pais-criança. O conflito interparental pode estar

indirectamente relacionado com os problemas de comportamento dos filhos como resultado da deterioração das relações pais-criança (Grych & Fincham, 1990). Ao nível da parentalidade, o conflito parental provoca nos pais *stress*, frustração e desespero, o que pode depois transbordar para as interações com a criança através do efeito “*spillover*”, ou seja, o conflito conjugal, a parentalidade e os problemas de comportamento da criança encontram-se associados (Cummings, 1994). Tem-se verificado ainda a existência da relação entre o conflito conjugal destrutivo e relações pais-criança problemáticas ao nível da negatividade parental, do controlo intrusivo dos pais, e de disciplina inconsistente no caso das raparigas (*idem*).

As relações pais-criança podem ser afectadas de várias formas. Ao nível da vinculação, o conflito interparental pode diminuir a sensibilidade e disponibilidade psicológica dos pais, o que afecta a segurança das crianças (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978, *cit. in* Cummings, 1994). Por exemplo, os pais podem-se tornar mais ausentes ou hostis com os filhos, ou podem tentar pressionar a criança a coligar-se com um deles contra o outro (Emery, Joyce & Fincham, 1987; Margolin, 1981, *cit. in* Grych e Fincham, 1990). Por outro lado, à medida que as crianças ficam “cercadas” pelo conflito interparental e se envolvem, tomando parte por um dos pais, tal poderá ressentir o outro, que poderá passar a considerar a criança como uma causa adicional do conflito (O’Leary e Emery, 1984, *cit. in* Grych & Fincham, 1990). Outra explicação é o facto da hostilidade ou agressividade do conflito conjugal poder ser reproduzida na relação pais-criança, já que alguns estudos demonstram que as agressões entre cônjuges se encontram associadas a agressões dos pais às crianças (e.g., Jouriles *et al.*, 1989). No entanto, pais conflituosos podem apesar de tudo manter boas relações com os filhos, permanecendo responsivos ao seu bem-estar, o que pode protegê-los dos efeitos nefastos da discórdia conjugal (Emery, 1982).

Tem sido proposto que o impacto do conflito conjugal pode ainda ser mediado por um aspecto particular das relações pais-criança, as práticas disciplinares (Emery, 1982; Grych e Fincham, 1990). O conflito conjugal tem sido associado à inconsistência dos pais na disciplina das filhas, o que por sua vez tem sido associado a problemas de conduta, agressão e delinquência juvenil (Grych & Fincham, 1990, 2001; Cummings, 1994). Num estudo longitudinal Block *et al.*, (1981) verificaram que o desacordo parental sobre a disciplina surgia associado ao divórcio e a problemas de externalização em rapazes e de internalização em raparigas (*cit. in* Grych & Fincham, 1990). Nem todo o conflito conduz à disciplina inconsistente, mas uma vez que a disciplina implica directamente a criança, esta encontra-se particularmente exposta (Grych & Fincham, 1990). Quando co-ocorrem, pode suceder que o conflito cause problemas de comportamento, o que pode levar os pais a tornarem-se menos efectivos nas práticas disciplinares (*idem*).

Relações da fratria. Por último, o conflito conjugal encontra-se ainda associado a alterações na relação entre os irmãos (Cummings, 1994). Tem sido assinalado que o conflito parental se encontra associado a taxas elevadas de comportamento antagónico e a níveis baixos de comportamento pró-social entre a fratria (Brody, Stoneman, & Burke, 1987 *cit. in* Cummings, 1994). Percepções de fraca coesão familiar e de desigualdade de

tratamento parental nas discussões da fratria têm sido igualmente associados a níveis elevados de conflito conjugal (Brody, Stoneman, McCoy, & Forehe 1992, *cit. in* Cummings, 1994). Não obstante, os irmãos também parecem desempenhar um papel de resiliência no *coping* das crianças com o conflito, já que foi demonstrado que procurar o apoio do irmão é uma estratégia frequentemente utilizada para lidar com o conflito interparental (Cummings, 1994).

Em suma, constatou-se que alguns mecanismos podem ser relevantes na associação entre o conflito conjugal e os problemas de ajustamento das crianças. Segundo Grych e Fincham (1990), é plausível que o conflito interparental influencie as crianças, tanto de forma directa, através do modelamento e da exposição ao *stress*, especialmente à medida que as crianças envelhecem e se tornam mais conscientes da natureza da relação dos pais, como indirectamente, através das alterações provocadas nas relações pais-criança. Contudo, e segundo os autores, as evidências empíricas para os mecanismos propostos para a relação entre o conflito conjugal e o ajustamento das crianças são largamente indirectas, e portanto são necessárias mais investigações. Não obstante, um largo caminho foi percorrido desde a revisão de Emery (1982), que documentou a relação entre o conflito interparental e os problemas de comportamento das crianças, até à exploração das dimensões e dos mecanismos intervenientes nessa associação, propostos por Grych e Fincham (1990).

Com efeito, os dois pesquisadores defendem que, para compreender os mecanismos que actuam entre o conflito interparental e o comportamento da criança, torna-se necessário examinar os processos que ocorrem durante a exposição ao conflito e que poderão mediar essa relação. Para Grych e Fincham (1990), tal procedimento permite revelar os factores que influenciam o carácter *stressante* do conflito para as crianças e a sua capacidade de *coping* para lidar de forma efectiva com este. Nesse sentido, as pesquisas sobre o *stress* e o *coping* sugerem que dois factores são particularmente relevantes para compreender a forma como as crianças respondem ao conflito interparental - o contexto no qual o conflito ocorre e a interpretação das crianças sobre o conflito. Mais, cada uma destas variáveis é presumivelmente afectada pelo nível de desenvolvimento (*idem*).

Logo, o impacto de um episódio concreto de conflito interparental depende do contexto mais alargado onde este ocorre (*ibidem*). Para Grych e Fincham (1990), factores como a experiência prévia da criança com o conflito interparental podem alterar o carácter *stressante* deste, e por conseguinte, poderão mediar a relação entre o conflito e os problemas de ajustamento. Os factores contextuais são potencialmente importantes porque fornecem o cenário geral ou o *background* a partir do qual os episódios de conflito são percebidos, o que se supõe afectar a compreensão das crianças e as suas respostas ao conflito (*idem*).

Por outro lado, pensa-se que a forma pela qual as crianças interpretam o conflito interparental influencia as suas respostas (Cummings & Cummings; Hetherington, *cit. in* Grych & Fincham, 1990). Como alguns investigadores têm demonstrado, o impacto de um acontecimento potencialmente perturbador é mais facilmente compreendido quando se toma

em consideração a interpretação da criança sobre esse evento, tendo-se constatado que as cognições destas influenciam o afecto e o comportamento num leque variado de contextos (Compas, 1987; Kagan, 1983; Rutter, 1983; Dweck & Leggett, 1988, *cit. in* Grych & Fincham, 1990). Na família, por exemplo, Herzberger e Tennen (1986) defendem que as interpretações de crianças maltratadas sobre os actos abusivos dos pais afectam o seu comportamento, o seu desenvolvimento emocional, e as suas interacções posteriores com os progenitores (*cit. in* Grych & Fincham, 1990). Tomando em consideração a importância de testar o potencial da significação das variáveis cognitivas, Grych *et al.*, (1992) desenvolveram o questionário CPIC, de forma a investigar as percepções das crianças sobre o conflito interparental, bem como as causas e consequências das interpretações sobre o conflito, e o modo como este pode afectar suas respostas.

Acresce que segundo Grych e Fincham (1990) é provável que o contexto do conflito interparental e as interpretações da criança sobre este vão sofrendo transformações durante o processo de desenvolvimento. À medida que as crianças envelhecem, tornam-se mais aptas a compreenderem e a lidarem com acontecimentos perturbadores ou *stressantes*, e mais aptas a regularem as suas emoções e comportamento (*idem*). Adicionalmente, segundo os autores, os pais também tratam os seus filhos de forma diferente à medida que crescem, e é possível que o grau de conflito ao qual as crianças se encontram expostas, bem como as respostas parentais às tentativas das suas crianças intervirem no conflito, também mudem com a idade. E, apesar de nenhum grupo etário em particular se ter revelado particularmente vulnerável aos efeitos do conflito conjugal, as respostas afectivas e comportamentais alteram-se com o desenvolvimento (Cummings *et al.*, 1984, 1985, *cit. in* Grych & Fincham, 1990).

Compreende-se pois, de forma clara neste ponto, o facto de Grych e Fincham (1990) terem tido o cuidado de tomar em consideração a variedade de formas pelas quais o desenvolvimento da criança pode ser afectado pelo conflito interparental, condição essencial para a conceptualização do seu modelo compreensivo da relação entre o conflito interparental e o ajustamento da criança - o modelo cognitivo-contextual. A concepção deste modelo permitiu formular uma teoria compreensiva sobre a forma como as dimensões, os efeitos, e os mecanismos do conflito interparental se conjugam numa interacção dinâmica complexa, que pode ajudar a explicar o conjunto de processos através do qual o conflito interparental contribui para prejudicar o funcionamento geral da criança. O pioneirismo do modelo cognitivo-contextual de Grych & Fincham (1990) influenciou decisivamente a literatura sobre o conflito interparental, inspirando outros modelos teóricos, como é o caso do modelo de segurança emocional de Davies e Cummings (1994), e marcou a viragem para uma “segunda fase” da investigação sobre o conflito interparental - o ponto em que os estudos empíricos deixaram de se limitar a verificarem a existência da relação entre o conflito conjugal e o ajustamento das crianças, para passarem a analisar os processos capazes de explicarem essa relação (Cummings & Davies, 2002).

Consequentemente, os dois principais modelos referidos serão analisados de seguida, não sem antes dar conta de algumas das estratégias

apresentadas pelas crianças e pais nas suas tentativas de lidarem com o conflito interpaparental, conforme as principais conclusões da literatura, o que permitirá compreender melhor alguns dos processos que serão apresentados nas duas principais conceptualizações teóricas.

2.5. Estratégias utilizadas pelas crianças expostas ao conflito interpaparental

As descobertas sobre o tema sugerem que as crianças tendem a utilizar níveis similares de estratégias de mediação e de evitamento aos observados nos pais para lidarem com o conflito interpaparental (Shelton *et al.*, 2006).

A intervenção, mediação ou envolvimento das crianças aumenta perante níveis elevados de conflito conjugal (Emery, 1989) já que, nestes casos, os conflitos podem prolongar-se, progredir de intensidade, tornar-se abusivos ou incluir as crianças como alvos (Jouriles *et al.*, 1989; Cummings, 1994). Níveis elevados de discussões interpaparentais encontram-se associados a maiores índices de tentativas de distração dos pais por parte dos filhos, através de comportamentos de apoio a um dos pais ou a ambos, ou tentativas de resolver os problemas (Shelton *et al.*, 2008). Se o envolvimento das crianças for bem-sucedido na redução do conflito, tal comportamento será mantido, contudo isso coloca-as sobre uma enorme pressão promotora de disfunções (Block *et al.*, 1981; Cummings, 1994). Nos conflitos parentais relacionados com a criança, ou com recurso a agressividade física ou verbalizada, as crianças apresentam mais intervenções de mediação (Shelton *et al.*, 2006). Crianças que se envolvem nas discussões dos pais registam maiores níveis de *stress*, tornam-se muitas vezes alvo de hostilidade, e estão mais vulneráveis à triangulação e a questões de lealdade (Kerig, 2001, *cit. in* Shelton *et al.*, 2006). Harold *et al.* (2004) verificaram que as crianças que tentavam mediar o conflito dos pais eram as que simultaneamente apresentavam mais sintomas de internalização e de externalização um ano mais tarde (*cit. in* Shelton *et al.*, 2006).

As crianças também utilizam estratégias de afastamento, retirada ou evitamento como respostas de *coping* ao conflito interpaparental, que consistem no afastamento do cenário onde decorre o conflito parental (Shelton *et al.*, 2008). Um estudo concluiu que depois da mediação e do agir como autoridade na troca de argumentos entre os pais, o evitamento foi a terceira resposta mais exibida (Goeke-Morey & Cummings, 2000, *cit. in* Shelton *et al.*, 2008). Contudo, as estratégias de evitamento não parecem apresentar uniformidade como factor de protecção, e as pesquisas mais recentes têm demonstrado que o *coping* de evitamento representa um factor de vulnerabilidade para as crianças (Nicoletti *et al.* 2003, *cit. in* Shelton *et al.*, 2006). Não obstante, têm sido encontradas algumas especificidades nas tácticas de resposta adoptadas. Algumas investigações demonstram que os rapazes registam mais respostas de intervenção, especialmente em episódios de violência conjugal, enquanto outras referem que as raparigas assinalam mais respostas de evitamento (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990; Laumakis *et al.*, 1998 *cit. in* Shelton & Harold, 2008) e de mediação (Shelton & Harold, 2006). A justificação apontada prende-se com as experiências de socialização dos géneros e com a maior força física dos rapazes (*idem*).

Para finalizar, Kerig (2001) conclui que o evitamento pode ser útil ao retirar a criança da ameaça imediata, mas o seu carácter habitual pode obstar ao desenvolvimento de estratégias de *coping* mais adequadas (*cit. in* Shelton *et al.*, 2008).

Como se pôde constatar, portanto, os padrões de conflito interparental adoptados pelos pais podem produzir efeitos no ajustamento das crianças. Nesse sentido, serão ainda analisados alguns padrões utilizados pelos pais nos conflitos conjugais e que podem ajudar a compreender melhor as percepções e respostas das crianças.

2.6. Estratégias utilizadas pelos pais no conflito interparental

Katz e Gottman (1993) verificaram num estudo longitudinal que as interacções conjugais apresentadas pelos pais eram capazes de prever problemas de internalização e de externalização apresentados pelos seus filhos três anos mais tarde. Através da análise das interacções do casal os autores caracterizaram dois padrões de interacção conjugal distintos: o “padrão de hostilidade mútua”, que predizia comportamento de externalização; e o “padrão de demanda—retirada”, que revelou ser um preditor seguro de problemas de internalização. Katz e Gottman (1993) constatarem ainda que as características conjugais que prediziam os comportamentos de externalização também prediziam a dissolução do casamento, o que pode levar essas crianças a pressentirem o divórcio e a exibirem problemas de comportamento com o objectivo de distraírem os pais das discussões. No “padrão de demanda—retirada” um dos cônjuges exige mudanças no outro através de exigências, criticismo, e queixas, enquanto o parceiro se retrai através de retiradas e evitamento, o que foi associado a um maior desgaste psicológico do casal e dos filhos (Katz e Gottman, 1993). No “padrão de hostilidade mútua” os elementos do casal adoptam a contenção através de atitudes de superioridade moral como insultos, sarcasmo, exigências e ameaças, fornecendo às crianças pistas no sentido de um mau prognóstico para a estabilidade da relação (Katz e Gottman, 1993).

Buehler *et al.*, (1997), por sua vez, designaram cinco estilos de gestão do conflito interparental, com base na distinção dos comportamentos, afectos e estratégias usadas: o conflito aberto caracteriza-se por afectos e comportamentos hostis e negativos nas conexões parentais; o conflito encoberto foi definido por comportamentos e afectos hostis que reflectem formas passivo-agressivas de gestão dos conflitos, e sub-dividem-se em dois componentes conceptuais - a triangularização da criança e os comportamentos encobertos generalizados; o conflito cooperante é caracterizado por comportamentos e afectos empregues na tentativa de possibilitar interacções contínuas e esforços mútuos, apesar dos desacordos; o conflito de evitamento consiste em comportamentos e afectos demonstrativos da indisponibilidade para abordar temas de desacordo ou desentendimento; o conflito de retirada é caracterizado pelos comportamentos e afectos que a pessoa usa para se afastar das interacções conflituosas, e distingue-se do evitamento porque se manifesta apenas por parte de um dos cônjuges.

A descrição dos estereótipos do comportamento parental não foi

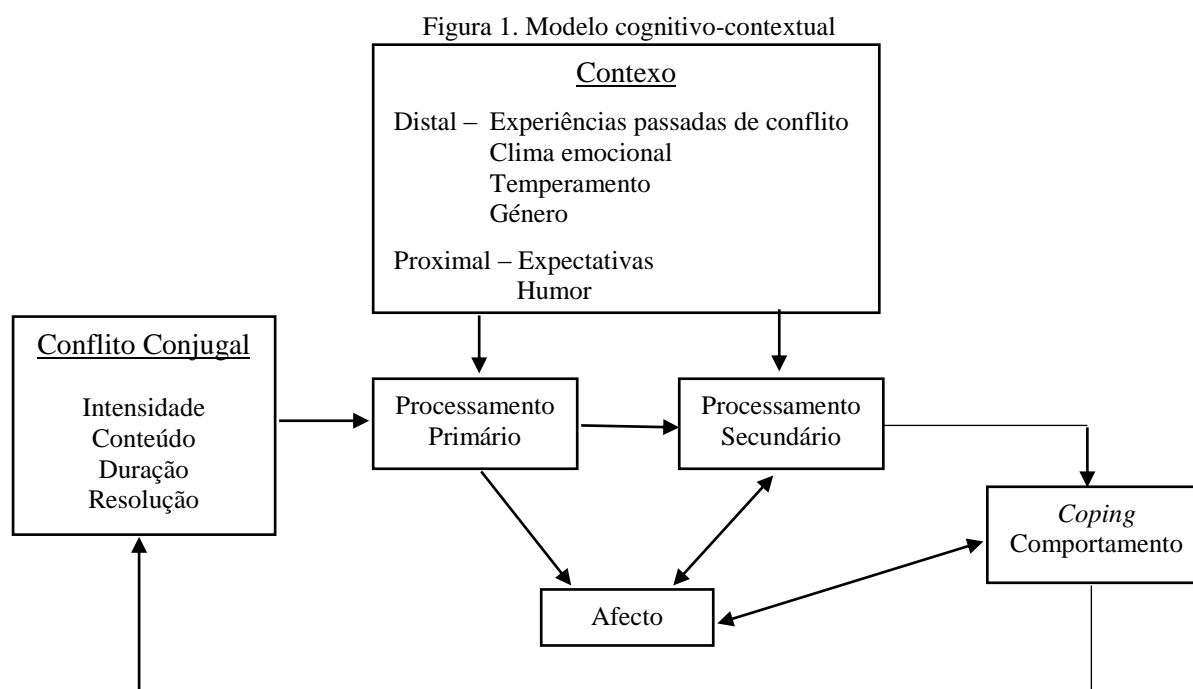
teorizada nos modelos conceptuais de forma directa, no entanto, permite ter um quadro mais completo sobre o tipo de comportamentos conjugais que poderão estar na origem dos problemas de ajustamento dos filhos. Seguidamente, serão apresentados os modelos compreensivos propriamente ditos, o que permitirá ter uma visão mais englobante dos possíveis processos actuantes entre conflito interparental e o desajustamento infantil.

2.7. Modelos teóricos do conflito interparental

De forma a investigar os mecanismos existentes na relação entre o conflito conjugal e o comportamento da criança foram elaborados modelos processuais com o objectivo de explicar o impacto no ajustamento através da significação do conflito parental elaborada por esta. Os mais referenciados são o modelo cognitivo-contextual e o modelo da segurança emocional.

2.7.1. O modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham

Grych & Fincham (1990) conceberam um modelo conceptual para destacar os processos passíveis de moderarem o *stress* do conflito conjugal para os filhos (*cf.* figura 1), sublinhando a importância do contexto do conflito, das cognições da criança e do seu nível de desenvolvimento.



Fonte: Grych e Fincham (1990)

O conflito interparental é conceptualizado por Grych & Fincham (1990) como um *stressor* que conduz a tentativas da criança para compreender e lidar com o conflito. Os autores propõem que a cognição e o afecto interpretam o conflito, guiando o comportamento de *coping*. Através do processamento primário, a criança torna-se consciente do acontecimento perturbador e experiencia uma reacção afectiva inicial influenciada pelas

características do episódio e pelos factores contextuais. O processamento primário dá então origem ao processamento secundário, durante o qual a criança tenta compreender a razão do conflito estar a decorrer, e como deve responder. Nesta fase, a criança constrói uma atribuição para a causa do conflito, atribuindo responsabilidade e culpa, e gera expectativas sobre a eficácia das potenciais respostas de *coping*. Para além de ser afectado pelas características do episódio de conflito e pelos factores contextuais, o processamento secundário é influenciado pelo estado inicial emocional da criança, o que por sua vez serve para modular o afecto originado pelo conflito. Tanto o processamento primário como o secundário guiam a tentativa dos filhos para lidarem com o conflito dos pais. *Copings* bem-sucedidos reduzem o afecto negativo, ao passo que os *copings* falhados podem manter ou aumentar o *stress* da criança (Grych & Fincham, 1990).

Como componentes do modelo, os autores enumeram as propriedades dos episódios de conflito e o contexto do conflito (distal e proximal), o processamento primário e secundário (atribuições causais, atribuições de responsabilidade e culpa, e expectativas de eficácia), o afecto, e o comportamento de *coping* da criança.

As propriedades do conflito compreendem as características de intensidade, duração, conteúdo e resolução. Como ficou exposto anteriormente, conflitos com níveis elevados de intensidade, frequentes, relacionados com a criança, e que se arrastem no tempo sem resolução à vista causam elevados níveis de *stress*. O nível de desenvolvimento também pode exercer um efeito indirecto na percepção do conflito ao influenciar os comportamentos dos pais em relação à criança (e.g., os pais podem proteger as crianças mais pequenas das discussões). O impacto de cada uma das dimensões pode portanto ter um efeito cumulativo.

Já o contexto distal compreende os factores estáveis como a memória dos episódios anteriores de conflito interparental, o clima emocional da família, o temperamento e o género. As experiências prévias de conflito afectam a sensibilidade da criança e criam expectativas sobre o curso dos conflitos futuros. O clima emocional percebido das relações familiares e relações pais-criança suportativas podem proteger os filhos. O temperamento pode torná-los mais susceptíveis e, para alguns autores, as diferentes experiências de socialização dos géneros podem ter influência nas respostas ao conflito. O contexto proximal refere-se aos pensamentos e sentimentos experimentados imediatamente antes dos episódios conflituosos, e dois são particularmente importantes: quando a criança se apercebe do início de um conflito elabora imediatamente expectativas quanto ao curso desse desentendimento, e nesse processo, o estado de humor actual da criança também exerce influência. Tal como as propriedades do conflito, os factores contextuais são apresentados simultaneamente, e portanto, o impacto de cada um deve ser considerado em inter-relação com os restantes.

No processamento do episódio de conflito, a tentativa da criança para compreender a situação pode mediar as respostas afectivas e de *coping*, e a forma como os factores contextuais influenciam o processo. Para Grych & Fincham (1990), o conflito conjugal coloca três questões à criança: “o que está a acontecer?”, “porque é que está a acontecer?”, e “o que posso

fazer?” (p. 281). As respostas emergem do processamento primário e do processamento secundário. No processamento primário, a criança, face ao conflito interparental, extrai informação relativamente à sua negatividade, ameaça, e relevância, e depois avalia-o como ameaçador ou benigno. Em caso de ameaça, as crianças podem sentir medo, incluindo o receio que o conflito as envolva, que afecte as suas relações com os pais, ou que resulte em divórcio. Embora todas as crianças sintam *stress* na resposta afectiva, existem diferenças individuais relativas às experiências anteriores, ao temperamento, e ao nível de desenvolvimento. No processamento secundário a criança tenta descobrir a causa do conflito (atribuição causal), a pessoa responsável (atribuição de responsabilidade) e se tem capacidades para lidar com o problema (expectativas de eficácia). Esta fase é influenciada pelo afecto estimulado durante o processamento primário, que por sua vez irá modular a resposta afectiva inicial. As atribuições causais variam conforme o *locus* (causas internas ou externas), a estabilidade (a probabilidade de estar presente ou não no futuro) e a globalidade (o grau em que afecta outras áreas da vida) e transformam-se com o desenvolvimento (e.g., as crianças mais novas tendem a perceber as causas como internas). Por exemplo, uma criança que pensa ser a causa do conflito, e que percebe o conflito como estável e global (e.g., os pais não gostam um do outro), é presumivelmente mais afectada do que uma criança que pense que o conflito se deve ao facto da mãe estar mal-disposta naquele dia. Depois de determinarem a causa, as crianças fazem julgamentos sobre o agente causal responsável pelo conflito. Crianças que se responsabilizam pelo conflito sentem culpa e vergonha, o que pode afectar a sua auto-estima. Quando responsabilizam um dos pais podem ficar ressentidas ou com sentimentos de culpa. As atribuições de responsabilidade e de culpa também se alteram com a idade (e.g., crianças mais novas culpam-se mais pelos divórcios). As respostas das crianças ao conflito são ainda influenciadas pelas expectativas de eficácia na resposta ao conflito, que por sua vez dependem do afecto e do comportamento – se as expectativas são altas, sente-se com coragem para agir efectivamente, mas se são baixas, o desespero e a desistência podem diminuir a sua capacidade de *coping*. As expectativas de eficácia da criança são ainda afectadas pelas atribuições, pelos esforços de *coping* do passado, pela estimulação afectiva e pelo nível de desenvolvimento.

Para além dos aspectos contextuais e processuais, Grych e Fincham (1990) consideram também o afecto e o comportamento de *coping*. O afecto encontra-se envolvido na avaliação do significado do conflito e na direcção do comportamento. Os autores presumem que a observação do conflito conjugal provoca afecto negativo nas crianças, que se traduz em *stress* e agressividade. Dado que o afecto influencia expectativas futuras, atribuições e estratégias de *coping*, o afecto gerado no processamento primário pode influenciar o processamento e as respostas de *coping* futuras.

O comportamento de *coping* das crianças pode tomar várias formas. Folkman e Lazarus (1980, *cit. in* Grych & Fincham, 1990) distinguiram dois tipos de respostas que, se bem-sucedidas, diminuem a estimulação emocional causada pelo *stress*: estratégias focadas nos problemas e estratégias focadas nas emoções. As primeiras são tentativas directas para

alterar o evento *stressante* (e.g., intervenção no conflito), enquanto as segundas são tentativas para regular a resposta emocional interna. Se a criança percebe que as intervenções directas não são eficazes, pode tentar alterar as suas respostas emocionais. Já as tentativas de intervir ou distrair os pais podem resultar na redução de intensidade do conflito ou no envolvimento da criança nas disputas. Qualquer que seja o resultado do comportamento, é o facto de conseguir aliviar o *stress* que afectará as expectativas de eficácia da criança sobre a sua habilidade para lidar com episódios de conflito futuros. Se o *coping* foi efectivo em reduzir a perturbação emocional, é provável que seja repetido, mesmo que seja desadaptativo. Uma vez que as crianças mais velhas desenvolvem respostas de *coping* mais elaboradas e têm uma rede social de suporte mais extensa, presume-se que tenham estratégias mais adequadas. Contudo estratégias bem-sucedidas em interromper o conflito interparental podem arrastar a criança para o conflito ou torná-la no foco dos problemas familiares.

Quanto às implicações deste modelo relativamente ao ajustamento, para além do medo, *stress* e agressividade típicos das crianças quando observam interações hostis entre os pais, Grych e Fincham (1990) referem que a tendência para fazer certos tipos de atribuições sobre o conflito pode causar problemas. Atribuições estáveis e globais podem levar a uma expectativa de conflito conjugal contínuo, o que pode resultar em tristeza, agressividade e desespero. Crianças que se tendem a culpar pelo conflito parental podem sofrer decréscimos na sua auto-estima e depressão. Uma vez que as crianças mais novas se tendem a culpar pelo que acontece à sua volta podem estar mais susceptíveis a estes efeitos. Crianças que culpam um dos pais pelo conflito também podem sofrer danos na relação com esse progenitor. Por outro lado, ao nível das estratégias, crianças que adquirem *copings* de intervenção ou de evitamento que se revelem eficazes com os pais podem reproduzir desadaptativamente essas estratégias com os pares. Crianças frequentemente expostas à agressividade interparental podem desenvolver estilos de *coping* sensíveis à ocorrência de um conflito, exagerando as reacções quando um conflito ocorre ou percebendo situações ambíguas como conflituosas. Ao presumirem hostilidade em sinais ambíguos e responderem de forma agressiva, podem motivar respostas igualmente agressivas ou a rejeição dos seus pares. Neste caso, a dimensão e o tipo de problemas de ajustamento associados ao conflito conjugal pode variar consoante as tarefas desenvolvimentais da criança. Na escola, por exemplo, a agressividade e o evitamento social pode dificultar a socialização, e crianças que são rejeitadas pelos pares sofrem um risco acrescido de desenvolverem problemas graves. Acresce que os efeitos da exposição a um nível elevado de conflito conjugal podem ocorrer em simultâneo com outros eventos *stressantes* na vida da criança, o que a torna ainda mais susceptível aos problemas de ajustamento.

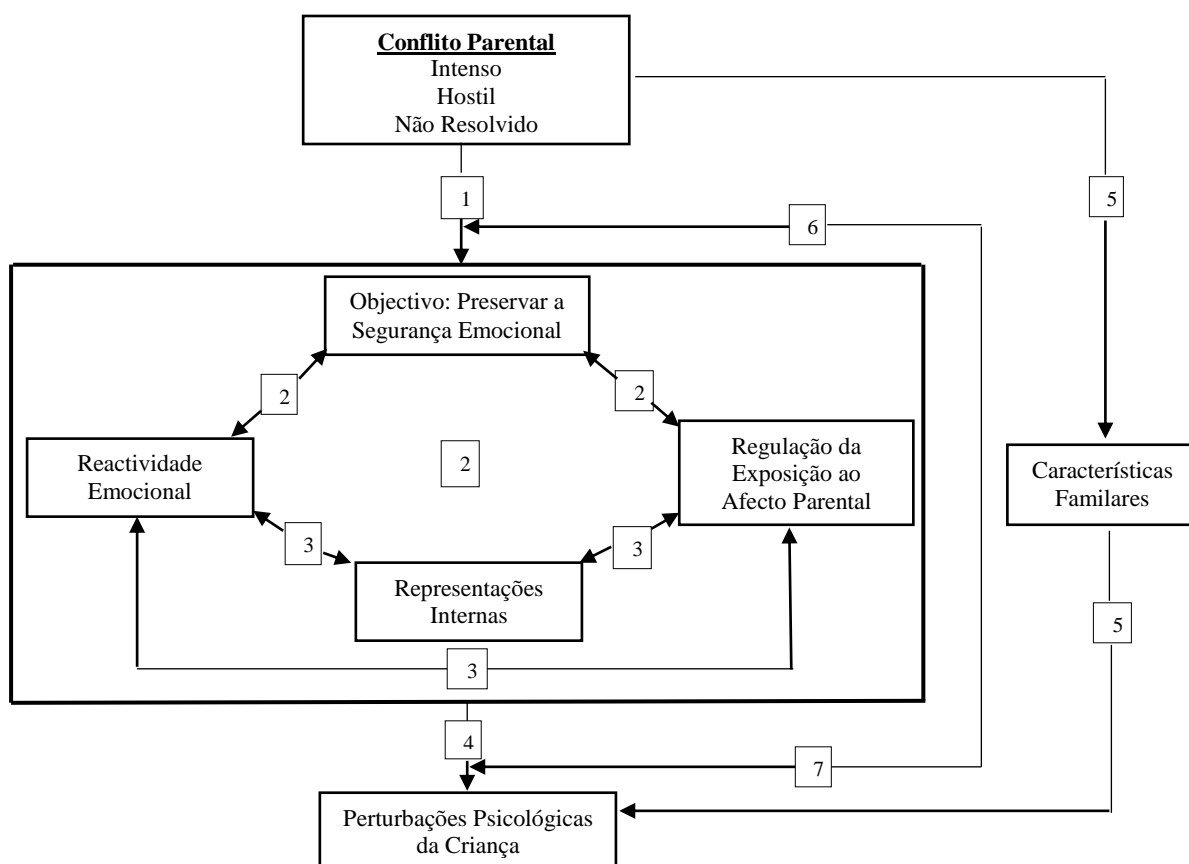
Ou seja, o modelo cognitivo-contextual de Grych e Fincham (1990) identifica e integra um conjunto de factores susceptíveis de mediar o impacto do conflito conjugal na criança. O modelo propõe que os efeitos do conflito interparental dependem do entendimento da criança sobre o conflito, o que por sua vez varia em função das características do mesmo, dos factores

contextuais, e do nível de desenvolvimento cognitivo desta. Ao colocarem a observação do conflito pela criança em contexto alargado, que inclui o clima percebido da família, as experiências prévias de conflito, a interpretação do conflito e a sua habilidade de *coping*, Grych e Fincham (1990) lançaram, segundo as suas próprias palavras, “*as fundações para um entendimento mais completo da relação entre o conflito conjugal e o ajustamento*” (p. 287). Com base neste modelo, Grych, Seid e Fincham (1993) desenvolveram uma escala de autorrelato, a *Children Perception of Interparental Conflict* (CPIC), para identificar as propriedades do conflito conjugal e as percepções de ameaça e de culpa das crianças.

2.7.2. O modelo da segurança emocional de Davies e Cummings

A conceptualização da segurança emocional, baseada na teoria da vinculação, foi proposta por Davies e Cummings (1994) para explicar o impacto do conflito conjugal nas crianças. Os autores propõem que as preocupações das crianças com a segurança emocional desempenham um papel central na regulação e organização das emoções, e na motivação para responderem ao conflito, com implicações no ajustamento (figura 2).

Figura 2. Modelo da segurança emocional



Fonte: Davies e Cummings, 2002

Davies e Cummings (1994) conceberam o modelo da segurança emocional colocando a ênfase na emocionalidade - a regulação das emoções

nas relações conjugais (e.g., intensidade e resolução), a forma como é gerida pela criança, e o papel das outras relações emocionais da família (e.g., vinculação pais-criança). A segurança emocional é definida em termos dos vários componentes que afectam o funcionamento da criança: é produto das experiências passadas com o conflito interparental e influência primária das respostas futuras; desempenha um papel central como mediador nas situações em que as crianças se encontram expostas ao conflito dos pais; é simultaneamente uma representação interna. Consequentemente, os autores consideram o constructo segurança emocional para compreender (a) o impacto imediato das variantes contextuais do conflito conjugal e (b) os percursos desenvolvimentais entre a discórdia conjugal e o ajustamento da criança a longo prazo. O impacto de outros factores familiares, designadamente as relações pais-criança, é também abordado.

A hipótese proposta é a de que certas formas de conflito familiar podem contribuir para o sentimento de segurança emocional da criança, enquanto outras podem destruí-lo. A segurança emocional suporta a habilidade de *coping* da criança para lidar de forma eficaz com os problemas diários. Por contraste, a insegurança emocional promove o *coping* menos efectivo e uma maior desregulação emocional e comportamental, o que tem implicações ao nível do ajustamento.

Com base na teoria da vinculação, Davies e Cummings (1994) defendem que a qualidade das relações pais-criança influencia a segurança emocional. Vinculações seguras favorecem representações internas seguras e facilitam a regulação das emoções negativas, protegendo as crianças do *stress* e promovendo o ajustamento, a socialização, a auto-confiança e a performance cognitiva (Bowlby, 1969; *cit. in* Davies & Cummings, 1994). Crianças emocionalmente seguras têm mais confiança na disponibilidade e estabilidade dos pais, maior expectativa de que os conflitos se resolverão, e menos receio que as discussões familiares ameacem o seu bem-estar. Em sentido contrário, o conflito interparental pode aumentar o *stress* e a insegurança emocional das crianças, resultar em práticas parentais pobres e reduzir a disponibilidade dos pais, o que acarreta implicações negativas para o futuro da família e da criança. Davies e Cummings (1994) defendem que as preocupações dos filhos com a segurança emocional organizam as suas respostas, ou seja, o afecto serve como mediador das respostas de *coping*. Uma vez que as interpretações emocionais e cognitivas dos conflitos destrutivos aumentam as emoções negativas e a motivação para agir de forma a diminuir a insegurança emocional, as experiências passadas com o conflito destrutivo influenciam as reacções posteriores das crianças, ao formarem uma pré-disposição negativa associada às relações parentais. Ou seja, o bem-estar emocional e a capacidade de modular as emoções em situações de *stress* representam as variáveis centrais (*core*) deste modelo.

Neste processo, Davies e Cummings (1994) identificaram alguns componentes da segurança emocional, designadamente: a regulação das emoções pelas crianças; as tentativas das crianças para regular as emoções conjugais; as representações internas das crianças.

No que diz respeito ao impacto da exposição do conflito conjugal nas crianças, Davies e Cummings (1994) designaram: os contextos do conflito

conjugal (frequência, forma, conteúdo e resolução); a direcção dos efeitos entre o conflito conjugal e o ajustamento (historial da criança com o conflito ao nível emocional, historial com o conflito e sensibilização, segurança emocional e ajustamento); o impacto do conflito conjugal nas relações pais-criança (parentalidade e vinculação pais-criança). Os autores propõem que a segurança emocional produz impacto na criança através de vários processos inter-relacionados: primeiro, a segurança emocional afecta a regulação das emoções, incluindo os estados sentimentais subjectivos, as expressões comportamentais e o funcionamento fisiológico; em segundo lugar, perante o *stress* familiar a segurança emocional motiva o *coping* de forma a tentar regular o comportamento dos pais; por último, a segurança emocional afecta as interpretações cognitivas e representações internas das relações familiares. Vejamos cada um dos componentes em pormenor.

As tentativas da criança para regular as emoções estão relacionadas com o historial de exposição aos desentendimentos parentais. A exposição repetida ao conflito destrutivo induz um aumento crónico de estimulação que pode desregular as emoções e comportamentos da criança, criando problemas de ajustamento. As explicações apontam três hipóteses: (1) a energia psicológica necessária para manter estados de hiper-vigilância é desviada da regulação das emoções e do comportamento, tornando mais difícil a adaptação em contextos de elevado *stress*; (2) os efeitos energéticos emocionais e físicos empregues na vigilância podem afectar o funcionamento da criança, já que a exposição repetida a acontecimentos *stressantes* resulta em sensibilização, o que intensifica as respostas aos estímulos, mesmo em caso de contenção; (3) a terceira hipótese traça uma distinção entre os efeitos das emoções positivas e negativas. As emoções negativas predis põem a criança a lembrar a negatividade do conflito parental, aumentando a probabilidade de reacções negativas. Inversamente, o afecto positivo reduz o factor de *stress* do conflito.

Mas para além de regular as suas emoções, as crianças podem procurar obter segurança emocional através de tentativas para regular as emoções conjugais, visando alterar, reduzir, ou terminar o conflito dos pais. O facto dessas respostas poderem ser eficazes na redução do *stress* pode aumentar a probabilidade de serem exibidas em situações subsequentes. Quanto mais frequentes forem os conflitos, mais esses comportamentos disruptivos tenderão a ser repetidos pela criança, causando desgaste e sedimentando padrões comportamentais. Acresce que crianças de famílias conflituosas têm maior motivação para intervir, já que os conflitos conjugais se prolongam, têm tendência a subir de intensidade, e podem-se tornar fisicamente abusivos.

A estas tentativas acresce que, uma vez que a vinculação influencia as representações internas das crianças, aquilo que as crianças aprendem sobre o controlo das emoções ao observarem as interacções conjugais, pode afectar o seu funcionamento emocional e ter implicações no ajustamento. As experiências com o conflito conjugal podem levá-las a construir esquemas de representações emocionais e cognitivas sobre o conflito que, quando accionados, irão reflectir as emoções e comportamentos associados, o que pode resultar em sensibilização. Dado que as representações internas e

os sentimentos de insegurança emocional se encontram inter-relacionados, a vergonha, a culpa, e o medo da criança ser arrastada para o conflito podem resultar dos conflitos destrutivos. Inversamente, as crianças podem aprender lições construtivas pela exposição aos conflitos resolvidos.

Ao nível do impacto, para Davies e Cummings (1994), a compreensão dos efeitos do conflito interparental nas emoções e no comportamento das crianças deverá ter em conta as características do conflito (frequência, forma, conteúdo e resolução), as experiências do passado com o conflito, e os factores pessoais (e.g., temperamento e género). A influência das características contextuais do conflito interparental, anteriormente abordadas por Grych e Fincham (1990), foi adoptada da mesma forma por Davies e Cummings (1994), com a diferença no facto dos resultados deverem ser avaliados ao nível do seu impacto na segurança emocional da criança.

Davies e Cummings (1994) abordam ainda a direcção dos efeitos entre o conflito conjugal e o ajustamento (historial da criança com o conflito conjugal, sensibilização, e segurança emocional e ajustamento), e o impacto do conflito conjugal nas relações pais-criança (parentalidade, vinculação pais-criança).

Como se constatou, a hipótese de segurança emocional propõe que: (1) a insegurança emocional deriva das experiências da criança com o conflito destrutivo; (2) a insegurança emocional promove problemas de ajustamento. Segundo os autores, as emoções negativas em resposta ao conflito são estáveis ao longo do tempo e organizam múltiplos elementos emocionais, cognitivos e fisiológicos de resposta. Logo, o historial de experiências com o conflito conjugal prediz a emocionalidade da criança quando colocada face ao conflito. Histórias de agressões físicas conjugais encontram-se associadas a níveis de *stress* muito elevados, a intervenções da criança nas disputas parentais, e por vezes a agressões pais-criança, o que afecta o sentimento de segurança emocional. Por outro lado, historiais de conflitos interparentais negativos predizem reacções mais negativas e maior reactividade comportamental nos filhos – o efeito de sensibilização – já que a exposição repetida aumenta o sentimento de insegurança emocional, o que reduz a capacidade de modular as emoções e o comportamento, deixando as crianças mais sensíveis ao medo, *stress* e agressividade, e que por sua vez se podem traduzir em problemas de ajustamento.

Por último, Davies e Cummings (1994) propõem que o conflito conjugal pode influenciar a segurança emocional da criança ao afectar as relações pais-criança. A razão prende-se com o facto dos conflitos deixarem os pais menos responsivos, mais hostis e emocionalmente menos disponíveis. Nesse sentido, os autores apontam dois aspectos fundamentais da relação pais-criança que podem ser afectados pela deterioração causada pelo conflito: (a) as práticas parentais; (b) a vinculação emocional entre os pais e a criança. Em relação à parentalidade, Davies e Cummings (1994) referem dois tipos de efeitos negativos: a rejeição parental; os problemas na disciplina da criança. A rejeição parental contribui largamente para a insegurança emocional, e os autores referem que problemas de internalização e de externalização têm surgido associados à emocionalidade negativa parental. A justificação é a de que a capacidade das crianças para

regularem as emoções face ao *stress* familiar é prejudicada quando perdem a confiança na disponibilidade dos pais. Paralelamente, as práticas parentais de disciplina também podem ser prejudicadas em razão do conflito conjugal. Quando se tornam demasiado negligentes ou demasiado severas provocam comportamentos de agressividade, desobediência, delinquência, criminalidade, evitamento social e relações inter-pares diminuídas nos filhos. A explicação prende-se com o facto da negatividade emocional induzida pelos pais poder distorcer as percepções e fomentar representações hostis dos outros, dificultando o processamento de informação e a capacidade de prestar atenção das crianças. Por outro lado, o conflito conjugal ao aumentar a negatividade das interações pais-criança ou ao reduzir a disponibilidade emocional parental pode afectar os laços de vinculação e diminuir a segurança emocional. Segundo Davies e Cummings (1994) os efeitos negativos directos (efeitos da exposição) e indirectos (parentalidade e vinculação) provavelmente co-ocorrem na maioria dos casos. Pais desgastados pelo conflito podem recorrer aos filhos para o suporte e dependência emocional que não encontram na relação, e as crianças podem ser pressionadas a coligar-se com um dos pais, o que gera ainda maior insegurança (*idem*).

Ou seja, no modelo de segurança emocional de Davies e Cummings (1994) o impacto do conflito conjugal nas crianças terá de tomar em conta a interpretação que a criança executa em cada momento relativamente à sua segurança emocional, considerando a interação de todos os factores contextuais, pessoais, interparentais, e do historial de conflito, com especial destaque para o factor de resiliência que a relação de vinculação com os pais pode desempenhar. Caso a turbulência provocada pelo clima emocional negativo do conflito familiar gere um mal-estar emocional e um sentimento geral de insegurança, o funcionamento da criança poderá ser afectado nos mais variados contextos, por exemplo através da reprodução de esquemas desadaptativos internalizados, cuja reactividade emocional poderá levar a reproduzir em situações de *stress*. Para Davies e Cummings (1994), o conflito conjugal, a parentalidade e a vinculação intersectam-se nos seus efeitos ao nível da segurança emocional. Os processos desses efeitos estarão relacionados com as capacidades de estimulação e de regulação das emoções. Em particular, a emocionalidade dos sistemas conjugal e pais-criança tem implicações nos sentimentos de segurança emocional, com impacto no ajustamento dos filhos.

Em suma, para Davies e Cummings (2002) os dois principais modelos teórico-conceptuais orientados nos processos conseguiram concluir que: as crianças respondem aos estímulos do conflito interparental, apresentando problemas de internalização e de externalização; as crianças são afectadas pelas interpretações emocionais do conflito; as crianças são sensíveis ao conteúdo do conflito e conseguem distinguir os conflitos de temática relacionada ou não consigo próprias, bem como os conflitos interparentais dos conflitos pais-criança; as crianças conseguem distinguir diferentes formas de violência conjugal, distinguir agressão física de agressão verbal e identificar ameaças de término da relação ou expressões de medo; mesmo

expressões não-verbais de raiva e retiradas extemporâneas de cena por parte dos pais também provocam perturbações na criança; o *stress* dos filhos pode diminuir em função dos conflitos serem resolvidos e do grau de resolução; as crianças beneficiam das explicações dos pais sobre a resolução do conflito, e estas apercebem-se das resoluções mesmo quando não lhe são transmitidas; as crianças são menos perturbadas pela não resolução quando os pais expressam optimismo sobre a situação.

3. O ajustamento da criança: problemas de internalização e problemas de externalização

Os problemas de ajustamento da criança são um termo global que compreende elementos como a adaptabilidade e a correspondência do comportamento da criança, o bem-estar emocional, o auto-conceito e os resultados alcançados (Grych & Fincham, 1990). Na psicopatologia da infância e da adolescência a maioria da literatura convencionou usar o termo clínico desajustamento psicológico para designar duas classes de problemas, as perturbações de internalização e as perturbações de externalização. A denominação destes dois “*clusters*” contrastantes teve origem na análise de Achenbach (1966) e reflecte sintomatologicamente “*a auto-deprivação e o virar-se contra si próprio*” e “*a auto-indulgência e o virar-se contra os outros*” (Achenbach, 1966, p. 4).

Os problemas de internalização envolvem conflitos consigo próprio e manifestam-se quando os indivíduos tentam manter um controlo inapropriado do seu estado emocional, utilizando apenas estratégias “internas” (Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini & Hutz, 2005; Mota *et al.*, 2013; Matos, Gaspar & Ferreira, 2013). Encontram-se associados a problemas do humor, ansiedade, timidez, medo, baixa auto-estima, depressão, evitamento social e tristeza (Achenbach, 2001; Matos *et al.*, 2013). De acordo com Merrell (2008, *cit. in* Matos *et al.*, 2013) existem quatro tipos de problemas de internalização: depressão, ansiedade, fobia social e problemas somáticos.

Os problemas de externalização são comportamentos que se encontram associados a dificuldades de controlo e de auto-regulação, e envolvem conflitos com o ambiente (Pacheco *et al.*, 2005). Apresentam características comuns que os distinguem de outros tipos de manifestações comportamentais, como a manifestação de agressividade, impulsividade, hiperactividade, violação de regras, problemas de conduta, comportamento anti-social, delinquência e abuso de substâncias (Pacheco *et al.*, 2005; Buehler *et al.*, 1997).

Diversos estudos empíricos têm assinalado a relação entre o conflito interparental e problemas de internalização e de externalização em crianças e adolescentes, como se pode ver, segundo Yeung *et al.*, 1998, em síntese:

Tabela 1. Estudos sobre conflito interparental e problemas de ajustamento nas crianças

Tipo de Desajustamento	Problemas Apresentados	Autores
Externalização	Problemas de Conduta	Emery & O'Leary, 1982; Long <i>et al.</i> , 1987; Long <i>et al.</i> , 1988; Porter & O'Leary, 1980; Wierson <i>et al.</i> , 1988
	Agressão	Carlson, 1990

	Delinquência/ Comportamento Anti-Social	Carlson, 1990; Emery & O'Leary, 1984; Porter & O'Leary, 1982; Peterson, & Zill, 1986
	Hiperactividade/ Comportamento Impulsivo	Peterson & Zill, 1986
Internalização	Depressão	Burt <i>et al.</i> , 1988; Peterson & Zill, 1986
	Ansiedade/ Fobia Social	Burt <i>et al.</i> , 1988; Long <i>et al.</i> , 1988; Slater & Haber, 1984; Wiersen <i>et al.</i> , 1988
Ambos/Outros	Transtorno da Personalidade	Porter & O'Leary, 1980
	Auto-Estima baixa	Burt <i>et al.</i> , 1988; Garber, 1991; Slater & Haber, 1984
	Tendências Suicidas	Carlson, 1990
	Inadequação/Imaturidade	Emery & O'Leary, 1982; Porter & O'Leary, 1980
	Competência Social Reduzida	Enos & Handal, 1986; Long <i>et al.</i> , 1987; Wiersen <i>et al.</i> , 1988
	Competência Cognitiva reduzida	Long <i>et al.</i> , 1987; Wiersen <i>et al.</i> , 1988
	Média Académica Reduzida (GPA - low grade point average)	Long <i>et al.</i> , 1987; Long <i>et al.</i> , 1988; Wiersen <i>et al.</i> , 1988

Fonte: Elaboração própria

Na sua metanálise, Buehler *et al.*, (1997) defenderam que as investigações futuras devem avaliar separadamente os problemas de externalização e de internalização, devido às altas correlações entre ambos.

II - Objectivos

1. Fundamentação do estudo e hipóteses orientadoras

A investigação recente tem revelado que a exposição a níveis elevados de conflito interparental é um factor de risco para o desenvolvimento de problemas de ajustamento nas crianças, com efeitos ao nível emocional e comportamental e no rendimento académico, entre outros aspectos. Assim, e tendo em conta a importância de relações interparentais estáveis, suportativas e construtivas para o desenvolvimento saudável das crianças, pretende-se verificar se existem diferenças na relação entre o conflito interparental percebido e os níveis de ajustamento de internalização e de externalização em três conjuntos de sujeitos agrupados conforme o nível de exposição ao conflito. Pretende-se igualmente verificar se as percepções das crianças sobre os conflitos interparentais têm alguma relação com os resultados académicos, e também testar se existem diferenças nas percepções do conflito interparental consoante o género, a idade, o ano escolar, o tipo de família e o nível socioeconómico.

Com efeito, o problema que deu origem a este estudo traduz-se na seguinte questão: terão as crianças expostas a níveis mais elevados de conflito interparental (grupo de elevada exposição ao conflito interparental) diferenças significativas nos sintomas emocionais e comportamentais em relação aos outros grupos (grupo de média exposição ao conflito interparental; grupo de baixa exposição ao conflito interparental)? Assim,

esta investigação tem como objectos de estudo o conflito interparental, as emoções e comportamentos das crianças (internalização e externalização), o rendimento escolar, e algumas variáveis demográficas (género, idade, ano escolar, tipo de família e nível socioeconómico). Outra finalidade deste trabalho é caracterizar a experiência das crianças com o conflito interparental, nomeadamente ao nível da sua percepção subjectiva (propriedades do conflito, ameaça e culpa), relação com resultados escolares (português e matemática) e variáveis demográficas. Por conseguinte, este estudo tem como objectivos específicos:

I. Explorar as relações entre a percepção dos índices de conflito interparental medidos pelo CPIC e os auto-relatos emocionais e comportamentais (internalização/externalização) das crianças avaliados pelo SDQ, comparando os três grupos (grupo de elevada exposição ao conflito interparental, grupo de média exposição ao conflito interparental, grupo de baixa exposição ao conflito interparental)

II. Explorar o modo como os níveis de percepção do conflito interparental se relacionam com os resultados escolares (média das notas de português e matemática) e com as variáveis demográficas.

Outros objectivos são:

(a) Analisar o efeito da variável média das notas de português e matemática dos inquiridos na percepção do conflito interparental;

(b) Analisar o efeito da variável género dos inquiridos na percepção do conflito interparental;

(c) Analisar o efeito da variável idade na percepção do conflito interparental;

(d) Analisar o efeito da variável ano escolar na percepção do conflito interparental;

(e) Analisar o efeito da variável agregado familiar (família nuclear vs família reconstruída) dos inquiridos na percepção do conflito interparental;

(f) Analisar o efeito da variável nível socioeconómico na percepção do conflito interparental.

Não obstante, a revisão da literatura e os resultados das principais investigações empíricas permitem enumerar, à partida, algumas previsões:

- São esperadas diferenças significativas na relação entre a percepção dos índices de conflito interparental dos três grupos medidos pelo CPIC e os auto-relatos emocionais e comportamentais (internalização/externalização) das crianças avaliados pelo SDQ, em conformidade com as principais conclusões empíricas sobre o conflito interparental (e.g. Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990; Katz & Gottman, 1993);

- De acordo com estudos que analisaram a relação entre o conflito interparental e os resultados académicos (Unger, McLeod, Brown & Tressell, 2000; Ghazarian & Buehler, 2010) esperam-se variações significativas quando se tem em linha de conta a percepção dos conflitos interparentais e as médias das notas de português e matemática;

- Em consonância com as principais conclusões da literatura (e.g. Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990; Buehler et al., 1992; Rhoades, 2008) não são esperadas variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, quando se toma consideração o género;

- Também não são expectáveis variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, quando se tem em linha de conta a idade, de acordo com as conclusões de diversos estudos (e.g. Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990; Bhueler et al., 1992; Rhoades, 2008). O mesmo deverá ser depreendido a respeito da variável ano escolar, uma forma alternativa de agrupar as crianças para comparar o nível de desenvolvimento

- Ainda de acordo com as conclusões da extensa literatura sobre o divórcio e os problemas de ajustamento da criança (e.g., Emery, 1982; Amato & Keith, 1991), não se preveem variações significativas na percepção dos conflitos interparentais considerando o agregado familiar.

- Por último, dado que a literatura refere que o conflito interparental é um fenómeno transversal que atravessa todas as classes (Davies & Cummings, 1994), não se preveem variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, tomando em linha de conta o nível socioeconómico.

Em síntese, uma vez que o impacto de um evento *stressante* é melhor compreendido através da perspectiva da própria criança (Fincham, 1998) e que a abordagem usada na definição das emoções e comportamentos da criança é frequentemente baseada em relatos de adultos, pretende-se neste estudo explorar a percepção do conflito conjugal do ponto de vista dos filhos, designadamente, os seus efeitos no ajustamento, nas notas escolares e nas variáveis demográficas. Simultaneamente, e dada a escassez de pesquisas sobre o conflito interparental em amostras portuguesas, pretende-se contribuir para o conhecimento sobre esta área específica.

III - Metodologia

Nesta secção são caracterizados a amostra do estudo, as variáveis, os instrumentos e os procedimentos de investigação e estatísticos utilizados para a concretização deste trabalho.

Opções metodológicas

No sentido de alcançar os objectivos explicitados, desenhou-se um estudo exploratório (Pais-Ribeiro, 1999). O desenho deste estudo visa a descrição de uma realidade. A investigação enquadra-se no paradigma quantitativo. Serão colocadas à prova hipóteses explicativas das relações supostas entre variáveis. As variáveis em estudo seriam o conflito interparental (variável independente), as emoções (variável dependente), o comportamento (variável dependente) e o rendimento escolar (variável dependente).

Fizeram parte da amostra 158 sujeitos, 52.53% (n=83) do sexo feminino e 47.47% (75) do sexo masculino. A diferença na distribuição da amostra por sexos não foi estatisticamente significativa ($\chi^2(1)=0.41$, $p=.524$). As idades variaram entre 12 e 17 anos, com uma média de 13.49 anos (DP=1.01). A idade média dos sujeitos do sexo feminino foi de 13.58 (DP=0.99) e dos sexo masculino de 13.40 (DP=1.03), a diferença não foi estatisticamente significativa ($F(1, 156)=1.24$, $p=.268$).

1. Amostra

Tabela 2. Caracterização da amostra: género, estado civil dos pais, agregado familiar, nível socioeconómico, ano de escolaridade e resultados escolares (n=158)

	N	%
Género		
Feminino	83	52.5
Masculino	75	47.5
Estado Civil dos Pais		
Casados	126	79.75
União de Facto	6	3.80
Divorciados	22	13.92
Viúvo(a)	4	2.53
Agregado		
Pai e Mãe	131	82.91
Um dos progenitores mais padrasto ou madrastra	8	5.06
Apenas um dos progenitores	18	11.39
Outra Pessoa	1	0.63
Nível Sócio-Económico		
Nível Sócio-Económico Baixo	120	75.95
Nível Sócio-Económico Médio	32	20.25
Ano de Escolaridade		
7º Ano	60	37.97
8º Ano	61	38.61
9º Ano	37	23.42
Resultados Escolares		
	M	DP
Português	3.09	.88
Matemática	3.03	.76

Os pais dos sujeitos inquiridos são na sua maioria casados (79.95%) e coabitam, vivendo o jovem com ambos os progenitores (82.91%). O nível socioeconómico mais frequente foi o baixo (75.95%).

Frequentavam o 7º ano 37.97% (n=60) dos inquiridos, 38.61% (n=61) o 8º ano e 23.42% (n=37) o 9º ano. A média das classificações de português foi 3.09 (DP=0.76) e de matemática foi 3.03 (DP=0.88).

2. Instrumentos

O protocolo de avaliação é constituído por instrumentos de auto-resposta: um questionário sociodemográfico, uma escala que mede a percepção do conflito inter-parental (CPIC) e um inventário que mede a os comportamentos e as emoções (SDQ).

- *Questionário Sociodemográfico* onde era requerido o género, a idade, o ano escolar, o agregado familiar e o rendimento escolar (português e matemática)⁴.

- *Children Perception of Interparental Conflict (CPIC)* (Grych,

⁴ Cf. Anexo 1.

Seid e Fincham, 1992). Escala de Crenças da Criança sobre os Conflitos Interparentais (adaptado para a população portuguesa por Sani, 2003)⁵

O CPIC é um questionário desenvolvido por Grych, Seid e Fincham (1992) a partir das investigações sobre a relação entre o conflito interparental e o ajustamento das crianças, com o objectivo de aferir as percepções dos filhos sobre os conflitos interparentais. Traduzido e validado para Portugal por Sani (2003) e por Andrade e Matos (2003), trata-se de um questionário de auto-relato que avalia as diversas propriedades dos conflitos interparentais (frequência, intensidade, resolução e conteúdo), bem como aspectos relativos à interpretação da criança, (ameaça percebida, eficácia no *coping*, culpa e estabilidade causal) (Grych *et. al*, 1992).

O questionário é constituído por 48 itens que se distribuem mediante 9 dimensões: frequência, intensidade, resolução, conteúdo, percepção da ameaça, eficácia, culpa, triangulação e estabilidade. Cada um dos itens do CIPC utiliza uma escala de resposta tipo Likert, com três alternativas de resposta - Verdadeiro, Pouco ou Às Vezes Verdadeiro, e Falso. Após as análises exploratórias, confirmatórias e de consistência interna, Grych e colaboradores optaram por reorganizar estas 9 escalas em 3 grandes dimensões: Propriedades do Conflito (composta pelas escalas Frequência, Intensidade e Resolução), Culpa (composta pelas escalas Conteúdo e Culpa) e Ameaça (composta pelas escalas Percepção de Ameaça e Eficácia). Nesta reorganização em três dimensões, foram eliminadas as escalas Estabilidade e Triangulação, uma vez que os itens não saturavam de forma consistente nos 3 factores concebidos.

Os estudos originais de Grych *et. al* (1992) revelam uma boa fiabilidade na consistência interna em duas amostras de 222 e 114 sujeitos, com alfas de Cronbach, para a dimensão intensidade de .82 e .80, para a dimensão frequência de .70 e .68, para a dimensão resolução de .83 e .82, e para a dimensão de propriedades do conflito de .90 e .89. Análises de teste-reteste com intervalo de duas semanas registaram estabilidade aceitável (.70) nas propriedades do conflito. Foram obtidas correlações significativas com escalas de conflito conjugal (OPS, Porter & O'Leary, 1980) e com escalas de agressão interparental (Conflict Tactics Scale, Straus, 1979) ao nível da validade (*cit. in* Grych *et al*,. 1992). As dimensões do instrumento foram ainda relacionadas com índices de internalização e externalização de problemas na perspectiva dos sujeitos, dos professores e dos pares através da *Child Behavior Checklist and Revised Child Behavior Profile* (CBCL, Achenbach & Edelbrock, 1983), onde se destacaram associações significativas face ao conflito interparental, havendo algumas diferenças de género, nomeadamente elevados índices de internalização para o género masculino e de externalização para o género feminino (*idem*). A análise da consistência interna da CPIC validada para Portugal por Sani (2003), versão usada no presente estudo, revelou no coeficiente alfa de Cronbach um valor de .90, tendo sido encontrados valores aceitáveis e próximos do estudo original. Este questionário foi também traduzido para a língua portuguesa por Andrade e Matos (2003), apresentando igualmente níveis elevados de

⁵ Cf. Anexo 1.

fiabilidade.

Neste estudo utilizar-se-à a reorganização das 7 escalas em 3 factores proposta pelos autores. A dimensão Propriedades do Conflito pretende avaliar a percepção das crianças relativamente ao carácter destrutivo de conflito parental. A dimensão Ameaça pretende avaliar a percepção de ameaça e de medo desencadeado pelo conflito, associado a um sentimento de incompetência pessoal para lidar com o conflito. A dimensão Culpa procura avaliar a autculpabilização pelo conflito dos pais.

Análise psicométrica do CPIC

A escala CPIC avalia o conflito interparental. As análises que se seguem pretendem dar um contributo para o estudo das propriedades métricas da escala, mas também demonstrar a sua adequação à amostra em estudo. Este procedimento é recomendado pela APA com base nas recomendações da *Task Force on Statistical Inference* (Wilkinson & TFISI, 1999). Esta recomendação fundamenta-se no facto de os procedimentos baseados na Teoria Clássica dos Testes (Muñiz, 2003) estarem dependentes da amostra em que o estudo é feito.

Não foi efectuado o estudo da dimensionalidade da escala pelo facto do tamanho da amostra não ser adequado para a Análise Factorial (AF). O tamanho da amostra para a AF não recolhe consenso entre os autores, contudo existe um valor mínimo defendido: cinco sujeitos por item e $n > 100$ (Bryant & Yarnold, 1995; Hair, Anderson, Tatham, & Black 1995).

Para cada dimensão da escala será calculada a sua consistência interna através do alfa de Cronbach. Este cálculo é considerado a melhor estimativa da fidelidade (Anastasi, 1980). Para a interpretação da magnitude do alfa recorreu-se à classificação de DeVellis (1991): $\alpha < .60 \rightarrow$ inaceitável; $.60 < \alpha < .65 \rightarrow$ indesejável; $.65 < \alpha < .70 \rightarrow$ minimamente aceitável; $.70 < \alpha < .80 \rightarrow$ respeitável; $.80 < \alpha < .90 \rightarrow$ muito bom; $.90 < \alpha \rightarrow$ ponderar redução do número de itens.

Para cada item foi calculada a média e o desvio-padrão, e foi avaliada a sua homogeneidade através da correlação corrigida. O índice de homogeneidade é obtido através da correlação do item com o teste quando é eliminada a influência desse item da pontuação total do teste (correlação item-total corrigida) (Muñiz, 2003; Vallejo, Sanz & Blanco, 2003). Para $n=158$, a correlação é significativa para $p < .01$ se $r \geq .21$. Para a interpretação das correlações tomamos como referência a classificação de Cohen (1988): entre $|.10|$ e $|.29|$ - pequena ou fraca; entre $|.30|$ e $|.49|$ - média ou moderada; entre $|.50|$ e $|1.0|$ - grande ou forte.

Adoptou-se como referência o estudo de Sani (2003) do qual resultou o instrumento utilizado no presente estudo. Apesar dos diferentes estudos desenvolvidos com esta escala terem obtido estruturas ligeiramente diferentes, nas análises foi mantida a coerência com a versão do instrumento usada na recolha dos dados.

Na dimensão Intensidade⁶ todos os itens se correlacionaram significativamente com a escala, com magnitudes superiores a $.30$. O alfa de

⁶ Cf. Anexo 2.

Cronbach tomou o valor de .79.

Na dimensão Frequência as correlações corrigidas variaram entre .45 e .57, ou seja, com magnitudes moderadas ou altas⁷. A única exceção foi encontrada no item 25 que obteve uma correlação de .18. Se este item fosse excluído da escala o alfa subiria de .72 para .75. O objetivo do presente estudo não é a construção ou validação da escala e também não se podem basear as decisões na AF. Optou-se então por manter o item na escala para que os resultados fossem facilmente comparáveis com outros estudos.

Na dimensão Resolução todos os itens obtiveram correlações corrigidas de elevada magnitude e o valor do alfa foi de .84⁸.

Para a obtenção de uma pontuação total na escala Propriedades do Conflito (utilizada em alguns estudos) foi efectuado também o cálculo da homogeneidade dos itens, bem como o cálculo do alfa de Cronbach. Todos os itens obtiveram correlações moderadas ou altas⁹. A única exceção é o item 25 com uma correlação corrigida de .23. O alfa de Cronbach foi de .92, ou seja, pode ser considerado muito bom.

Na escala ameaça percebida¹⁰ todos os itens obtiveram correlações corrigidas moderadas ou altas, e o alfa de Cronbach foi de .77.

Na escala eficácia no *coping*¹¹ as correlações foram moderadas para quatro itens mas baixas para os itens 6 (.18) e 23 (.17). O alfa de Cronbach foi de .56, valor inaceitável pelo erro de medida que representa. Apesar de se pretender manter uma estratégia tão conservadora quanto possível, neste caso foi necessário uma avaliação mais profunda. A exclusão do item 6 faria o alfa aumentar para .56, e a exclusão do item 23 incrementaria o alfa para .57. Em ambos os casos o valor do alfa manter-se-ia inaceitável. Excluindo os dois itens em causa o alfa sobe para um valor ainda indesejável (.64) mas passível de utilização em contexto de investigação.

Na dimensão ameaça¹² também os itens 6 (.14) e 23 (-.04) obtiveram valores de homogeneidade muito baixos. Com a sua exclusão o alfa sobe de .75 para .79.

Dentro da dimensão Culpa¹³, a escala do mesmo nome obteve três correlações moderadas, uma alta e uma baixa (.24, item 9). A exclusão deste item traria ao alfa de Cronbach um valor entre o indesejável e o minimamente aceitável (.65). A escala conteúdo obteve valores de homogeneidade dos itens entre o moderado e o alto, o valor do alfa foi de .68. Tomada a dimensão Culpa (culpa + conteúdo) todos os itens obtiveram valores de homogeneidade moderados ou elevados, o valor do alfa foi de .81

Na escala Triangulação¹⁴ os valores de homogeneidade dos itens são fracos. Quatro itens obtiveram valores moderados entre .30 e .37, o item 4

⁷ Cf. Anexo 2.

⁸ Cf. Anexo 2.

⁹ Cf. Anexo 2.

¹⁰ Cf. Anexo 2.

¹¹ Cf. Anexo 2.

¹² Cf. Anexo 2.

¹³ Cf. Anexo 2.

¹⁴ Cf. Anexo 2.

obteve um valor significativo mas baixo (.28), e nos restantes três itens a correlação nem sequer é significativa. O alfa foi de .49. A exclusão do item 17 incrementa o item para .58, valor inaceitável. Excluídos os itens 17 e 30 obtemos um alfa de .62, passível de ser usado para efeitos de investigação mas cuja interpretação e generalização dos resultados deve ser feita com muita cautela. Será pois aproveitada apenas para informação adicional.

Tabela 3. Valores mínimos, máximos, médios e desvios-padrão, assimetria e curtose, das dimensões e escalas do CPIC

	Min.	Máx.	M,	DP	Assimetria (erro=.19)	AP	Curtose (erro=.38)	CP
Propriedades do conflito	0	35	10.08	8.42	-0.86	-4.53	-0.06	-0.16
Intensidade	1	13	3.49	3.23	-0.82	-4.32	-0.13	-0.34
Frequência	1	12	3.36	2.65	-0.85	-4.47	0.21	0.55
Resolução	0	11	3.23	3.33	-0.87	-4.58	-0.19	-0.49
Ameaça	0	18	7.06	4.79	-0.33	-1.74	-0.93	-2.42
Ameaça percebida	0	12	4.32	3.42	-0.40	-2.11	-0.87	-2.27
Eficácia no coping	0	8	2.74	2.14	-0.45	-2.37	-0.54	1.42
Culpa total	3	13	2.65	2.96	-1.22	-6.42	0.94	2.45
Culpa	0	8	1.34	1.66	-1.40	-7.37	1.86	4.89
Conteúdo	0	6	1.31	1.65	-0.95	-5.00	-0.38	-0.99
Triangulação	2	10	2.15	2.15	-1.04	-5.47	0.66	1.72

DP – Desvio-padrão; AP – Assimetria padronizada (assimetria/erro); CP – Curtose padronizada (curtose/erro);

Todas as medidas apresentaram assimetrias padronizadas superiores a 2, o que significa que para $p < .05$ a distribuição observada se distancia significativamente da distribuição teórica normal. A maior parte das medidas apresenta mesmo uma distribuição fortemente assimétrica. A simetria da distribuição é um dos requisitos para a utilização de provas estatísticas paramétricas de teste de diferenças entre médias. Uma violação severa deste pressuposto provoca enviesamentos nos resultados das provas paramétricas.

Os valores de curtose foram para a maioria das medidas inferiores a 2 e apenas a escala culpa obteve um valor muito elevado. A curtose influencia sobretudo as provas de correlação.

Em algumas medidas foi alterado o número de itens relativamente ao estudo de referência. Para que os resultados possam ser comparados com outros estudos e entre medidas foi calculada a média reduzida, que consiste na divisão do valor médio pelo número de itens.

Tabela 4. Comparação dos valores do alfa no estudo actual com o estudo de Sani (2001)

	Estudo Actual	Sani (2001)
Propriedades do conflito	.92	.89 ^a
Intensidade	.79	.78
Frequência	.72	.73
Resolução	.84	.77
Ameaça	.79	.80
Ameaça percebida	.77	.80

Eficácia no coping	.64	.55
Culpa total	.81	.71
Culpa	.65	.52
Conteúdo	.68	.68
Triangulação	.62	.55

^a Propriedades do conflito + coping

As propriedades de conflito, a culpa e a triangulação obtiveram valores de alfa superiores ao estudo de Sani (2001). A ameaça total e a ameaça percebida alcançaram valores de alfa ligeiramente inferiores à validação da autora.

Tabela 5. Classificação das pontuações do CPIC

		N	%	Média	DP	K-W χ^2	p
Propriedades do Conflito	Grupo de baixa exposição ao CIP	53	33.54	2.02	1.29	139.95	.000
	Grupo de média exposição ao CIP	51	32.28	7.90	2.50		
	Grupo de elevada exposição ao CIP	54	34.18	20.06	5.61		
Ameça	Grupo de baixa exposição ao CIP	57	36.08	2.04	1.35	140.11	.000
	Grupo de média exposição ao CIP	50	31.65	6.92	1.48		
	Grupo de elevada exposição ao CIP	51	32.28	12.82	2.29		
Culpa total	Grupo de baixa exposição ao CIP	53	33.54	0.00	0.00	146.77	.000
	Grupo de média exposição ao CIP	50	31.65	1.68	0.47		
	Grupo de elevada exposição ao CIP	55	34.81	6.07	2.37		
Triangulação	Grupo de baixa exposição ao CIP	47	29.75	0.00	0.00	145.28	.000
	Grupo de média exposição ao CIP	58	36.71	1.59	0.50		
	Grupo de elevada exposição ao CIP	53	33.54	4.68	0.00		

CIP – Conflito Interparental

Para a criação de três grupos a partir das pontuações do CPIC (baixa exposição ao CIP, média exposição ao CIP, e elevada exposição ao CIP) foi usado o procedimento rank cases Nties do SPSS 19.0, que permite fracionar a amostra em grupos aproximadamente proporcionais a partir das pontuações.

**- *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ) (Goodman, 1997).
Questionário de Capacidades e Dificuldades (traduzido e adaptado para**

Portugal por Castro Fonseca, Jorge Loureiro e Filomena Gaspar)¹⁵

O SDQ é um instrumento breve, de auto-resposta, para avaliação do comportamento que explora os atributos positivos (capacidades) e negativos (dificuldades) da criança e do adolescente. É composto por 25 itens, agrupados em 5 escalas, compostas por 5 itens cada - Sintomas Emocionais, Problemas de Comportamento, Hiperactividade, Problemas de Relacionamento com Colegas e Comportamento Pró-Social. Cada escala é cotada de 0 a 10. A escala Total das Dificuldades é constituída pela soma de todas as escalas menos a última (0-40 pontos).

Cada item pode ser assinalado com as respostas “*Não é verdade*”, “*É um pouco verdade*” e “*É muito verdade*”. Os valores atribuídos a cada um dos itens estão estandardizados de 0 (“*Não é verdade*”) a 2 (“*É muito verdade*”) para todos os itens à excepção dos itens 7, 11, 14, 21 e 25, em que o sentido de resposta é o inverso. O item intermédio (“*É um pouco verdade*”) é cotado sempre com 1.

Encontra-se disponível em três versões, uma para pais, outra para professores e uma de auto-relato. As duas primeiras podem ser usadas com sujeitos dos 3 aos 16 anos. A versão utilizada neste estudo foi a de auto-relato, e pode ser aplicada a sujeitos dos 11 aos 17 anos. O SDQ é ainda constituído por uma segunda parte opcional, o Suplemento de Impacto, que não foi utilizado para os fins desta investigação.

Os resultados do Total das Dificuldades e de todas as escalas podem ser interpretados como normais, limítrofes e anormais, tomando por base o pressuposto definido pelos autores da escala original: 80% das crianças na população correspondem a resultados normais, 10% correspondem a resultados limítrofes e 10% pontuam resultados considerados anormais (Goodman, 1998).

Goodman, Meltzer e Bailey (1998) estudaram a consistência interna da versão de auto-relato utilizando o cálculo do alfa de Cronbach. Concluíram que a escala total de dificuldades denotava uma boa consistência interna com valor de alfa de .82. A consistência interna da escala de Sintomas Emocionais e da escala de Problemas de Comportamento foi considerada razoável, com valores de alfa de .75 e .72. As escalas de Hiperatividade, de Comportamento Pró-social e de Problemas de Relacionamento com os Colegas obtiveram níveis de consistência menores, com valores de alfa de .69, .65 e .61 respectivamente. Marzocchi, Capron, Pietro, Tauleria & Duyme (2004), num estudo comparativo entre os resultados da aplicação do SDQ em Espanha, Itália e Portugal, constataram que as propriedades psicométricas das 3 versões demonstram uma boa precisão e validade, embora não fossem apresentados os valores.

Este questionário possui as vantagens de ser simples e breve, ter uma linguagem acessível, ter versões opcionais para informantes e para auto-relato (possibilitando a comparação), estar disponível na internet e traduzido para várias línguas, e de poder ser utilizado para diferentes finalidades, como para avaliação clínica, para identificação de traços em estudos epidemiológicos, e para fins de investigação.

¹⁵ Cf. Anexo 1.

Análise psicométrica do SDQ

Goodman, Lamping & Ploubidis (2010) propõem para amostras não clínicas a utilização de três escalas: internalização (sintomas emocionais + problemas de comportamento); externalização (hiperatividade + problemas de relacionamento com os colegas); comportamento pró-social. Segundo os autores, esta alternativa encontra justificação teórica e foi suportada por algumas análises exploratórias. Estruturas factoriais externalização/internalização/Comportamento Pró-social foram reportadas em estudos exploratórios nos Estados Unidos (versão pais), Bélgica (versão pais e professores) e Finlândia (versão auto-relato +11) (Dickey & Blumberg 2004; Koskelainen *et al.*, 2001; Van Leeuwen *et al.*, 2006, *cit. in* Goodman *et al.*, 2010).

Na escala de internalização¹⁶ foi obtido um alfa de .64. O item 11 revelou-se problemático, com um índice de homogeneidade de .07. A sua exclusão não altera de forma relevante o alfa, e a manutenção de todos os itens na análise permite a comparação com outros estudos

Na subescala externalização¹⁷ o alfa foi de .66. Os itens 7 e 22 obtiveram correlações corrigidas baixas mas foram mantidos devido ao critério já enunciado.

Na subescala comportamento pró-social¹⁸ apenas o item 4 obteve uma correlação de baixa magnitude, apesar de significativa. O alfa foi de .70.

A escala total SDQ obteve um alfa de .73. Foi considerada a pontuação total por ser usada em alguns estudos.

Tabela 6. Valores mínimos, máximos, médios e desvios-padrão, assimetria e curtose das escalas do SDQ

	Mín.	Máx.	Média	DP	Assimetria (erro=.19)	AP	Curtose (erro=.38)	CP
Internalização	0	15	5.77	2.92	0.82	4.32	0.45	1.18
Externalização	0	16	6.43	3.04	3.04	0.45	2.37	0.05
Comportamento pró-social	4	10	8.19	1.70	-0.73	-3.84	-0.49	1.29

DP – Desvio-padrão; AP – Assimetria padronizada (assimetria/erro); CP – Curtose padronizada (curtose/erro); ; MR – média reduzida.

- O **Rendimento Escolar** é operacionalizado nos resultados escolares do 2º período das disciplinas de português e matemática.

3. Procedimentos de Investigação

3.1. Recolha de dados

A recolha da amostra decorreu entre Abril e Maio de 2011. Tratou-se de uma amostra por conveniência (Pais-Ribeiro, 1999), composta por sujeitos disponíveis, cujos critérios de inclusão foram frequentar o 7º, 8º e 9º anos de escolaridade. Foi elaborado um pedido formal de autorização

¹⁶ Cf. Anexo 2

¹⁷ Cf. Anexo 2

¹⁸ Cf. Anexo 2

dirigido ao director da escola secundária Externato Cooperativo da Benedita no sentido de obter autorização para a recolha de dados (encontra-se concessionada como escola pública). Reunida essa autorização, procedeu-se ao pedido de autorização por escrito aos pais das crianças para a colaboração dos filhos na presente investigação. Não foi possível ao investigador estar presente na sessão de preenchimento dos questionários por questões práticas relacionadas com o normal funcionamento e regras da instituição, tendo a aplicação dos questionários sido ordenada pelo director e realizada e supervisionada pelos professores. Para minimizar a ausência do investigador, foram dadas instruções precisas por escrito relativas aos objectivos e regras de preenchimento dos questionários. Reunidas as devidas autorizações e condições para iniciar a investigação, prosseguiu-se com a aplicação dos instrumentos de avaliação, numa única sessão efectuada com cada turma, colectivamente.

Foram lidas informações aos participantes pelos professores antes da sessão de preenchimento relativamente aos objectivos da investigação, ao anonimato e confidencialidade, e às instruções de preenchimento. O protocolo obedecia à seguinte ordem: dados sociodemográficos (nota de português e matemática do segundo período incluídas); SDQ; CPIC. Os questionários foram recolhidos e entregues ao investigador. Codificou-se cada protocolo com um número.

3.2. Procedimentos estatísticos

As propriedades psicométricas dos instrumentos de avaliação psicológica encontram-se associadas à amostra onde é feito o estudo de validação, sendo por isso recomendável que para cada amostra em que o instrumento vá ser utilizado sejam replicados os estudos de validação. Por esta razão foi efectuado previamente o estudo das propriedades psicométricas dos instrumentos. Todos os procedimentos estatísticos apresentados foram elaborados a partir do *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences versão 19.0 for Windows)*.

Pretende-se verificar no presente estudo se existem diferenças na relação entre os níveis de conflito interparental percebido e a sintomatologia de internalização e de externalização, em três grupos. Para tal, procedeu-se à criação de três agrupamentos a partir das pontuações do CPIC (baixa exposição ao CIP, média exposição ao CIP, e elevada exposição ao CIP) utilizando o procedimento rank cases Nties do SPSS 19.0, que permite fraccionar a amostra em grupos aproximadamente proporcionais.

Outros objectivos são verificar se existem diferenças na percepção do conflito parental ao nível dos resultados escolares género, ano escolar, agregado familiar, e estatuto socioeconómico. Para tal, e uma vez que a larga maioria dos jovens vive com ambos os progenitores, na variável agregado familiar foi necessário fazer a agregação de níveis. Para testar a relação desta variável com outras variáveis foram criadas duas categorias para a variável agregado familiar: a) família intacta; b) outra situação familiar. Também no NSE houve necessidade de agregar os três níveis existentes em apenas dois uma vez que o NSE médio e o NSE alto apresentavam frequências baixas. Foram criados dois níveis: baixo; médio/alto.

No cruzamento entre variáveis, foram selecionadas provas estatísticas não paramétricas devido ao facto da maioria das variáveis apresentar uma distribuição fortemente assimétrica. Foram então usadas a correlação de Spearman (ρ), alternativa não paramétrica à correlação de Pearson, o teste U de Mann-Whitney, alternativa ao t-student ou ANOVA (para VI com dois níveis), e o Kruskal-Wallis em alternativa à ANOVA (VI com mais de dois níveis) (Siegel, 1975; Kvam & Vidakovic, 2007; Corder & Foreman, 2009).

IV - Resultados

Nesta secção serão apresentados os resultados do presente estudo, conforme os objectivos definidos. Primeiramente será analisada a relação entre a percepção dos índices de conflito interparental e as “emoções e comportamentos” nos três grupos, e em seguida, a relação entre o conflito interparental e as variáveis notas escolares, sexo, idade, ano de escolaridade, tipo de família e NSE.

1. Percepção do conflito interparental e problemas de internalização e de externalização

I. Explorar as relações entre a percepção dos índices de conflito interparental medidos pelo CPIC e os auto-relatos emocionais e comportamentais (internalização/externalização) das crianças avaliados pelo SDQ.

Tabela 7. Médias, desvios-padrão e teste de diferenças (Kruskal-Wallis) dos grupos baixa exposição ao CIP, média exposição ao CIP e elevada exposição ao CIP do CPIC no SDQ

	G. baixa exposição ao CIP		G. média exposição ao CIP		G. elevada exposição ao CIP		KW	
	M	DP	M	DP	M	DP	$\chi^2(2)$	p
Propriedades do conflito								
Externalização	5.47	2.89	6.10	2.62	7.69	3.17	14.249	.001**
Internalização	4.49	2.44	5.51	2.73	6.81	3.23	12.634	.002**
Comportamento pró-social	8.20	1.66	8.29	1.64	8.00	1.81	0.803	.669
Ameaça								
Externalização	5.77	3.23	6.24	2.77	7.35	2.89	9.120	.010*
Internalização	5.00	2.73	5.58	2.41	6.80	3.29	10.740	.005**
Comportamento pró-social	8.32	1.63	8.16	1.84	8.08	1.66	0.571	.752
Culpa								
Externalização	5.04	2.22	6.84	3.11	7.40	3.21	16.442	.000**
Internalização	4.75	2.57	5.72	3.05	6.78	2.80	15.501	.000**
Comportamento pró-social	8.43	1.51	8.24	1.76	7.91	1.81	2.123	.346
Triangulação								
Externalização	6.23	3.20	6.26	3.02	6.79	2.93	1.647	.439
Internalização	5.38	3.05	5.64	2.76	6.25	2.95	2.424	.298
Comportamento pró-social	7.96	1.77	8.24	1.65	8.34	1.71	1.576	.455

K-W Kruskal-Wallis

Considerando os resultados obtidos (cf. tabela 7), concluiu-se o seguinte:

As pontuações médias na internalização e externalização cresceram

com os grupos baixa exposição ao CIP> média exposição ao CIP> elevada exposição ao CIP na escala **propriedades do conflito**, e as diferenças foram estatisticamente significativas;

As pontuações médias na internalização e externalização cresceram com os grupos baixa exposição ao CIP> média exposição ao CIP> elevada exposição ao CIP na escala **ameaça**, e as diferenças foram estatisticamente significativas;

As pontuações médias na internalização e externalização cresceram com os grupos baixa exposição ao CIP> média exposição ao CIP> elevada exposição ao CIP na escala **culpa**, e as diferenças foram estatisticamente significativas.

As pontuações médias na internalização e externalização cresceram com os grupos baixa exposição ao CIP> média exposição ao CIP> elevada exposição ao CIP na escala **tringulação**, e as diferenças foram estatisticamente significativas.

2. Percepção do conflito interparental, resultados escolares e variáveis demográficas

Os cálculos foram efectuados com as pontuações dos sujeitos no CPIC e não com a categorização, para utilização das subescalas, obtendo assim uma análise mais pormenorizada.

A correlação é sensível ao tamanho da amostra de forma que com amostras grandes uma correlação de baixa magnitude pode ter significância estatística. Por exemplo, a correlação .20, significativa para $p < .05$, significa 4% de variância comum entre as variáveis, ou seja sem valor substantivo. Para guiar a interpretação da magnitude da correlação recorreu-se à classificação de Cohen (1988): entre $|.10|$ e $|.29|$ - pequena ou fraca; entre $|.30|$ e $|.49|$ - média ou moderada; entre $|.50|$ e $|1.0|$ - grande ou forte.

II. Explorar o modo como os níveis de percepção do conflito interparental se relacionam com os resultados escolares (português e matemática) e com as variáveis demográficas.

Outros objectivos são:

(a) Analisar o efeito da variável média das notas de português e matemática na percepção do conflito interparental;

Tabela 8. Correlações entre as dimensões e subescalas do CPIC com a idade e classificações escolares

		Idade	Nota Português	Nota Matemática
Propriedades do Conflito	<i>rho</i>	,204*	-,131	-,115
	<i>p</i>	,010	,101	,152
Intensidade	<i>rho</i>	,179*	-,147	-,132
	<i>p</i>	,024	,064	,097
Frequência	<i>rho</i>	,215**	-,079	-,093
	<i>p</i>	,007	,321	,246
Resolução	<i>rho</i>	-,169*	-,104	-,068
	<i>p</i>	,034	,195	,396
Ameaça	<i>rho</i>	-,050	-,028	,085
	<i>p</i>	,532	,729	,286
Ameaça percebida	<i>rho</i>	-,048	-,078	,039
	<i>p</i>	,550	,328	,624

Eficácia no coping	<i>rho</i>	-,039	,040	,110
	<i>p</i>	,629	,616	,170
Culpa total	<i>rho</i>	,093	-,304**	-,166*
	<i>p</i>	,245	,000	,037
Culpa	<i>rho</i>	,102	-,295**	-,176*
	<i>p</i>	,200	,000	,027
Conteúdo	<i>rho</i>	,031	-,228**	-,089
	<i>p</i>	,696	,004	,267
Triangulação	<i>rho</i>	,122	-,093	,059
	<i>p</i>	,126	,247	,465

** $p < .01$; * $p < .05$.

Considerando os resultados obtidos (*cf.* tabela 8), A classificação de português correlacionou-se negativamente mas com magnitude moderada com a dimensão Culpa e com baixa magnitude com as suas subescalas Culpa e Conteúdo.

As classificações de matemática não se correlacionaram com o CPIC.

Outros objectivos são:

(b) Analisar o efeito da variável género dos inquiridos na percepção do conflito interpaparental;

Tabela 10. Teste de diferenças entre sexos no CPIC

	Feminino		Masculino		<i>U</i>	<i>p</i>
	Média	<i>DP</i>	Média	<i>DP</i>		
Propriedades do conflito	11.36	8.12	8.67	8.57	2417.50	.015*
Intensidade	4.00	3.30	2.92	3.07	2476.50	.025*
Frequência	3.76	2.41	2.92	2.84	2317.50	.005**
Resolução	3.60	3.31	2.83	3.32	2659.50	.107
Ameaça	7.10	4.66	7.03	4.96	3046.00	.816
Ameaça percebida	4.31	3.37	4.33	3.49	3023.00	.952
Eficácia no coping	2.78	2.11	2.69	2.18	3023.00	.752
Culpa total	3.07	3.08	2.17	2.78	2555.00	.046*
Culpa	1.52	1.71	1.13	1.58	2697.00	.123
Conteúdo	1.55	1.75	1.04	1.48	2584.00	.047*
Triangulação	2.22	1.94	2.08	2.36	2821.50	.301

** $p < .01$; * $p < .05$

Considerando os resultados obtidos (*cf.* Tabela 10), os sujeitos do sexo feminino obtiveram pontuações superiores aos do sexo masculino na dimensão Propriedades do Conflito e nas respectivas subescalas de Intensidade e Frequência.

Na dimensão Ameaça não foram encontradas diferenças com significado estatístico entre sexos.

Na dimensão Culpa também o sexo feminino pontuou superiormente assim como na subescala Conteúdo.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na Triangulação

Outros objectivos são:

(c) Analisar o efeito da variável idade dos inquiridos na percepção

do conflito interpaparental;

Considerando os resultados obtidos (*cf.* Tabela 8), a idade obteve uma correlação baixa e de sinal positivo com a subescala frequência da dimensão propriedades do conflito. Ainda significativas para $p < .05$ mas sem valor substantivo encontramos correlações com a dimensão propriedades do conflito total, intensidade e resolução, todas de sinal positivo.

Outros objectivos são:

(d) Analisar o efeito da variável ano escolar dos inquiridos na percepção do conflito interpaparental;

Tabela 9. Teste de diferenças entre anos de escolaridade no CPIC

	7º ano		8º ano		9º ano		KW	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	$X^2(2)$	p
Propriedades do conflito	8.55	7.94	10.38	8.74	12.08	8.38	4.814	.090
Intensidade	3.03	3.12	3.62	3.25	4.00	3.37	2.786	.248
Frequência	2.07	2.44	3.69	2.71	3.89	2.73	6.931	.031*
Resolução	2.82	3.18	3.07	3.33	4.19	3.46	3.970	.137
Ameaça	7.28	4.42	7.54	5.23	5.92	4.55	2.568	.277
Ameaça percebida	4.67	3.11	4.49	3.79	3.49	3.19	3.285	.194
Eficácia no coping	2.62	2.08	3.05	2.17	2.43	2.18	2.627	.269
Culpa total	2.92	3.34	2.39	2.54	2.62	2.99	0.061	.970
Culpa	1.58	1.90	1.03	1.34	1.43	1.68	2.103	.349
Conteúdo	1.33	1.74	1.59	1.59	1.19	1.61	0.661	.719
Triangulação	1.98	2.21	2.10	1.93	2.51	2.39	1.814	.404

* $p < .05$; KW – Kruskal-Wallis

Considerando os resultados obtidos (*cf.* Tabela 9), no teste de diferenças por ano apenas na subescala Frequência da dimensão Propriedades do Conflito se observou uma diferença estatisticamente significativa, constatando-se que as pontuações vão crescendo com o avançar na escolaridade.

Outros objectivos são:

(e) Analisar o efeito da variável agregado familiar (família nuclear vs família reconstruída) dos inquiridos na percepção do conflito interpaparental;

Como se constatou, a maior parte dos jovens vive com ambos os progenitores. Para testar a relação desta variável com outras variáveis foi necessário fazer a agregação de níveis da variável. Foram criadas duas categorias para a variável agregado familiar: a) família intacta (vive com ambos os pais), $n=131$; b) outra situação familiar, $n=27$. A comparação de dois grupos com um n tão distinto coloca alguns problemas à análise estatística mesmo que se esteja a usar, como é o caso, estatística não paramétrica. Foi mantida a variável nas análises dada a sua importância teórica.

Tabela 11. Teste de diferenças no tipo de agregado familiar no CPIC

	Família intacta		Outro tipo de família		U	p
	Média	DP	Média	DP		
Propriedades do conflito	9.92	8.29	11.85	8.98	1531.00	.272
Intensidade	3.39	3.14	3.96	3.67	1634.50	.532
Frequência	3.24	2.60	3.93	2.84	1524.50	.254
Resolução	3.08	3.31	3.96	3.37	1502.50	.210
Ameaça	7.24	4.78	6.22	4.85	1539.50	.289
Ameaça percebida	4.49	3.43	3.52	3.31	1484.00	.186
Eficácia no coping	2.75	2.08	2.70	2.45	1665.00	.628
Culpa total	2.67	2.97	2.52	3.00	1752.50	.940
Culpa	1.35	1.64	1.26	1.77	1697.00	.725
Conteúdo	1.32	1.66	1.26	1.61	1761.00	.970
Triangulação	2.11	2.08	2.37	2.48	1700.00	.746

Considerando os resultados obtidos (*cf.* Tabela 11), não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas entre as famílias intactas e outros tipos de família no CPIC.

Outros objectivos são:

(f) Analisar o efeito da variável Nível Socioeconómico (NSE) na percepção do conflito interparental.

Também no NSE houve a necessidade de agregar níveis por os níveis médio e alto apresentarem baixas frequências. Foram criados dois níveis: baixo; médio/alto.

Tabela 12. Teste de diferenças entre NSE no CPIC

	Baixo		Médio/Alto		U	p
	Média	DP	Média	DP		
Propriedades do conflito	10.28	8.18	9.45	9.21	2032.00	.312
Intensidade	3.57	3.07	3.24	3.74	1984.00	.224
Frequência	3.38	2.65	3.32	2.68	2231.00	.840
Resolução	3.34	3.25	2.89	3.59	1983.50	.218
Ameaça	7.16	4.80	6.76	4.82	2174.50	.667
Ameaça percebida	4.48	3.46	3.84	3.27	2039.50	.325
Eficácia no coping	2.68	2.00	2.92	2.55	2206.00	.760
Culpa total	2.75	2.85	2.32	3.31	1948.50	.167
Culpa	1.36	1.58	1.26	1.90	2093.00	.418
Conteúdo	1.39	1.65	1.05	1.64	1963.00	.163
Triangulação	2.03	2.00	2.53	2.57	2084.50	.416

Considerando os resultados obtidos (*cf.* Tabela 12), também o NSE não se revelou explicativo das diferenças entre níveis no CPIC.

V - Discussão

Com base nas principais conclusões da literatura sobre o conflito interparental (e.g., Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990; Katz & Gottman, 1993; Davies & Cummings, 1994) desenhou-se um estudo com o objectivo de investigar as percepções das crianças sobre os conflitos dos pais e de

analisar a relação entre os níveis de conflito relatados e os problemas de ajustamento registados. Grych e Fincham (1990) propõem que as características dos conflitos interparentais contribuem para determinar os efeitos que estes terão nas crianças, e como tal, o estudo da relação deve avaliar as percepções destas sobre as várias dimensões dos conflitos (frequência, intensidade, resolução e conteúdo), bem como as suas apreciações (cognitivo-afectivas) sobre os mesmos (ameaça percebida, eficácia no *coping*, culpa, e estabilidade causal). No modelo de Davies e Cummings (1994) são as emoções das crianças que determinam os efeitos da exposição aos conflitos dos pais. Visando os objectivos referidos, Grych *et al.*, (1992) desenvolveram a Escala de Crenças da Criança sobre o Conflito Interparental (CPIC). Esta foi adoptada na presente investigação, juntamente com a escala SDQ de Goodman (1997) segundo a proposta de utilização em três subescalas (Goodman *et al.*, 2010). Dividiu-se a amostra em três grupos (grupo de baixa exposição ao conflito interparental, grupo de média exposição ao conflito interparental, grupo de elevada exposição ao conflito interparental), conforme o nível de conflito interparental percebido, e relacionaram-se esses resultados com os níveis de dificuldades emocionais e comportamentais assinalados, comparando-se as diferenças. Relacionaram-se ainda os dados obtidos nas dimensões do conflito interparental com as médias de português e matemática, com o género, com a idade e ano escolar, e com o agregado familiar e o nível socioeconómico. Eram esperados resultados em conformidade com as principais conclusões da literatura, o que na generalidade se veio a verificar.

As pesquisas sobre a exposição ao conflito interparental demonstram que as crianças que testemunham conflitos conjugais hostis e agressivos tendem a percebê-los como mais ameaçadores e perturbadores (Davies & Cummings, 1998; Fosco & Grych, 2007). Quando as crianças se tornam conscientes dos conflitos dos pais efectuam um conjunto de apreciações que moldam o significado destes para si próprias (Grych *et. al.*, 1992). Para além do medo, *stress* e agressividade típicos das crianças quando observam interações hostis entre adultos, Grych e Fincham (1990) referem que a tendência para fazer certo tipo de interpretações pode causar problemas no funcionamento geral da criança. No mesmo sentido, o modelo de Davies & Cummings (1994) destaca igualmente a importância das apreciações dos filhos sobre o significado dos conflitos interparentais, nas tentativas de compreensão dos seus efeitos. As apreciações capazes de influenciarem o impacto do conflito interparental nas crianças são a ameaça percebida, a eficácia no *coping*, as atribuições causais, e as atribuições de culpa (Grych *et. al.*, 1992). As crianças que percebem os conflitos conjugais como ameaçadores apresentam mais problemas de internalização, enquanto as que sentem mais culpa pela ocorrência das disputas parentais registam mais problemas de internalização e de externalização (*idem*). Isto porque o conflito interparental hostil ou agressivo, mal resolvido, e que implique a criança nos temas de discussão representa uma forma de conflito destrutivo, particularmente perturbador, e que pode afectar o ajustamento das crianças (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994). Efectivamente, a hipótese da segurança emocional conceptualiza as reacções emocionais,

cognitivas e comportamentais da criança face ao conflito interparental como demonstrações do facto deste ser percebido como uma ameaça para a estabilidade da família e para si própria (Davies & Cummings, 1994). Logo, crianças que exibem maior insegurança emocional em resposta ao conflito apresentam níveis mais elevados de problemas de internalização e de externalização (Davies & Cummings, 1998).

Com efeito, na presente amostra verificou-se a existência de uma relação estatisticamente significativa, em sentido crescente, entre o nível de conflito interparental percebido e o nível de problemas emocionais e comportamentais relatados pelas crianças da amostra. O que significa que, quanto maior foi a percepção da exposição ao conflito interparental, maior foi o nível dos problemas de internalização e de externalização relatados. Dado que o grupo de elevada exposição ao conflito interparental assinalou resultados mais elevados em todas as dimensões do conflito avaliadas, com diferenças estatisticamente significativas em relação aos outros grupos, é legítimo pressupor que este conjunto de crianças se encontrará exposto aos conflitos interparentais do tipo destrutivo, com as respectivas características descritas anteriormente (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994), o que estará de certa forma relacionado com as dificuldades emocionais e comportamentais significativas apresentadas por este conjunto de crianças. Com efeito, à luz dos modelos teóricos referidos, as crianças do grupo de elevada exposição ao conflito interparental sentir-se-ão significativamente mais ameaçadas, mais culpadas e mais incapazes de lidar com os desentendimentos interparentais, o que provoca problemas de ajustamento como já foi referido, como por exemplo sentimentos persistentes de tristeza e ansiedade (Grych & Fincham, 1990). Segundo Davies e Cummings (1994) o facto do conflito conjugal ameaçar o sentimento de segurança emocional desse grupo de crianças relativamente ao futuro da família poderá ajudar a explicar os efeitos dessa relação, como foi assinalado nos resultados do SDQ. Isto porque, as crianças mais expostas aos conflitos dos pais podem recear virem a ser separadas das figuras de vinculação (Davies & Cummings, 1994), o que é consonante com a explicação de Katz & Gottman (1993), quando realçaram o medo e a ansiedade sentidos pelos filhos sempre que antecipam que os conflitos interparentais venham a resultar em divórcio. Para Grych, Fincham, Jouriles & McDonald, (2000), a natureza exacta dos sintomas de internalização e de externalização poderá ser explicada, em parte, pelo que as crianças consideram ameaçador no conflito interparental. Desde logo, as crianças do grupo mais exposto ao conflito interparental podem recear que os desentendimentos dos pais possam escalar até às agressões físicas, ficando preocupas com a segurança destes, ou podem sentir medo de serem arrastadas para o conflito, tornando-se elas próprias alvo de agressões físicas ou psicológicas, ou ainda receio de serem colocadas na posição de terem de escolher um dos lados discordantes, e essa pressão poderá estar na origem dos problemas de ajustamento (Grych & Fincham, 1990). As crenças dos filhos na habilidade para lidar com o conflito dos pais ou as expectativas de eficácia nesse processo, podem também ser decisivas na determinação do impacto do conflito (Grych & Fincham, 1990, 1993; Grych *et. al.*, 1992). Se

as expectativas são elevadas, é provável que as crianças se sintam confiantes e se envolvam em comportamentos de *coping* efectivos (*idem*). Quando as expectativas de eficácia são baixas podem resultar em desistência, e na diminuição dos esforços de *coping* (*ibidem*), o que pode provocar sentimentos de desespero e impotência que se poderão generalizar, e que se poderão associar a outros problemas, como se verificou no grupo de elevada exposição ao CIP. Acresce que, quando as crianças percebem a causa dos conflitos dos pais como estável, é provável que criem expectativas sobre a continuidade e escalada desses conflitos, o que segundo Grych & Fincham (1990) pode provocar tristeza, agressividade, ou sentimentos de desespero. Face aos níveis elevados de percepção do conflito interparental apresentados pelo grupo de elevada exposição ao CIP, e de acordo com os autores supracitados, esses processos e efeitos referidos estarão relacionados com os problemas de internalização e de externalização apresentados.

Por outro lado, as crianças que se culpam a si próprias pelos conflitos dos pais sentem mais vergonha e *stress*, e tendem a intervir mais nessas disputas (Grych *et. al.*, 1992). Quando os desentendimentos conduzem a agressões físicas entre os pais, estas podem experienciar culpa, tristeza, e auto-estima diminuída (Grych & Fincham, 1990). Dado que a educação dos filhos é muitas vezes uma fonte de divergências, e que as crianças se sentem responsabilizadas quando o conteúdo das discussões lhes diz respeito, muitos conflitos interparentais propiciam este tipo de apreciações (Grych & Fincham, 1990, 1993). Além do mais, a culpa pode originar a crença na criança de que esta é responsável pela resolução ou pela prevenção do conflito interparental, o que acontece predominantemente quando o tema das discussões as implica, e as prejudica significativamente (*idem*). Contudo, as crianças que intervêm no conflito podem agravar ainda mais os problemas (*ibidem*). Se as suas intervenções resolvem o conflito dos pais, as crianças terão tendência a repetir esses comportamentos, o que causará um enorme desgaste desadaptativo a longo prazo (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994). Dado que o grupo de elevada exposição ao conflito interparental assinalou resultados mais elevados na dimensão culpa, podemos presumir que estas crianças farão mais apreciações deste tipo, e estarão mais vulneráveis à sintomatologia descrita e aos efeitos associados. Ainda relativamente às apreciações de culpa, nesta dimensão verificaram-se diferenças significativas de género na amostra, com as raparigas a registarem mais culpa do que os rapazes. Embora as principais conclusões da literatura não assinalem diferenças de género significativas no impacto do conflito interparental (e.g., Grych & Fincham, 1990; Buehler *et al.*, 1997; Rhoades, 2008), algumas pesquisas referem que as raparigas são mais sensíveis à ocorrência de conflitos entre os pais (e.g., Emery, 1982; Shelton *et al.*, 2006). Como tal, as diferenças verificadas no nosso estudo são portanto compreensíveis se tivermos em conta essas pesquisas, que apontam como justificação o argumento das diferentes experiências de socialização de género (Davies & Windle, 1997), ou seja, uma vez que as raparigas sentem maior responsabilidade na manutenção das relações inter-pessoais, tal levá-las-ia a intervirem mais nos conflitos parentais (Shelton *et al.*, 2006). Essas intervenções podem, por sua vez, aumentar o sentimento de culpa pelo

envolvimento nas disputas interparentais, e ao mesmo tempo podem implicá-las directamente no conteúdo do conflito (*idem*). Devido às intervenções, as raparigas podem sofrer mais represálias por parte dos pais, o que geraria ainda maior culpa (Grych e Fincham, 1990). Os rapazes, por outro lado, podem mostrar maior resistência ao envolvimento nos conflitos devido ao efeito “*spillover*”, isto é, protegem-se mais devido ao receio da hostilidade se poder dirigir a eles próprios, especialmente em conflitos com recurso à agressividade, o que também pode ajudar a justificar o caso das raparigas terem obtido pontuações superiores na dimensão Propriedades do Conflito, nomeadamente nas Subescalas Intensidade e Frequência (*idem*). Grych e Fincham (1990) referem ainda que as crianças mais novas fazem mais atribuições de culpa, o que na presente amostra não se verificou. Constataram-se apenas diferenças significativas nas variáveis idade e ano escolar na dimensão frequência, sendo que a ausência de correlações nas restantes dimensões vai de encontro às conclusões da maioria dos autores (e.g., Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990; Cummings, 1994; Buehler *et al.*, 1997; Rhoades, 2008).

O modelo cognitivo-contextual prevê ainda que o facto de se fazerem certo tipo de apreciações possa originar problemas de ajustamento a longo prazo (Grych *et al.*, 1992). Por exemplo, crianças que se sentem muito ameaçadas e incapazes de lidarem com o conflito quando este ocorre têm tendência a tornarem-se ansiosas quando os conflitos são frequentes, enquanto crianças que se tendem a culpar a si próprias podem sentir défices na auto-estima ou sintomas de depressão (*idem*). Logo, as apreciações contribuem para o desenvolvimento de problemas emocionais ou comportamentais (*ibidem*), como poderá estar a acontecer no grupo de elevada exposição ao conflito interparental. Por outro lado, os efeitos descritos poderão co-ocorrer cumulativamente, o que tornará as crianças mais vulneráveis aos problemas de ajustamento (Grych & Fincham, 1990).

As teorias cognitivas e da aprendizagem social (e.g., modelamento), e as teorias sistémicas (e.g., práticas parentais) sugerem ainda alguns mecanismos que podem ajudar a explicar a relação entre o conflito interparental e o ajustamento (Davies & Cummings, 1998). As crianças, através do modelamento, podem reproduzir as inter-relações hostis praticadas pelos pais em conflitos com os colegas, desinibindo comportamentos mais agressivos (Bandura, 1977; Grych & Fincham, 1990). Por outro lado, o facto dos pais não resolverem convenientemente os desentendimentos e de os prolongarem, pode fornecer modelos desadaptativos de resolução dos conflitos aos filhos, e que estes depois poderão reproduzir noutros contextos (Grych & Fincham, 1990). Tomando os resultados do grupo de elevada exposição ao conflito interparental, parece legítimo supor que estas crianças, expostas a conflitos destrutivos como os que têm sido descritos, poderão estar a adoptar comportamentos semelhantes aos dos pais, o que poderá contribuir para os problemas de externalização assinalados. Não obstante, comportamentos agressivos com os colegas fariam pressupor dificuldades no comportamento pró-social (McCoy *et al.*, 2009), o que nas crianças inquiridas da amostra não foi associado a nenhuma dimensão do conflito. Também na dimensão triangulação não se verificaram

diferenças significativas, mas se considerarmos que Grych *et al.*, (1992) optaram por excluir esta subescala dos três factores por não ser agregável a nenhuma outra e por apresentar uma consistência interna muito baixa, tal deverá ser relativizado.

Grych e Fincham (1990) postulam ainda que as crianças que testemunham níveis elevados de conflitos interparentais desenvolvem maior afecto negativo e adquirem expectativas predominantemente negativas sobre o curso dos conflitos, o que a longo prazo pode degenerar em problemas de ajustamento (e.g., ansiedade, depressão), ou seja, as representações internas e a reactividade emocional encontram-se associadas às expectativas e ao afecto negativo provocados pelos conflitos interparentais. Podemos depreender destas conclusões que as crianças do grupo de elevada exposição ao conflito interparental terão maior afecto negativo e maior reactividade emocional, como resultado das representações internas negativas que se vão formando, o que também poderá estar na origem dos problemas de ajustamento verificados, especialmente ao nível da internalização.

Outros factores contextuais identificados por Grych e Fincham (1990) dizem respeito a características da família. Diversos modelos têm sublinhado que apreciações resultantes do conflito destrutivo aumentam o risco de problemas de ajustamento, já que intensificam a reactividade emocional e a desregulação das respostas (Davies & Cummings, 1994, 1998; Grych & Fincham, 1990). O modelo da segurança emocional defende que a relação entre o funcionamento conjugal e os problemas de ajustamento das crianças é mediada, em parte, pela reactividade emocional das crianças (Davies & Cummings, 1998). Logo, o conflito interparental prediz uma maior reactividade emocional, o que se encontra em consonância com as evidências empíricas que mostram que as crianças que testemunham os conflitos destrutivos sofrem um efeito de sensibilização, (Davies & Cummings, 1994, 1998). Esse efeito de sensibilização poderá reflectir o processo pelo qual as experiências passadas formam expectativas para os conflitos futuros, influenciando as crianças a responderem de forma mais intensa do que faria pressupor a situação (Grych & Fincham, 1990; Fosco & Grych, 2007). Para Davies & Cummings, (1994, 1998), as dificuldades e o *stress* provocados por uma vigília intensa de regulação permanente são o reflexo do sentimento de insegurança, o que coloca a criança numa situação de grande vulnerabilidade e de risco em diversos domínios do funcionamento psicológico. Davies e Cummings (1998) conseguiram demonstrar que a reactividade emocional negativa se encontrava associada simultaneamente a sintomas de internalização e de externalização. Logo, somos levados a crer que as crianças do grupo de elevada exposição ao conflito interparental terão maior reactividade emocional, fruto desse efeito de sensibilização, o que as torna mais susceptíveis às dificuldades emocionais e comportamentais assinaladas.

A última hipótese relacionada com os factores contextuais é o clima emocional percebido da família. Para Davies & Cummings (1998) as representações internas das crianças sobre o conflito interparental actuam como mediador dos efeitos causados pelos desentendimentos conjugais. Por seu lado, Grych e Fincham (1990) defendem que a qualidade emocional das

interacções e relações familiares podem moldar a forma como as crianças percebem um desentendimento interparental em concreto. Por exemplo, uma discussão conjugal numa família caracterizada por relações calorosas e suportativas será menos ameaçadora para a criança do que um conflito que ocorra numa família marcada por interacções hostis, uma vez que não será interpretada como uma ameaça para a estabilidade da família. É por essa razão que Davies e Cummings (1994, 1998) defendem que as crianças expostas a históricos de conflitos intensos formulam mais apreciações de ameaça relativamente ao seu bem-estar e à qualidade das relações familiares (Davies & Cummings, 1994, 1998), situação que se também pode ajudar a justificar o maior desajustamento das crianças do grupo de elevada exposição ao conflito interparental da amostra.

O modelo de segurança emocional propõe ainda que o impacto do conflito conjugal nos filhos depende da qualidade da vinculação, o que pode minimizar os efeitos nocivos dos conflitos parentais, ou pelo contrário, ampliá-los (Davies & Cummings, 1994). Dado que os conflitos conjugais destrutivos tendem a desgastar os pais, estes podem tornar-se menos atentos às necessidades dos filhos, o que prejudica a criança de forma indirecta, afectando a vinculação mediante a negligência na parentalidade. Davies e Cummings (1994) defendem que relações pais-criança e relações interparentais pobres podem afectar a segurança emocional, o que por sua vez pode tornar os conflitos interparentais mais ameaçadores para a criança e para a estabilidade familiar. Por exemplo, filhos que se sentem ameaçados pelos comportamentos dos pais durante as discussões interparentais podem passar a perceber as interações com os progenitores de forma mais negativa, e como resultado, a relação pais-filhos poder-se-à tornar mais distante ou conflituosa (Grych *et al.*, 2000). A esse respeito Davies e Cummings (1998) afirmam que as representações internas sobre os laços de vinculação são um barómetro relativamente preciso do impacto do conflito interparental na vida familiar. Os mesmos autores referem que as representações inseguras dos relacionamentos interparentais são preditoras dos problemas de internalização e de externalização nas crianças, o que poderá ser mais uma das explicações possíveis para o facto das crianças do grupo de elevada exposição ao conflito interparental manifestarem mais dificuldades emocionais e comportamentais.

Por último, Unger, McLeod, Brown & Tressell (2000) referem que as crianças que reportam níveis mais elevados de conflito interparental têm maior probabilidade de apresentarem piores resultados escolares. Os autores referem que os conflitos interparentais aumentam as situações de *stress* para os filhos, o que os levará a terem menos atenção nas aulas e pior aproveitamento académico. Dado que o sucesso académico dos anos iniciais se encontra relacionado com o sucesso na vida adulta, as crianças que experienciam níveis elevados de exposição ao conflito interparental estão em risco de virem a ser afectadas em diversos domínios (*idem*). Na presente amostra, porém, apenas as notas de português se correlacionaram negativamente com a dimensão culpa, não se tendo verificado relações significativas nas restantes dimensões do conflito, nem qualquer correlação significativa nas notas de matemática. Uma correlação de efeito negativo

neste caso significa que o aumento do sentimento de culpa da criança está relacionado com um abaixamento da nota a português, tal como verificado na amostra. A este respeito Ghazarian e Buehler (2010) constataram que a culpa parece agir como mediador significativo na forma como o conflito conjugal afecta as notas escolares. A explicação dos autores prende-se com o facto das crianças de lares com altos níveis de conflito conjugal terem maior propensão para formularem cognições negativas, o que as desgasta, retirando recursos atencionais que deveriam estar focalizados na actividade académica. Neste sentido, e uma vez que apenas a correlação moderada registada a português na dimensão culpa do presente estudo parece ir ao encontro das principais conclusões da literatura sobre esta variável, os resultados devem ser olhados com precaução. Seria útil desenvolver mais pesquisas sobre a relação entre o conflito interparental e os resultados escolares, com amostras maiores e mais disciplinas, de forma a esclarecer melhor esta questão.

Em suma, como viémos a descrever até ao momento, a exposição ao conflito interparental, quando em níveis elevados, pode representar um acontecimento altamente perturbador para as crianças (e.g., Cummings, Zahn-Waxler, & Radke-Yarrow, 1981; Lewis, Siegel, & Lewis, 1984), com consequências directas e indirectas associadas ao desenvolvimento de problemas emocionais e comportamentais (e.g., Emery, 1982; Grych & Fincham, 1990). Contudo, assistir a desentendimentos conjugais não é necessariamente perturbador para as crianças, já que o conflito ocorre em certo grau em todas as relações conjugais e nem todas as crianças desenvolvem dificuldades emocionais ou comportamentais (Grych & Fincham, 1993). São precisamente as características de carácter destrutivo dos conflitos interparentais que parecem contribuir para o surgimento de problemas de ajustamento dos filhos, através dos processos e mecanismos descritos. Em sentido contrário, presume-se que os conflitos interparentais eficazmente resolvidos, com poucas expressões de agressividade, e que não impliquem directamente a criança ajudem a prevenir grande parte dos problemas de ajustamento registados na infância, sendo mesmo considerados um factor de resiliência (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994). É hoje aceite que a observação de formas construtivas de resolução de divergências por parte dos pais pode ser benéfico para as crianças, fomentando nos filhos o desenvolvimento das suas próprias competências de resolução de conflitos, conflitos esses que inevitavelmente surgem ao longo da vida (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994). Tomando os resultados da presente amostra, podemos portanto afirmar que relativamente à problemática da relação dos efeitos da percepção dos níveis de conflito interparental das crianças com o grau de problemas de ajustamento (internalização e externalização) assinalados, a situação mais próxima de um cenário favorável e benéfico para o salutar desenvolvimento das crianças será aquele vivenciado pelo grupo de baixa exposição ao conflito interparental. Esse grupo de crianças estará predominantemente em contacto com um tipo de conflito interparental que os autores designam como construtivo, caracterizado por baixa frequência de ocorrência, que não chega a atingir grandes níveis de intensidade ou hostilidade, e que no geral é

resolvido de forma eficaz e em tempo útil, não suscitando nos filhos apreciações significativas de ameaça ou de culpa, facto que permitirá a essas crianças sedimentarem sentimentos de estabilidade, confiança e segurança emocional em relação a si mesmas e sua à família, com inerentes reflexos positivos no seu funcionamento geral (Grych & Fincham, 1990; Davies & Cummings, 1994).

Para finalizar, e como referem Fosco & Grych (2007), parecem existir evidências suficientes dando conta da relação entre as percepções das crianças sobre o conflito interparental e as qualidades gerais do funcionamento familiar e, o que pode ajudar a explicar a origem dos problemas de ajustamento dos filhos. Por tudo que ficou exposto, parece legítimo afirmar que os resultados da amostra se encontram portanto em consonância com as principais conclusões da investigação sobre o conflito interparental. Isto é, quanto maior é a exposição das crianças a conflitos interparentais frequentes, intensos, mal resolvidos, e que as afectam directa ou indirectamente - do tipo destrutivo - maior é a probabilidade destas virem a desenvolver sentimentos de *stress*, de medo, de ameaça e de culpa, o que por sua vez pode estar na origem de muitos dos problemas emocionais e comportamentais verificados na infância (Grych & Fincham, 1993), como se constatou aliás no presente estudo de forma mais veemente no grupo de elevada exposição ao conflito interparental. Logo, o desafio com que se continuam a deparar actualmente muitos investigadores em todo o mundo é o de analisar e descrever essa “teia” na qual o conflito interparental se parece “interligar” ao desajustamento das crianças que o experienciam.

VI - Conclusões

No presente estudo, através da análise da relação entre as percepções sobre o conflito interparental e os índices de ajustamento (internalização e externalização) relatados pela amostra, foi possível constatar a existência de diferenças estatisticamente significativas, em sentido crescente, entre os três grupos comparados (grupo de baixa exposição ao conflito interparental, grupo de média exposição ao conflito interparental e grupo de elevada exposição ao conflito interparental). Os resultados permitem assim concluir que quanto maior foi o nível de conflito interparental percebido pelas crianças, maiores foram as dificuldades emocionais e comportamentais assinaladas.

As razões para estes resultados, segundo Grych e Fincham (1990) prendem-se com o facto da exposição ao conflito dos pais gerar estados afectivos de ansiedade e/ou medo na criança, a qual utiliza depois estratégias de *coping* para tentar lidar com a situação baseadas nas suas características cognitivas e atribuições causais. Esses estados afectivos verificam-se sobretudo em crianças confrontadas com conflitos interparentais de grande intensidade, que se prolongam no tempo, de temáticas muitas vezes relacionadas directamente com elas próprias, e mal resolvidos. Dependendo também da idade, estas atribuem muitas vezes a si mesmas a responsabilidade pelo conflito, o que pode levá-las a experimentarem estados afectivos de culpa e de vergonha, ou raiva dirigida a um dos pais ou

a ambos quando os culpam pelos conflitos (*idem*). Além dos processos cognitivos primários de avaliação do conflito e dos processos secundários de atribuições de culpa e das estratégias de *coping*, também os processos distais ou características relacionadas com o desenvolvimento (experiência prévia com os conflitos, percepção do clima familiar, temperamento e género) e processos proximais (situações mais transitórias e imediatas de avaliação da situação, correspondendo às expectativas sobre o acontecimento e ao estado afectivo ou humor da criança no momento) parecem influenciar as consequências da exposição a esses tipos de conflitos conjugais. Ou seja, segundo Grych e Fincham (1990) as atribuições e as estratégias de *coping* ineficazes na resposta ao conflito interparental colocam as crianças em situações de grande vulnerabilidade emocional, já que muitas vezes estas se mostram incapazes de processar adequadamente os intensos estados afectivos de ansiedade, de frustração e de raiva que experienciam ao serem expostas aos conflitos de tipo destrutivo anteriormente descritos. Tais situações podem levar os filhos a adoptarem atitudes de auto-culpabilização, afecto deprimido, baixa auto-estima ou raiva, e que por sua vez podem interferir negativamente no desenvolvimento psicossocial (*idem*). Logo, e uma vez que esses processos dinâmicos têm sido hipóteses apontadas para explicarem o facto das crianças mais expostas aos conflitos conjugais apresentarem mais problemas de ajustamento como os mencionados, podemos depreender que os mesmos processos poderão estar a ocorrer com as crianças que na presente amostra registaram simultaneamente níveis elevados de exposição ao conflito interparental e de problemas de internalização e de externalização (grupo de maior exposição ao CIP).

Segundo Davies e Cummings (1994) esse fenómeno verifica-se porque as emoções são um monitor do estado psicológico interno e da experiência de segurança emocional individual, e que orientam o comportamento de forma a manter um estado de regulação emocional perante uma situação de *stress*. A segurança emocional da criança, desenvolvida a partir das representações de vinculação e da qualidade da relação parental, é portanto afectada pelo conflito interparental na medida em que as situações de discórdia dos pais geram estados de ansiedade, medo e insegurança nos filhos, influenciando as representações internas e a capacidade de regular os afectos resultantes dos desentendimentos parentais (*idem*). Quando confrontada com situações de *stress* provocadas pelos conflitos conjugais, a criança reage ao afecto negativo e à ansiedade através de mecanismos reguladores dos seus estados de ansiedade e/ou de comportamentos de interferência directa no conflito dos adultos, de mau comportamento, de agressividade ou de *acting outs* (*ibidem*). Segundo estes autores, e uma vez que a capacidade de regulação emocional é determinada pela experiência que a criança formou a partir das discussões interparentais, os efeitos negativos dessa exposição não resultam directamente das características do conflito, mas antes da percepção de ameaça relativamente à capacidade de manutenção da sua segurança emocional interna. Com efeito, e relativamente à segurança emocional, é legítimo depreender que as crianças do grupo de maior exposição ao CIP sentirão maiores dificuldades ao nível da regulação das emoções e do afecto, e terão maior tendência para

formular representações internas negativas. Por outro lado, devido aos níveis significativamente mais elevados de ansiedade, medo e insegurança provocados pelo grau elevado de exposição aos conflitos, as crianças deste grupo estarão mais predispostas a interferir nos desentendimentos dos pais através de comportamentos desadaptativos, o que poderá contribuir para explicar parte dos problemas comportamentais assinalados.

Ao nível do comportamento pró-social não se verificaram diferenças significativas na amostra. Relativamente à análise da relação entre as percepções do conflito interparental e as variáveis demográficas podemos concluir que, na generalidade e salvo raras exceções, os resultados da amostra vão ao encontro as principais conclusões da investigação empírica sobre o conflito interparental.

Em suma, mediante a análise dos efeitos do conflito interparental na psicopatologia infantil o presente estudo teve como objectivos contribuir para a investigação sobre esta área específica do conhecimento científico, chamando a atenção de investigadores, docentes, clínicos e pais para a relevância do tema, de forma a que, no futuro, os riscos do conflito interparental para as crianças possam ser minimizados.

Por último, é de salientar que este estudo apresenta várias limitações, já que se restringiu a analisar a relação entre a percepção do conflito interparental e o ajustamento das crianças numa amostra de conveniência e com recurso a apenas dois instrumentos de auto-relato. Pesquisas mais recentes têm salientado a importância de testar os factores mediadores e moderadores do conflito interparental, recomendado igualmente a utilização de técnicas longitudinais. Nesse sentido, estudos mais exaustivos e com amostras mais representativas poderão fornecer pistas mais elucidativas no sentido de um melhor entendimento sobre esta problemática. Um passo importante a adoptar no território nacional seria a implementação na prática clínica de programas interventivos em famílias caracterizadas pela existência de conflitos interparentais do tipo destrutivo, testando longitudinalmente os resultados pré e pós-intervenção, e comparando os dados com grupos de controlo, à semelhança do que já acontece em programas levados a cabo noutros países, (e.g., Goodman, Bonds, Sandler, & Braver, 2004; Grych, 2005; Owen & Rhoades, 2012).

Bibliografia

- Achenbach, T. (1966). The Classification do Children's Psychiatric Symptoms: A Factor-Analytic Study. *Psychological Monographs: General and Applied*, 80 (7), 1-37.
- Ajuriaguerra, J., & Arana, J. (1986). *Psicologia clínica del niño*. Madrid: Fundación Instituto de Ciencias del Hombre.
- Amato, P. (1986). Marital Conflict, the Parent-Child Relationship and Child Self-Esteem. *Family Relations*, 35 (3), 403-410.
- Amato, P., & Keith, B. (1991). Parental divorce and the well-being of

- children: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 110, 26-46.
- Anastasi, A. (1990). *Psychological testing*. Nova Iorque: Mc Millan.
- Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. Nova Jérícia: Prentice-Hall,
- Baviskar, S. (2010). Does child gender moderate the relationship between interparental conflict and child outcomes? Findings from the Danish Longitudinal Study of Children. *Norsk Epidemiologi*, 20 (1), 63-75.
- Berkowitz, L. (1989). Frustration-aggression hypothesis: Examination and reformulation. *Psychological Bulletin*, 106, 59-73.
- Benetti, S. (2006). Conflito Conjugal: Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 19 (2).
- Berger, M. (2003). *A Criança e o Sofrimento da Separação*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Block J., Block, J., & Gjerde, P. (1986). The Personality of Children Prior to Divorce: A Prospective Study. *Child Development*, 57 (4), 827-840.
- Block, J., Block, J., & Morrison, A (1981). Parental Agreement-Disagreement on Child-Rearing Orientations and Gender-Related Personality Correlates in Children. *Child Development*, 52 (3), 965-974.
- Bowlby, J. (1949). The study and reduction of group tensions in the family. *Human Relations*, 2, 123-128.
- Bryant, F. & Yarnold, P. (1995), Principal-components analysis and exploratory and confirmatory factor analysis, in L. G. Grimm, & P. R. Yarnold (Eds.), *Reading and understanding multivariate statistics*, 99-136. Washington, DC: American Psychological Association.
- Buehler, C., Anthony, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Gerard, J., & Pemberton, S. (1997). *Journal of Child and Family Studies*, 6 (2), 233-247
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cooper, D. (1971) *The Death of the Family*. Londres: Allen Lane
- Crockenberg, S. & Forgays, D. (1996). The role of emotion in children's understanding of emotional reactions to marital conflict. *Merrill-Palmer Quarterly*, 42, 22-47.
- Crockenberg, S. & Langrock, A. (2001). The role of specific emotions in children's responses to interparental conflict: A test of the model. *Journal of Family Psychology*, 15, 162-182.
- Cummings, M. (1994). Marital Conflict e Child's Functioning. *Social Development*, 3, (1).
- Cummings, M., & Davies, P. (1994). *Children and marital conflict: The impact of family dispute and resolution*. Nova Iorque: Guilford Press.
- Cummings, M., & Davies, P. (2002). Effects of Marital Conflict on Children: Recent Advances in Process-Oriented Research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, (1), 31-63.

- Cummings, M., & Davies, P. (1996). Emotional security as a regulatory process in normal development and the development of psychopathology. *Development and Psychopathology*, 8, 123-139.
- Cummings, M., Davies, P. & Simpson, K. (1994). Marital Conflict, Gender and Children's Appraisal's and Coping Efficacy as Mediators of Child Adjustment. *Journal of Family Psychology*, 8 (2), 141-149.
- Cummings, M., & Davies, P. (1994). Maternal depression and child development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 35, 73-112.
- Cummings, M., Faircloth, B., Mitchell, P., Cummings J. & Schermerhorn, A. (2008). Evaluating a brief prevention program for improving marital conflict in community families. *Journal of Family Psychology*, 22, 193– 202.
- Cummings, M., Simpson, S. & Wilson, A. (1993). Children's responses to interadult anger as a function of information about resolution. *Developmental Psychology*, 29, 978-985.
- Cummings, M., Vogel, D., Cummings, S. & El-Sheikh, M. (1989). Children's responses to different forms of expression of anger between adults. *Child Development*, 60, 1392-1404.
- Cummings, M., Zahn-Waxler, C. & Radke-Yarrow, M. (1981). Young children's responses to expressions of anger and affection by others in the family. *Child Development*, 52, 1274-1281.
- Curtis, (2007). *The Trap: What Happen to Our Dream of Freedom*. Londres: BBC
- Davies, P., & Cummings, M. (1995). Children's emotions as organizers of their reactions to interadult anger: A functionalist perspective. *Developmental Psychology*, 31, 677-684.
- Davies, P., & Cummings, M. (1998). Exploring children's emotional security as a mediator of the link between marital relations and child adjustment. *Child Development*, 69, 124-139.
- Davies, P., & Cummings, M. (1994). Marital Conflict and Child Adjustment: An Emotional Security Hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116 (3), 387-411.
- Cummings, E. M., & Davies, P. (1995). The impact of parents on their children: An emotional security hypothesis. *Annals of Child Development*, 10, 167-208.
- Davies, P., Harold, G., Goeke-Morey, M., & Cummings, M. (2002). Child emotional security and interparental conflict. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 67 (3), 1-115.
- Davies, P., Myers, R., & Cummings, M. (1996). Responses of children and adolescents to marital conflict scenarios as a function of the emotionality of conflict endings. *Merrill-Palmer Quarterly*, 42, 1-21.
- Davies, P. T., & Windle, M. (1997). Gender-specific pathways between maternal depressive symptoms, family discord, and adolescent adjustment. *Developmental Psychology*, 33, 657-668.
- Demo, D., & Alan A. (1996). Family structure, family process, and

- adolescent well-being. *Journal of Research on Adolescence*, 6, 457-488.
- DeVellis, R. (1991). *Scale Development. Theory and applications*. London: Sage Publications.
- Doyle, A. & Markiewicz, D. (2005) Parenting, Marital Conflict and Adjustment From Early-to Mid-Adolescence: Mediated by Adolescent Attachment Style? *Journal of Youth and Adolescence*, 34 (2) 97–110
- Ferriolli, S., Marturano, E., & Puntel, L. (2007). Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa Saúde da Família. *Revista Saúde Pública*, 41 (2), 251-259.
- Fincham, F. (1998). Child Development and Marital Relations. *Child Development*, 69 (2), 543-564.
- Fincham, F., Grych, J., & Osborne, L. (1994). Does Marital Conflict Cause Child Maladjustment? Directions and Challenges for Longitudinal Research. *Journal of Family Psychology*, 2, 128-140.
- Fosco, G., & Grych, J. (2007). Emotional Expression in the Family as a Context for Children's Appraisals of Interparental Conflict. *Journal of Family Psychology*, 21 (2), 248–258
- Gecas, V. (1982). The Self-Concept. *Annual Review of Sociology*, 8, 1-33.
- Ghazarian, S. & Buehler, C. (2010). Interparental Conflict and Academic Achievement: An Examination of Mediating and Moderating Factors. *Journal of Youth and Adolescence*, 39, 23–35
- Goeke-Morey, M. Cummings, Harold, G., & Shelton, K. (2002). Child emotional Security and Interparental Conflict. In: *Child Emotional Security and Interparental Conflict*. Monographs of the Society for Research in Child Development, 67, (3).
- Goodman, A., Lamping, D. & Ploubidis, G. (2010). When to Use Broader Internalising and Externalising Subscales Instead of the Hypothesised Five Subscales on the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ): Data From British Parents, Teachers and Children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38, 1179-1191.
- Goodman, M., Bonds, D., Sandler, I., & Braver, S. (2004). Parent Psychoeducational Programs And Reducing the Negative Effects of Interparental Conflict Following Divorce. *Family Court Review*, 42 (2), pages 263–279
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A Research Note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38 (5), 581-58.
- Goodman, R., Meltzer, H. & Bailey V. (1998). The strengths and difficulties questionnaire: A pilot study on the validity of the self-report version. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 7, (3), 125-130.
- Gottman, J. & Katz, L. (1998). Effects of Marital Discord on Young Children's Peer Interaction and Health. *Developmental Psychology*, 25 (3), 373-381.
- Grych, J. (2005). Interparental Conflict as a Risk Factor for Child Maladjustment: *Implications for the Development of Prevention*

- Programs*. Family Court Review, 43: 97–108
- Grych, J. & Fincham, F. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108, 267-290.
- Grych, J. & Fincham, F. (1993). Children's Appraisals of Marital Conflict: Initial Investigations of the Cognitive-Contextual Framework. *Child Development*, 64, 215-23.
- Grych, J. & Fincham, F. (2001). *Interparental Conflict and Child Adjustment: An Overview*. Cambridge: Cambridge University Press
- Grych, J., Fincham, F., Jouriles, E. & McDonald, R. (2000). Interparental Conflict and Child Adjustment: Testing the Mediational Role of Appraisals in the Cognitive-Contextual Framework. *Child Development*, 71 (6), 1648–1661.
- Grych, J., Harold, G. & Miles, C. (2003). A Prospective Investigation of Appraisals as Mediators of the Link Between Interparental Conflict and Child Adjustment. *Child Development*, 74 (4), 1176–1193.
- Grych, J., Seid, M. & Fincham, F. (1992). Assessing marital conflict from the child's perspective: The Children's Perception of Interparental Conflict Scale. *Child Development*, 63, 558-572.
- Gumaer, J. (1984). *Counseling and Therapy for Children*. Nova Iorque: The Free Press.
- Hair, J., Anderson, R., Tatham, R. & Black, W. (1995). *Multivariate data: Analysis with readings*. Nova Jérsei: Prentice-Hall.
- Harold, G. & Conger, R. (1997). Marital Conflict and Adolescent Distress: The Role of Adolescent Awareness. *Child Development*, 68 (2), 333-350.
- Hetherington E., Cox M., & Cox R. (1982). Effects of divorce on parents and children. In: *Nontraditional Families: Parenting and Child Development*, 223-288. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Johnson, P. & O'Leary, K. (1987). Parental behavior patterns and conduct disorders in girls. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 15 (4), 573-581.
- Johnston, J., Gonzalez, R. & Campbell, L (1987). Ongoing post-divorce conflict and child disturbance. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 15, 497-509.
- Jouriles, E., Murphy, C. & O'Leary, D. (1989). Interspousal aggression, marital discord, and child problems. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57(3), 453-455.
- Jouriles E., Pfiffner L. & O'Leary S. (1988). Marital conflict, parenting, and toddler conduct problems. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 16 (2), 197-206.
- Katz, J. & Gottman, L. (1993). Patterns of Marital Conflict Predict Children's Internalizing and Externalizing Behaviors. *Developmental Psychology*, 29 (6), 940-950.
- Kerig, P. (1996). Assessing the Links Between Interparental Conflict and

- Child Adjustment: The Conflicts and Problem-Solving Scales. *Journal of Family Psychology*, 10 (4), 454-473.
- Kerig, P. (1998): Moderators and Mediators of the Effects of Interparental Conflict on Children's Adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 26 (3), 199-212.
- Laing, R. & Esterson, A. (1990). *Sanity, Madness and the Family*. Londres: Penguin Books.
- Laing, R. (1971). *A Política da Família*. Lisboa: Portugália Editora.
- Lebovici, S. & Soulé, M. (1970). *La Connaissance De L'Enfant Par La Psychanalyse*. Presses Universitaires de France.
- Lewis, C. Siegel, J. & Lewis, M. (1984). Feeling bad: Exploring sources of distress among pre-adolescent children. *American Journal of Public Health*, 74, 117-122.
- Lidz, T., & Bercherie, P. (1986). *Le Schizophrène et sa Famille: L'origine et le Traitement des Troubles Schizophréniques*. Paris: Navarin.
- Lindsey, E., Colwell, M., Frabutt J. & MacKinnon-Lewis, C. (2006). Family conflict in divorced and nondivorced families: Possible consequences for boys? Mutual friendship and friendship quality. *Journal of Social and Personal Relationships*, 23, 45-63.
- Martins, D. (2005). *Auto-conceito de crianças expostas à violência interparental*. Tese de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Marzocchi, G., Capron, C., Di Pietro, M., Tauleria, E., Duyme, M., Frigerio, A., Gaspar, M., Hamilton, H., Pithon, G., Simões, A., & Théron, C. (2004). The use of the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) in Southern European Countries. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 13, (2), 40-46.
- Matos, M., Gaspar, T., & Ferreira, M. (2013). *Aventura Social no CED: Intervenção numa Comunidade Educativa*. Lisboa: Cafilesa
- Moura, O., & Matos, P. (2008). Vinculação Aos Pais, Divórcio e Conflito Interparental em Adolescentes. *Psicologia*, 21 (1), 127-152. Lisboa: Edições Colibri.
- Mota, C. (2008). *Dimensões relacionais no processo de adaptação psicossocial de adolescentes: vulnerabilidade e resiliência em institucionalização, no divórcio e em famílias intactas*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto, Porto.
- Mota, C. & Matos, P. (2011). *Adolescência e conflitos interparentais: uma perspectiva de resiliência*. Famílias, Questões de Desenvolvimento e Intervenção, 125-251. Porto: Livpsic
- Mota, C., & Matos, P. (2009). Apego, conflito e auto-estima em adolescentes de famílias intactas e divorciadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 344-352.
- McCoy, M., Cummings, M. & Davies, P. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children's prosocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50 (3), 270-279.

- Owen J, & Rhoades G. (2012). Reducing interparental conflict among parents in contentious child custody disputes: an initial investigation of the Working Together Program. *Journal of Marital Family Therapy*, 38(3), 542-55.
- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C., & Hutz, C. (2005). Estabilidade do Comportamento Anti-social na Transição da Infância para a Adolescência: Uma Perspectiva Desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18 (1), pp.55-61.
- Pais-Ribeiro, J. (1999). *Investigação e Avaliação em Psicologia e Saúde*. Lisboa: Climepsi.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Peterson, J., & Zill, N. (1986). Marital Disruption, Parent-Child Relationships, and Behavioral Problems in Children. *Journal of Marriage and the Family* 48 (2), 7-12.
- Piers-Harris, E. (1988). *Manual for the Piers-Harris Children's Self-Concept Scale: The way I feel about myself*. Tennessee: Counsellor Recording and Tests.
- Ponciano, E., Cavalcanti, M., & Féres-Carneiro, T. (2009). Cuidando das famílias: uma tarefa de psicólogos e psiquiatras no IPUB/UFRJ. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 31(1), 32-39
- Reis, V. (2009). *Crianças e Jovens em Risco: Contributos para a Organização de Critérios de Avaliação de Factores de Risco*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Rhoades (2008). Children's Responses to Interparental Conflict: A Meta-Analysis of Their Associations With Child Adjustment. *Child Development*, 79 (6), 1942-1956.
- Rodrigues, M. (2008). *Reacções Emocionais E Percepções da Criança ao Conflito Parental*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto, Porto.
- Rodgers, K., & Rose, H. (2001). Personal, Family, and School Factors Related to Adolescent Academic Performance: A Comparison by Family Structure. *Marriage & Family Review*. *Marriage & Family Review*, 33 (4), 47-61.
- Rogers, M., & Holmbeck, G. (1997). Effects of interparental aggression on children's adjustment: The moderating role of cognitive appraisal and coping. *Journal of Family Psychology*, 11(1), 125-130.
- Sá, E. (2003). *Adolescentes Somos Nós*. Lisboa: Fim de Século.
- Sá, E. (2009). *Esboço Para Uma Nova Psicanálise*. Coimbra: Almedina.
- Sá, E. (2007). *Patologia Borderline e Psicose na Clínica Infantil*. Lisboa: Ispa.
- Sá, E. (2003). *Textos com Psicanálise*. Lisboa: Fim de Século.
- Sani, A. (2003). *As Crenças, o Discurso e a Acção: as Construções de Crianças Expostas à Violência Interparental*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.

- Sani, A. (2004). Abordagens Teóricas da Violência Interparental: Compreensão do Ajustamento da Criança ao Conflito dos Pais. *Psicologia - Teoria, Investigação e Prática*, 9 (2), 153-177.
- Serra, A. (1988). O Auto-Conceito. *Análise Psicológica*, 2 (6), 101-110.
- Shelton, K. & Harold, G. (2008). Pathways Between Interparental Conflict and Adolescent Psychological Adjustment: Bridging Links Through Children's Cognitive Appraisals and Coping Strategies. *The Journal of Early Adolescence*, 28 (4), 555-582
- Shelton, K., Harold, G., Goeke-Morey, M. & Cummings, E. (2006). Children's Coping With Marital Conflict: The Role of Conflict Expression and Gender. *Social Development*, 15 (2), 232-247.
- Steinberg, S. & Davila, J. (2008). Romantic Functioning and Depressive Symptoms Among Early Adolescent Girls: The Moderating Role of Parental Emotional Availability. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 37 (2), 350-362
- Stivanin, L., Scheuer, C. & Assumpção Jr, F. (2008). Características Comportamentais de Crianças Leitoras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24 (4), 407-413.
- Sturge-Apple, M., Skibo, M. & Davies, P. (2012). Impact of Parental Conflict and Emotional Abuse on Children and Families. *Partner Abuse*, 3 (3), 379-400.
- Sturge-Apple, M., Davies, P., Boker, S. & Cummings, M. (2004). Interparental Discord and Parenting: Testing the Moderating Roles of Child and Parent Gender. *Parenting: Science and Practice*, 4 (4) 361-380.
- Tamsin, F, Stephan, C, Meltzer, H. & Goodman, R. (2007). A prospective study of childhood psychopathology: independent predictors of change over three years. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 42 (12), 953-961.
- Unger, D., McLeod, L, Brown, M., & Tressell, P. (2000). The role of family support in interparental conflict and adolescent academic achievement. *Journal of Child and Family Studies*, 9, 191-202.
- Vallejo, P.; Sanz, B. & Blanco, Á. (2003). *Construcción de escalas de actitudes tipo Likert*. Madrid: La Muralla, 2003
- Vaz Serra, A., Gonçalves, S. & Firmino, H. (1986). Auto-conceito e ansiedade social. *Psicologia Clínica*, 1, 103-108.
- Veiga, F. (1989). Escala de Auto-Conceito: Adaptação portuguesa do «Piers-Harris Children's Self- Concept Scale». *Psicologia*, 7, 275-284.
- Veiga, F. (2005). *Novos elementos acerca da escala de autoconceito "Piers-Harris Children's Self-Concept Scale"*. Actas do VIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- Villas Boas, A., Dessen, M. & Melchiori, E. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62 (2), 91-102.
- Wilkinson, L. & Task of Force on Statistical Inference - APA (1999).

Statistical Methods in Psychology Journals: Guidelines and explanations. *American Psychologist*, 54 (8), 594-604.

Yeung, Ka-ching, & Frederick (1998). *The Dynamics of Interparental Conflict and Adolescent's Behavior Problems*. Tese apresentada á Universidade de Hong Kong, Hong Kong.

Zillmann, D. (1971). Excitation transfer in communicated aggressive behavior. *Journal of Experimental Social Psychology*, 7, 419-434.

Anexos

Índice de Anexos

Anexo 1

- 1.1. Questionário Sociodemográfico
- 1.2. Questionário de Percepção das Crianças sobre o Conflito Interparental - CPIC
- 1.3. Questionário de Capacidades e Dificuldades - SDQ

Anexo 2

- 2.1. Tabelas do Questionário de Percepção das Crianças sobre o Conflito Interparental - CPIC
- 2.2. Tabelas do Questionário de Capacidades e Dificuldades - SDQ

Anexo 3

- 3.1. Carta dirigida ao Director das Escolas Secundária Externato Cooperativo da Benedita
- 3.2. Carta de Autorização dirigida aos Pais dos Alunos
- 3.3. Documento dirigido e entregue aos participantes: projecto e confidencialidade e indicações gerais para a aplicação dos questionários

DADOS SOCIOEMOGRÁFICOS E QUESTÕES SOBRE A FAMÍLIA

(Edgar Casimiro, 2011)

Estes dados destinam-se a uma investigação científica e é garantida a confidencialidade e o anonimato de todos os dados prestados.

DADOS DO INQUIRIDO

1. Sexo: M___ / F___

2. Data de Nascimento (DD/MM/AA): ___ / ___ / ___

3. Vivo com:

Pai e Mãe ___
Só Mãe ___
Só Pai ___
Avós ___
Outros ___

3. Estado Civil dos Pais:

Casados ___
Em união de facto ___
Divorciados ___
Viúvo(a) ___

4. Profissão do pai: _____

5. Profissão da mãe: _____

DADOS ESCOLARES

6. Ano escolar que frequento:

7º ___
8º ___
9º ___

7. Notas que obtive no último trimestre a:

Português: ___

Matemática: ___

1.2- Questionário de Percepção das Crianças sobre o Conflito Interparental – CPIC

Escala de Percepção da Criança dos Conflitos Interparentais - CPIC¹

(traduzida e adaptada por Sani, 2001)

D.N.: ____/____/____	Idade: ____ anos	Sexo: M ____ F ____	Ano e Turma: _____
----------------------	------------------	---------------------	--------------------

Eu vivo com ... ____ a minha mãe e o meu pai
____ um dos meus pais e uma madrasta ou padrasto
____ só a minha mãe ou só o meu pai
____ outra pessoa (ex: avó, tia)

Em todas as famílias há momentos em que os pais não se deram bem. A seguir estão algumas coisas que as crianças às vezes pensam ou sentem quando os pais delas têm discussões ou desentendimentos. Gostaríamos que escrevesse o que pensas ou sentes quando teus pais discutem, respondendo a cada uma das afirmações abaixo.

Se teus pais não vivem juntos, responde a estas perguntas em relação ao pai/mãe e padrasto/madrasta (ou ao namorado/namorada do pai ou da mãe) com quem passas a maioria tempo. Se teus pais não vivem juntos e nenhum deles vive com um novo companheiro/companheira, pensa nas vezes em que os teus pais estavam juntos e não se davam bem, quando responderes a estas perguntas.

V = VERDADEIRO
P = POUCO ou ÀS VEZES VERDADEIRO
F = FALSO

	V	P	F
1. Eu nunca vejo os meus pais discutindo ou discordando.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Quando meus pais têm uma discussão normalmente resolvem o assunto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Quando os meus pais discutem eu acabo por ser envolvido de alguma maneira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Quando os meus pais discutem eu consigo fazer algo para sentir-me melhor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Fico assustado/a quando os meus pais discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Sinto-me apanhado/a no meio quando os meus pais discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Não me culpo quando os meus pais têm discussões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Eles podem não pensar que eu sei, mas os meus pais discutem e discordam muito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Mesmo depois dos meus pais pararem de discutir eles ficam zangados um com o outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

¹ Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC) © Grych, Seid & Fincham (1992)

	V	P	F
12. Quando os meus pais discutem eu tento fazer algo para para-los	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Quando os meus pais têm um desentendimento eles discutem isto calmamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Os meus pais são muitas vezes maus um ao outro mesmo quando estou presente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Quando os meus pais discutem eu preocupo-me sobre o que me acontecerá	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Não sinto que tenha que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. É normalmente minha a culpa dos meus pais discutirem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Frequentemente vejo ou ouço os meus pais discutindo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Quando os meus pais discordam sobre algo, eles normalmente propõem uma solução.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. As discussões dos meus pais são normalmente sobre mim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Quando os meus pais têm uma discussão eles dizem coisas más um ao outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Quando os meus pais discutem ou discordam posso normalmente ajudar a melhorar as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Quando os meus pais discutem tenho medo que algo mau possa acontecer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. A minha mãe quer que eu esteja do lado dela quando ela e meu pai discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Mesmo que não o digam, eu sei que sou culpado quando os meus pais discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Os meus pais quase nunca discutem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. Quando os meus pais discutem eles normalmente fazem as pazes imediatamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Os meus pais normalmente discutem ou discordam por causa de coisas que eu faço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Eu não sou envolvido quando os meus pais discutem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. Quando os meus pais têm uma discussão eles gritam um ao outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Quando os meus pais discutem não há nada que eu possa fazer para para-los	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. Quando os meus pais discutem preocupo-me que um deles saia magoado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. Sinto como se tivesse que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. Os meus pais frequentemente chateiam e queixam-se um do outro por toda a casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. Os meus pais quase nunca gritam quando têm um desentendimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37. Os meus pais entram frequentemente em discussão quando eu faço algo errado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. Os meus pais quebram ou atiram coisas durante uma discussão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39. Depois que os meus pais deixam de discutir, eles são amigáveis um para o outro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40. Quando os meus pais discutem tenho medo que eles também possam gritar comigo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41. Os meus pais culpam-me quando têm discussões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42. O meu pai quer que eu esteja do lado dele quando ele e minha mãe discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43. Os meus pais empurraram-se um ao outro durante uma discussão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44. Quando os meus pais discutem ou discordam não há nada que possa fazer para sentir-me melhor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45. Quando os meus pais discutem preocupa-me que eles possam divorciar-se	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46. Os meus pais continuam a agir mal depois de terem tido uma discussão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47. Normalmente não é culpa minha quando os meus pais têm discussões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48. Quando os meus pais discutem eles não ligam a nada do que eu digo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.3– Questionário de capacidades e de Dificuldades (SDQ-Por)

Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ-Por)

A 11-17

Instruções: Encontra a seguir 25 frases. Para cada uma delas marca, com uma cruz, um dos seguintes quadrados: Não é verdade; É um pouco verdade; É muito verdade. Ajuda-nos muito se responderes a todas as afirmações o melhor que puderes, mesmo que não tenhas a certeza absoluta ou que a afirmação te pareça estranha. Por favor, responde baseando-te na forma como as coisas te têm corrido nos últimos seis meses.

Nome

Masculino/Feminino

Data de nascimento

	Não é verdade	É um pouco verdade	É muito verdade
Tento ser simpático/a com as outras pessoas. Preocupo-me com o que sentem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sou irrequieto/a, não consigo ficar quieto/a muito tempo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho muitas dores de cabeça, de barriga ou vômitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosto de partilhar com os outros (comida, jogos, esferográficas, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Irito-me e perco a cabeça muitas vezes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estou quase sempre sozinho/a, jogo sozinho/a. Sou reservado/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Normalmente faço o que me mandam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preocupo-me muito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosto de ajudar se alguém está magoado, aborrecido ou doente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sossego, estou sempre a mexer as pernas ou as mãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho pelo menos um bom amigo/uma boa amiga	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ando sempre à pancada. Consigo obrigar os outros a fazer o que eu quero	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ando muitas vezes triste, desanimado/a ou a chorar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os meus colegas geralmente gostam de mim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estou sempre distraído/a. Tenho dificuldades em me concentrar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fico nervoso/a em situações novas. Facilmente fico inseguro/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sou simpático/a para os mais pequenos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sou muitas vezes acusado/a de mentir ou enganar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As outras crianças ou jovens metem-se comigo, ameaçam-me ou intimidam-me	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosto de ajudar os outros (pais, professores ou outros jovens)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Penso nas coisas antes de as fazer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tiro coisas que não são minhas, em casa, na escola ou noutros sítios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dou-me melhor com adultos do que com os da minha idade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho muitos medos, assusto-me facilmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Geralmente acabo o que começo. Tenho uma boa atenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Tens algum outro comentário ou preocupação? Descreve.

2.1 - Tabelas do Questionário de Percepção das Crianças sobre o Conflito Interparental – CPIC

Tabela A. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida das dimensões da escala Propriedades do conflito

Intensidade (alfa=.79)				Frequência (alfa=.72)				Resolução (alfa=.84)			
Itens	Média	DP	r^a	Itens	Média	DP	r^a	Itens	Média	DP	r^a
CPIC5	0.61	0.70	.56	CPIC1	1.01	0.69	.45	CPIC2	0.35	0.69	.56
CPIC13	0.73	0.83	.53	CPIC10	0.53	0.73	.53	CPIC11	0.46	0.71	.58
CPIC22	0.39	0.69	.63	CPIC15	0.30	0.58	.54	CPIC20	0.72	0.82	.58
CPIC31	0.59	0.75	.63	CPIC19	0.59	0.75	.57	CPIC28	0.72	0.81	.75
CPIC36	0.79	0.81	.54	CPIC27	0.72	0.79	.48	CPIC39	0.56	0.77	.68
CPIC38	0.22	0.54	.42	CPIC25	0.22	0.51	.18	CPIC46	0.43	0.65	.58
CPIC43	0.14	0.44	.35								

^a Correlação corrigida

Tabela B. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida das dimensões da escala Ameaça

Ameaça percebida (alfa=.77)				Eficácia no coping (alfa=.56; sem 6 e 23 alfa=.64)				
Itens	Média	DP	r^a	Itens	Média	DP	r^a	r^b
CPIC7	0.35	0.69	.46	CPIC6	0.77	0.81	.18	E
CPIC16	0.46	0.71	.53	CPIC14	0.69	0.82	.35	.45
CPIC24	0.72	0.82	.67	CPIC23	1.21	0.77	.17	E
CPIC33	0.72	0.81	.40	CPIC32	0.70	0.74	.43	.42
CPIC40	0.56	0.77	.51	CPIC44	0.62	0.76	.34	.41
CPIC45	0.43	0.65	.55	CPIC48	0.73	0.77	.36	.39

^a Correlação corrigida; ^b Correlação corrigida após exclusão dos itens 6 e 23

Tabela C. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida das dimensões da escala Culpa

Culpa (alfa=.60; sem 9 alfa=.65)					Conteúdo (alfa=.68))			
Itens	Média	DP	r^a	r^{ab}	Itens	Média	DP	r^a
CPIC9	0.86	0.87	.24	E	CPIC3	0.28	0.55	.34
CPIC18	0.26	0.49	.51	.55	CPIC21	0.28	0.53	.49
CPIC26	0.33	0.61	.44	.53	CPIC29	0.37	0.58	.57
CPIC41	0.14	0.41	.42	.50	CPIC37	0.39	0.64	.48
CPIC47	0.61	0.79	.35	.28				

^a Correlação corrigida

Tabela D. Médias, desvios-padrão e correlação corrigida da escala Triangulação

Conteúdo (alfa=.49; sem i17 e 30=.62)				
Itens	Média	DP	r^a	r^b
CPIC4	0.28	0.57	.28	.24
CPIC8	0.30	0.55	.36	.43
CPIC12	0.76	0.83	.20	.28
CPIC17	0.93	0.87	-.05	E
CPIC25	0.22	0.51	.37	.46
CPIC30	0.62	0.79	.19	E
CPIC34	0.41	0.64	.30	.39
CPIC42	0.18	0.50	.36	.42

^a Correlação corrigida; ^b Correlação corrigida após exclusão dos itens 17 e 30

Tabela E. Classificação das pontuações do CPIC

		N	%	Média	DP
Propriedades do Conflito	Grupo de baixa exposição ao CIP	53	33.54	2.02	1.29
	Grupo de média exposição ao CIP	51	32.28	7.90	2.50
	Grupo de elevada exposição ao CIP	54	34.18	20.06	5.61
Ameça	Grupo de baixa exposição ao CIP	57	36.08	2.04	1.35
	Grupo de média exposição ao CIP	50	31.65	6.92	1.48
	Grupo de elevada exposição ao CIP	51	32.28	12.82	2.29
Culpa total	Grupo de baixa exposição ao CIP	53	33.54	0.00	0.00
	Grupo de média exposição ao CIP	50	31.65	1.68	0.47
	Grupo de elevada exposição ao CIP	55	34.81	6.07	2.37
Triangulação	Grupo de baixa exposição ao CIP	47	29.75	0.00	0.00
	Grupo de média exposição ao CIP	58	36.71	1.59	0.50
	Grupo de elevada exposição ao CIP	53	33.54	4.68	1.61

CIP - Conflito interparental

2.2 - Tabelas do Questionário de Capacidades e Dificuldades – SDQ

Tabela F. Médias, desvios padrão e correlação corrigida das subescalas internalização do SDQ

Internalização (alfa=.64)			
Itens	Média	DP	r ^a
SDQ3 Tenho muitas dores de cabeça, de barriga ou vômitos	0.32	.55	.35
SDQ8 Preocupo-me muito	1.39	.63	.25
SDQ15 Estou sempre distraído/a. Tenho dificuldades em me concentrar	0.82	.66	.25
SDQ16 Fico nervoso/a em situações novas. Facilmente fico inseguro/a	1.04	.72	.27
SDQ24 Tenho muitos medos, assusto-me facilmente	0.44	.61	.39
SDQ6 Estou quase sempre sozinho/a, jogo sozinho/a. Sou reservado/a	0.44	.61	.46
SDQ11 Tenho pelo menos um bom amigo/uma boa amiga	0.13	.44	.06
SDQ14 Os meus colegas geralmente gostam de mim	0.47	.62	.26
SDQ19 As outras crianças ou jovens metem-se comigo, ameaçam-me ou intimidam-me	0.19	.47	.37
SDQ23 Dou-me melhor com os adultos do que com os da minha idade	0.53	.66	.39

^a Correlação corrigida

Tabela G. Médias, desvios padrão e correlação corrigida das subescalas externalização do SDQ

Externalização (alfa=.66)			
Itens	Média	DP	r ^a
SDQ5 Irrito-me e perco a cabeça muitas vezes	0.74	.72	.08
SDQ7 Normalmente faço o que me mandam	0.77	.64	.25
SDQ12 Ando sempre à pancada. Consigo obrigar os outros a fazer o que eu quero	0.11	.33	.27
SDQ18 Sou muitas vezes acusado/a de mentir ou de enganar	0.41	.64	.24
SDQ22 Tiro coisas que não são minhas, em casa, na escola, ou noutros sítios	0.09	.31	.19
SDQ2 Sou irrequieto/a, não consigo ficar quieto/a muito tempo	0.97	.73	.58
SDQ10 Não sossego, estou sempre a mexer as pernas ou as mãos	0.97	.77	.45
SDQ15 Estou sempre distraído/a. Tenho dificuldades em me concentrar	0.82	.66	.52
SDQ21 Penso nas coisas antes de as fazer	0.82	.54	.24
SDQ25 Geralmente acabo o que começo. Tenho uma boa atenção	0.73	.60	.26

^a Correlação corrigida

Tabela H. Médias, desvios padrão e correlação corrigida da subescala comportamento pró-social do SDQ

Externalização (alfa=.66)			
Itens	Média	DP	r ^a
SDQ1 Tento ser simpático com as outras pessoas. Preocupo-me com o que sentem.	1.78	.43	.51
SDQ4 Gosto de partilhar com os outros (comida, jogos, esferográficas, Etc.)	1.51	.55	.28
SDQ9 Gosto de ajudar se alguém está magoado, aborrecido ou doente	1.68	.50	.60
SDQ17 Sou simpático/a para os mais pequenos	1.75	.46	.41
SDQ20 Gosto de ajudar os outros (pais, professores ou outros jovens)	1.47	.57	.52

^a Correlação corrigida

Tabela I. Comparação das médias do presente estudo com os valores do Reino Unido

Dados do presente estudo		Dados normativos (R.U.)*			
Escalas	Média	Escalas	Média	DP	Diferença
TOTAL	12.21	TOTAL	10.3	5.2	1.9
Emocional	4.01	Emocional	2.8	2.1	1.2
Comportamental	2.13	Comportamental	2.2	1.7	0.07
Hiperactividade	4.31	Hiperactividade	3.8	2.2	0.5
Relação inter-pares	1.76	Relação inter-pares	1.5	1.4	0.26
Pró-social	8.19	Pró-social	8.0	1.7	0.19

* Dados Normativos SDQ Reino Unido, Versão Self-Report (+11)

Tabela J. Valores mínimos, máximos, médios e desvios-padrão, assimetria e curtose das dimensões internalização e externalização do SDQ

	Mínimo	Máximo	Média	DP	Assimetria (erro=.19)	AP	Curtose (erro=.38)	CP
externalização	0	16	6.43	3.04	0.45	2.37	-0.02	0.05
internalização	0	15	5.77	2.92	0.82	4.32	0.45	1.18

3.1 - Carta dirigida ao Director da Escola Secundária Externato Cooperativo da Benedita

Exmo. Senhor

Director do Externato Cooperativo da Benedita

Edgar Alexandre da Silva Casimiro, portador do BI 11880576, residente em Rua António José de Almeida, nº66, 300-041, Coimbra, aluno do 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (Área de especialização em Psicologia Clínica e Saúde), vem por este meio solicitar a colaboração de V. Ex.^a no sentido de autorizar a recolha da amostra, na Escola Externato Cooperativo da Benedita, para a elaboração da sua Dissertação de Mestrado que está sob orientação do Professor Eduardo Sá. A dissertação tem como principal objectivo o estudo sobre a percepção das crianças acerca do conflito interparental e os problemas de ajustamento. Para isso, o estudo envolve o preenchimento, pelas crianças, de um questionário de dados sociodemográficos, incluindo as notas de português e matemática, e dois questionários de auto-resposta. Um questionário sobre Capacidades e Dificuldades (SDQ-Por) e outro sobre o conflito interparental (Escala de Percepção da Criança dos Conflitos Interparentais). O estudo destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos (7º, 8º e 9º ano de escolaridade). Para o preenchimento dos questionários são necessários cerca de 20 a 30 minutos. Os resultados obtidos são estritamente confidenciais, sendo apenas utilizados para os fins desta investigação. Estarei ao dispor da escola para tirar quaisquer dúvidas e para, se assim for do vosso interesse, ceder os resultados do estudo e as suas principais conclusões.

Mais informo da minha disponibilidade para apresentar o procedimento e materiais a aplicar, bem como para outros esclarecimentos inerentes ao referido estudo.

Aguardando o melhor acolhimento a esta solicitação, subscrevo-me atenciosamente.

Com os melhores cumprimentos,

Edgar Alexandre da Silva Casimiro

Nº telemóvel: 964564987

E-mail: edgarcasimiro@hotmail.com

3.2 – Carta de Autorização Dirigida aos Pais dos Alunos

Eu _____,
Encarregado/a de Educação do/a aluno/a _____ do
Externato Cooperativo da Benedita, autorizo o meu filho/a minha filha a
participar no estudo sobre a percepção das crianças acerca do conflito
interparesntal, e problemas de ajustamento a apresentar à Faculdade de
Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra por Edgar
Alexandre da Silva Casimiro, sob a orientação do Prof. Doutor Eduardo Sá.
O estudo envolve o preenchimento, pelas crianças, de dois questionários
dirigidos a crianças, e para os quais pedia a vossa autorização. Os resultados
obtidos são estritamente confidenciais, sendo apenas utilizados para os fins
desta investigação.

Assinatura

3.3. Documento dirigido e entregue aos participantes: projecto e confidencialidade e indicações gerais para a aplicação dos questionários

INFORMAÇÃO AOS PARTICIPANTES

Este estudo inscreve-se num projecto de investigação científico no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. A investigação envolve o preenchimento de questionários de auto-resposta e tem como objectivo estudar a relação entre dois temas principais: A percepção do conflito interparental e o ajustamento/auto-conceito.

A colaboração de todos os participantes é VOLUNTÁRIA e será absolutamente garantido o ANONIMATO e CONFIDENCIALIDADE dos resultados. Para tal, os resultados serão inseridos em bases de dados para tratamento estatístico dos dados globais, sendo apenas utilizados para os fins desta investigação.

O seu contributo é extremamente importante, uma vez que permitirá obter um conhecimento mais objectivo e actualizado sobre as temáticas abordadas neste projecto.

Em nenhum dos questionários a que vai responder há respostas certas ou erradas, mas apenas lhe é pedido que responda de acordo com o que considera que melhor corresponde à sua própria opinião. Por favor, leia com atenção e não deixe nenhum item por responder. É importante que o preenchimento destes instrumentos respeite a ordem por que são apresentados.

O autor e equipa deste projecto estão imensamente gratos pela sua disponibilidade e colaboração.